

# Análise orçamental previsional

## Municípios e Serviços Municipalizados

### Região de Lisboa e Vale do Tejo

2018 a 2022

# FICHA TÉCNICA

<b>Propriedade</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Rua Alexandre Herculano, 37, 1250-009 Lisboa T: +351 213 837 100 F: +351 213 837 192 Website: <a href="http://www.ccdr-lvt.pt">http://www.ccdr-lvt.pt</a>
<b>Título</b>	Análise orçamental previsional – Municípios e Serviços Municipalizados RLVT   2018 a 2022
<b>Coordenação</b>	Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) Margarida Cucharra (Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, DSAJAL)
<b>Revisão</b>	Alexandra Carapeto (Chefe de Divisão para a Administração Local, DAL/DSAJAL)
<b>Elaboração técnica</b>	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
<b>Tratamento de dados Orçamentos iniciais - Documentos Previsionais</b>	Teresa Rosa (DSRVT – técnica superior) João Monteiro (DSRVT - estagiário)
<b>Data</b>	Setembro 2022
<b>ISBN</b>	978-972-8872-89-2

# ÍNDICE GERAL

Sumário Executivo.....	6
Enquadramento normativo.....	6
Apresentação.....	8
CAPÍTULO I. FINANÇAS - MUNICÍPIOS RLVT.....	10
1.1 RECEITA PREVISIONAL MUNICIPAL.....	10
1.1.1 Evolução da receita previsional – 2018 a 2022.....	10
1.1.2 Evolução da estrutura da receita previsional – 2018 a 2022.....	13
1.1.3 Receita previsional municipal – 2022.....	15
1.2 DESPESA PREVISIONAL MUNICIPAL.....	19
1.2.1 Evolução da despesa previsional – 2018 a 2022.....	19
1.2.2 Evolução da estrutura da despesa previsional – 2018 a 2022.....	22
1.2.3 Despesa previsional municipal – 2022.....	24
CAPÍTULO II. FINANÇAS - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS RLVT.....	28
2.1 RECEITA PREVISIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS.....	28
2.1.1 Evolução da receita previsional – 2018 a 2022.....	28
2.1.2 Evolução da estrutura da receita previsional – 2018 a 2022.....	30
2.1.3 Receita previsional dos serviços municipalizados – 2022.....	32
2.2 DESPESA PREVISIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS.....	35
2.2.1 Evolução da despesa previsional – 2018 a 2022.....	35
2.2.2 Evolução da estrutura da despesa previsional – 2018 a 2022.....	37
2.2.3 Despesa previsional serviços municipalizados – 2022.....	39
CAPÍTULO III. FINANÇAS - MUNICÍPIOS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS RLVT.....	42
3.1 RECEITA PREVISIONAL TOTAL (municípios e serviços municipalizados).....	42
3.1.1 Evolução da receita previsional total – 2018 a 2022.....	42
3.1.2 Evolução da estrutura da receita previsional total – 2018 a 2022.....	45
3.1.3 Receita previsional total – 2022.....	47
3.2 DESPESA PREVISIONAL TOTAL (municípios e serviços municipalizados).....	49
3.2.1 Evolução da despesa previsional total – 2018 a 2022.....	49
3.2.2 Evolução da estrutura da despesa previsional total – 2018 a 2022.....	52
3.2.3 Despesa previsional total – 2022.....	54
CAPÍTULO IV. NOTAS FINAIS.....	56
PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS.....	59

## ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Evolução da receita municipal previsional, por NUTS III – 2018 a 2022 .....	10
Tabela 2 – Evolução das receitas municipais previstas – 2018 a 2022 .....	11
Tabela 3 – Evolução do peso das receitas municipais previstas, por natureza económica – 2018 a 2022 .....	13
Tabela 4 – Composição das receitas municipais previsionais, por NUTS III, 2022 .....	15
Tabela 5 – Receita municipal previsional por município – 2022 .....	18
Tabela 6 – Evolução da despesa municipal previsional, por NUTS III – 2018 a 2022 .....	19
Tabela 7 – Evolução das despesas municipais previstas – 2018 a 2022 .....	20
Tabela 8 – Evolução do peso das despesas municipais previstas, por natureza económica – 2018 a 2022 .....	22
Tabela 9 – Composição das despesas municipais previsionais, por NUTS III, 2022 .....	24
Tabela 10 – Despesa municipal previsional por município – 2022 .....	27
Tabela 11 – Evolução da receita previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2018 a 2022 .....	28
Tabela 12 – Evolução das receitas previstas pelos serviços municipalizados – 2018 a 2022 .....	29
Tabela 13 – Evolução do peso das receitas previstas pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2018 a 2022 .....	30
Tabela 14 – Composição das receitas previsionais dos serviços municipalizados, por NUTS III, 2022 .....	32
Tabela 15 – Receita previsional por serviços municipalizados – 2022 .....	34
Tabela 16 – Evolução da despesa previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2018 a 2022 .....	35
Tabela 17 – Evolução das despesas previstas pelos serviços municipalizados – 2018 a 2022 .....	36
Tabela 18 – Evolução do peso das despesas previstas pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2018 a 2022 .....	37
Tabela 19 – Composição das despesas previsionais dos serviços municipalizados, por NUTS III, 2022 .....	39
Tabela 20 – Despesa previsional, por serviços municipalizados – 2022 .....	41
Tabela 21 – Evolução da receita previsional total (municípios e serviços municipalizados), por NUTS III – 2018 a 2022 .....	42
Tabela 22 – Evolução das receitas previsionais, RLVT – 2018 a 2022 .....	43
Tabela 23 – Evolução do peso da receita previsional total, por natureza económica, RLVT – 2018 a 2022 .....	45
Tabela 24 – Composição das receitas previsionais, por NUTS III, 2022 .....	47
Tabela 25 – Evolução da despesa previsional total (municípios e serviços municipalizados), por NUTS III – 2018 a 2022 .....	49
Tabela 26 – Evolução das despesas previsionais, RLVT – 2018 a 2022 .....	50
Tabela 27 – Evolução do peso das despesas previsionais, por natureza económica, RLVT – 2018 a 2022 .....	52
Tabela 28 – Composição das despesas previsionais totais, por NUTS III, 2022 .....	54
Tabela 29 – Previsão das receitas totais na RLVT, municípios e serviços municipalizados, 2022 .....	56
Tabela 30 – Previsão das despesas totais, municípios e serviços municipalizados RLVT, 2022 .....	57

Gráfico 1 – Evolução do total de receita prevista pelos municípios – 2018 a 2022 .....	10
Gráfico 2 – Evolução da receita prevista pelos municípios, por natureza económica – 2018 a 2022 .....	10
Gráfico 3 – Evolução das receitas municipais previstas, por rubrica – 2018 a 2022 .....	12
Gráfico 4 – Variação da receita municipal prevista, por natureza económica – 2021 a 2022 .....	12
Gráfico 5 – Evolução do peso da receita prevista, por natureza económica – 2018 a 2022 .....	13
Gráfico 6 – Evolução da estrutura da receita previsional municipal – 2018 e 2022 .....	14
Gráfico 7 – Previsão inicial da receita nos municípios da RLVT em 2022, por NUTS III .....	15
Gráfico 8 – Estrutura da receita previsional municipal, RLVT – 2022 .....	16
Gráfico 9 – Estrutura da receita previsional municipal, por NUTS III – 2022 .....	16
Gráfico 10 – Composição da receita municipal previsional por município – 2022 .....	17
Gráfico 11 – Evolução do total de despesa prevista pelos municípios – 2018 a 2022 .....	19
Gráfico 12 – Evolução da despesa prevista pelos municípios – 2018 a 2022 .....	19
Gráfico 13 – Evolução das despesas municipais previstas, por rubrica – 2018 a 2022 .....	21
Gráfico 14 – Variação da despesa municipal prevista, por natureza económica – 2021 a 2022 .....	21
Gráfico 15 – Evolução do peso da despesa prevista, por natureza económica – 2018 a 2022 .....	22
Gráfico 16 – Evolução da estrutura da despesa previsional municipal – 2018 e 2022 .....	23
Gráfico 17 – Previsão inicial da despesa nos municípios da RLVT em 2022, por NUTS III .....	24
Gráfico 18 – Estrutura da despesa previsional municipal, RLVT – 2022 .....	25
Gráfico 19 – Estrutura da despesa previsional municipal, por NUTS III – 2022 .....	25
Gráfico 20 – Composição da despesa municipal previsional, por município – 2022 .....	26
Gráfico 21 – Evolução do total de receita prevista pelos serviços municipalizados – 2018 a 2022 .....	28
Gráfico 22 – Evolução da receita prevista pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2018 a 2022 .....	28
Gráfico 23 – Evolução do peso da receita prevista, por natureza económica – 2018 a 2022 .....	30
Gráfico 24 – Evolução da estrutura da receita previsional dos serviços municipalizados – 2018 e 2022 .....	31
Gráfico 25 – Previsão inicial da receita nos serviços municipalizados da RLVT em 2022, por NUTS III .....	32
Gráfico 26 – Estrutura da receita previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2022 .....	33
Gráfico 27 – Composição da receita previsional, por serviços municipalizados – 2022 .....	33
Gráfico 28 – Evolução do total de despesa prevista pelos serviços municipalizados – 2018 a 2022 .....	35
Gráfico 29 – Evolução da despesa prevista pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2018 a 2022 .....	35
Gráfico 30 – Variação da despesa prevista pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2021 a 2022 .....	36
Gráfico 31 – Evolução do peso da despesa prevista, por natureza económica – 2018 a 2022 .....	37
Gráfico 32 – Evolução da estrutura da despesa previsional dos serviços municipalizados – 2018 e 2022 .....	38
Gráfico 33 – Previsão inicial da despesa nos serviços municipalizados da RLVT em 2022, por NUTS III .....	39
Gráfico 34 – Estrutura da despesa previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2022 .....	40
Gráfico 35 – Composição da despesa previsional, por serviços municipalizados – 2022 .....	40
Gráfico 36 – Evolução da receita previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2018 a 2022 .....	42
Gráfico 37 – Evolução da receita previsional total, por natureza económica, RLVT – 2018 a 2022 .....	42
Gráfico 38 – Evolução das receitas previsionais totais (municípios e serviços municipalizados), por rubrica, RLVT – 2018 a 2022 .....	44
Gráfico 39 – Variação da receita previsional total, por natureza económica, RLVT – 2021 a 2022 .....	44

Gráfico 40 – Evolução do peso da receita total prevista, RLVT – 2018 a 2022 .....	45
Gráfico 41 – Evolução da estrutura da receita previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2018 e 2022 .....	46
Gráfico 42 – Previsão inicial da receita total (municípios e serviços municipalizados) da RLVT em 2022, por NUTS III.....	47
Gráfico 43 – Estrutura da receita previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2022 ....	48
Gráfico 44 – Estrutura da receita previsional total, por NUTS III – 2022 .....	48
Gráfico 45 – Evolução da despesa previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2018 a 2022 .....	49
Gráfico 46 – Evolução da despesa previsional total, por natureza económica, RLVT – 2018 a 2022.....	49
Gráfico 47 – Evolução das despesas previsionais (municípios e serviços municipalizados), por rubrica, RLVT – 2018 a 2022.....	51

Gráfico 48 – Variação da despesa previsional, por natureza económica, RLVT – 2021 a 2022 .....	51
Gráfico 49 – Evolução do peso da despesa prevista, por natureza económica, RLVT – 2018 a 2022 .....	52
Gráfico 50 – Evolução da estrutura da despesa previsional (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2018 e 2022 .....	53
Gráfico 51 – Previsão inicial da despesa total (municípios e serviços municipalizados) em 2022, por NUTS III .....	54
Gráfico 52 – Estrutura da despesa previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2022..	55
Gráfico 53 – Estrutura da despesa previsional total, por NUTS III – 2022 .....	55
Gráfico 54 – Previsão inicial das receitas totais na RLVT, 2022 .....	56
Gráfico 55 – Receitas previstas pelos municípios e pelos serviços municipalizados, por rubrica, 2022.....	56
Gráfico 56 - Previsão inicial das despesas totais na RLVT, 2022.....	57
Gráfico 57 - Despesas previstas pelos municípios e pelos serviços municipalizados, por rubrica, 2022 .....	57

## SUMÁRIO EXECUTIVO

### RECEITAS E DESPESAS PREVISIONAIS

Os orçamentos iniciais dos municípios na RLVT aumentaram em +30,8%, entre 2018 e 2022, passando de 3.062,09 M€ para 4.004,38 M€, evidenciando-se um crescimento das estimativas orçamentadas, em particular um aumento em +8,6%, entre 2021 e 2022.

Se incluirmos os exercícios financeiros dos serviços municipalizados (SM) na RLVT, as receitas e despesas previstas para 2018 ascenderam aos 3.416,11 M€ projetando-se um crescimento em +28,8% até 2022, ano em que aqueles agregados atingem previsivelmente um valor de 4,4 mil milhões de euros.

Resulta assim, numa perspetiva de integração de serviços, incluindo os SM, que as receitas e despesas municipais, previstas para 2022 na RLVT correspondem em 91,0% à gestão financeira dos municípios e em 9,0% dos SM.

### RECEITAS CORRENTES

Nos municípios a previsão das receitas correntes para 2022 refletiu um aumento, +23,4% face a 2018, acréscimo reforçado pela atuação dos serviços municipalizados (+13,1%).

O peso das receitas correntes previsionais embora continue predominante ao longo dos exercícios financeiros, indo ao encontro do que se verifica em sede de execução orçamental, tem vindo a cair ligeiramente – de um peso de 83,2% em 2018 desce para 78,5% em 2022, considerando apenas a atividade dos municípios, ou descida de um peso de 84,1% para 79,8%, se forem incluídos os SM.

Nos municípios a maior fonte previsível de receitas assenta na recolha de impostos diretos (peso médio anual de 38,7%), seguindo-se as transferências e subsídios correntes (peso médio anual de 20,0%) e a venda de bens e serviços (peso médio anual de 10,5%), prevendo-se apenas para as

transferências e subsídios uma tendência genérica de subida, quando comparados os exercícios de 2018 e 2022. A maior fonte de receitas previstas dos SM decorre da venda de bens e serviços (peso médio anual 88,9%), e se considerarmos o universo global municipal, o peso médio anual deste agregado, face às receitas totais previstas, ascende aos 18,0%, quase o dobro.

### RECEITAS DE CAPITAL

Também a previsão para as receitas de capital dos municípios reflete um crescimento (+59,0%), entre 2018 e 2022, estimando-se a mesma tendência para os SM (+4,4%), resultando num aumento global em +57,1%.

O peso médio anual das receitas de capital, face à receita global prevista, é de 17,0%, suportado essencialmente pelas transferências e subsídios de capital previstos receber (peso médio anual de 8,2%), pela venda de bens de investimento (peso médio anual de 3,5%) e pelos passivos financeiros (peso médio anual de 3,8%).

### DESPESAS CORRENTES

Nos municípios a previsão das despesas correntes, em valores absolutos, entre 2018 e 2022, refletiu um acréscimo em +24,7%, também reforçado pela atuação prevista para os SM (+13,4%).

No entanto, em termos relativos, constata-se uma tendência decrescente, uma vez que o peso das despesas correntes nas despesas totais desce, devido ao decréscimo do peso das despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços, respetivamente, de 29,1% e 28,6% em 2018 evoluíram para um peso previsto de 27,5% e 27,2% em 2022, no universo municipal, incluindo os SM.

O peso médio anual das despesas previsionais correntes no total das despesas ronda os 65,5% nos municípios e os 79,9% nos SM.

### DESPESAS DE CAPITAL

A previsão das despesas de capital revelou acréscimos significativos nos municípios, tanto em volume (+43,6%) quanto ao seu peso relativamente às despesas totais (+9,4%), tendo também crescido nos SM em valor (+6,2%), entre 2018 e 2022.

Este aumento teve por suporte principal o crescimento do investimento direto através da aquisição de bens de capital (+61,8% nos municípios e +1,4% nos SM) entre 2018 e 2022. Também as transferências e subsídios de capital dos municípios para outras entidades cresceram em +11,4% (despesa residual para SM).

Destaque também para a queda em -27,0% das despesas previstas gastar com amortização de empréstimos por parte dos municípios, mas subida destas mesmas despesas (+230,2%) por parte da gestão previsional dos SM.

O peso médio anual do investimento direto e indireto global foi, respetivamente, de 27,2% e de 2,6% do total de despesas previsionais, para o período em análise, sendo esse peso médio de 3,1% para as despesas com passivos financeiros.

## ENQUADRAMENTO NORMATIVO

Este trabalho, ao desenvolver uma análise orçamental previsional no universo dos municípios e serviços municipalizados da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), no horizonte temporal de 2018 a 2022, referencia relevantes mudanças em termos do enquadramento normativo associado à elaboração dos documentos previsionais.

Para além de uma obrigação legal, sendo também um instrumento de apoio à gestão municipal, os documentos previsionais estão sujeitos a um conjunto de disposições legais, designadamente a Lei de Enquadramento Orçamental<sup>1</sup>, a Lei das Finanças Locais (RFALEI)<sup>2</sup>, o POCAL e o SNC-AP, sem prejuízo de ser possível identificar igualmente normas relevantes para esta matéria noutros diplomas legais, com particular destaque para as Leis do Orçamento do Estado.

A RFALEI estabelece um conjunto de princípios<sup>3</sup> e regras orçamentais<sup>4</sup> que devem ser observadas na elaboração dos documentos previsionais. O seu art.º 46.º prevê os documentos que deverão ser incluídos no orçamento municipal: *“1 – O orçamento municipal inclui, nomeadamente, os seguintes elementos: a) Relatório que contenha a apresentação e fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes; b) Mapa resumo das receitas e despesas da autarquia local, que inclui, no caso dos municípios, de forma autónoma, as correspondentes verbas dos serviços municipalizados, quando aplicável; c) Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica, a que acresce, de forma autónoma, o dos serviços municipalizados, quando aplicável; d) Articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental; e) A proposta das grandes opções do plano, compostas pelas atividades mais relevantes e plano plurianual de investimentos, com nota explicativa que a fundamenta, a qual integra a justificação das opções de desenvolvimento estratégico, a sua compatibilização com os objetivos de política orçamental, e a descrição dos programas, incluindo projetos de investimento e atividades mais relevantes da gestão”.*

Até 2019 e em cumprimento do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)<sup>5</sup>, os municípios elaboravam e aprovavam anualmente os seus documentos previsionais, que continham a previsão das receitas e despesas projetadas para o ano em questão.

Não obstante os sucessivos adiamentos na sua implementação, o ano de 2020 consagrou-se como o ano da entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)<sup>6</sup> para as entidades da administração local, que revogou, entre outros diplomas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (com exceção dos pontos

2.9, 3.3 e 8.3.1. relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento).

O SNC-AP permite um sistema contabilístico para o sector público consistente com o Sistema de Normalização Contabilística e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública, viabilizando a convergência das práticas de contabilização e avaliação de ativos e passivos dos organismos das administrações públicas portuguesas com as dos outros Estados-membros.

A nova solução assegura um controlo financeiro global – desde a preparação do orçamento e respetivas alterações, execução e controlo; passando pela gestão da despesa e receita, cabimentos, compromissos e gestão de fontes de financiamento; até à consolidação e prestação de contas, promovendo-se assim a transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras, da eficiência e eficácia da gestão pública.

O SNC-AP, tal como acontecia com o POCAL e os seus planos setoriais, obriga à implementação de três subsistemas contabilísticos, atualmente designados de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão, apresentando um plano de contas multidimensional, onde a classe zero se destina à contabilidade orçamental, as classes 1 a 8 são destinadas à contabilidade financeira e a classe 9 está livre para a contabilidade de gestão.

Suportado por 27 normas de contabilidade pública (nas quais se inclui uma norma relativa à estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras (NCP 1), uma norma relativa à contabilidade orçamental (NCP26) e outra de contabilidade de gestão (NCP27)), um plano multidimensional e uma estrutura conceptual, o SNC-AP aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local.

Com a aplicação do SNC-AP aos municípios, os documentos previsionais, refletindo a vontade política para o próximo ano e seguintes, passaram a incluir um plano orçamental plurianual, com um horizonte de 4 anos para além do ano a que respeita o orçamento, o que faz ter em conta, necessariamente, os compromissos plurianuais já assumidos, garantindo-se assim um planeamento orçamental de médio e longo prazo, e um plano plurianual de investimentos.

De uma forma sistematizada, as entidades do Subsetor da Administração Local estão obrigadas a preparar as demonstrações orçamentais e financeiras previsionais, de harmonia com o previsto:

<sup>1</sup> Aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação.

<sup>2</sup> Aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.

<sup>3</sup> Artigos 5.º, 9.º a 9-B.º da Lei n.º 73/2013

<sup>4</sup> Artigos 40.º e 44.º da Lei n.º 73/2013.

<sup>5</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

<sup>6</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016 de 21 de dezembro e Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.



- No n.º 46 do ponto 11 da NCP 26 do SNC-AP, sendo que as demonstrações orçamentais a elaborar são o orçamento e plano orçamental plurianual (ano seguinte, mais 4 anos) bem como o plano plurianual de investimentos. A NCP26 tem como objetivo regular a contabilidade orçamental, estabelecendo conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.
- No n.º 17 do ponto 6 da NCP 1 do SNC-AP “*As entidades públicas devem ainda preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa, com o mesmo formato das históricas, que devem ser aprovadas pelos órgãos de gestão competentes.*”
- Na al. e) do artigo 46.º da RFALEI, na sua redação atual, devendo também ser elaboradas as atividades mais relevantes da gestão.

As principais inovações face ao referencial contabilístico anterior consistem assim na elaboração de demonstrações orçamentais previsionais com carácter plurianual, integrando o orçamento e as grandes opções do plano, bem como a preparação de demonstrações financeiras previsionais, nomeadamente, o balanço, a demonstração dos resultados por natureza e a demonstração dos fluxos de caixa.

Salienta-se, no entanto, que o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o SNC-AP, não prevê regras ou disposições específicas para a elaboração do orçamento, sendo que de acordo com o seu artigo 17.º, que exclui a revogação do POCAL, o ponto 3.3, relativo às regras previsionais, se mantém em vigor, aplicando-se essas regras à elaboração do orçamento para o ano do orçamento a aprovar, mas não para os anos seguintes considerados no mesmo.

Importa salientar que o objeto de estudo neste trabalho incide apenas sobre o subsistema contabilístico orçamental previsional, não se analisando nem se apurando os dados relativos às demonstrações financeiras previsionais.

Os municípios preparam e executam as suas decisões através dos respetivos serviços, entendidos em sentido amplo<sup>7</sup>, sendo possível distinguir duas formas de gestão: através de serviços municipais, em sentido restrito, ou de serviços municipalizados<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Para maior desenvolvimento teórico desta questão, vide, por exemplo, Freitas do Amaral, Diogo, Curso de Direito Administrativo, Livraria Almedina, Coimbra, 1996.

<sup>8</sup> A existência dos serviços municipalizados encontra-se atualmente regulada, na sua essência, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pelas seguintes leis: Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.

Nos termos do artigo 16º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, os serviços municipalizados têm orçamento próprio, devendo os municípios, quando aplicável, inscrever no seu orçamento municipal, de forma autónoma, os totais das receitas e despesas daqueles serviços.

Os serviços municipalizados são serviços integrados na estrutura organizacional dos municípios e dispõem de organização autónoma, sendo geridos de forma empresarial.

Em termos contabilísticos, apesar desta sua natureza essencialmente empresarial, os serviços municipalizados aplicam as regras das autarquias locais<sup>9</sup>.

Previamente à criação deste tipo de serviços, que visam a prossecução de necessidades coletivas da população do município, deve ser elaborado um estudo relativamente aos aspetos económicos, técnicos e financeiros da entidade a criar.

Podem também ser criados serviços intermunicipalizados, quando a criação tem origem numa entidade intermunicipal ou em vários municípios.

Os serviços municipalizados podem desenvolver a sua atuação nas seguintes áreas<sup>10</sup>: abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas, gestão de resíduos urbanos e limpeza pública, transporte de passageiros e distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

Uma vez que numas situações o tipo de serviços desenvolvidos pelos serviços municipalizados é executado diretamente pelos próprios serviços municipais, enquanto noutras situações os mesmos serviços são prestados através dos serviços municipalizados, considerou-se útil congregar, no âmbito deste trabalho, a informação disponível relativa aos orçamentos dos serviços municipalizados existentes na RLVT.

Em 2018 existiam na RLVT 15 serviços municipalizados, incluindo 2 serviços intermunicipalizados, ocorrendo neste ano a criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Maфра.

Atualmente existem na RLVT 14 serviços municipalizados, uma vez que desde 1 de janeiro de 2020, se verificou a extinção dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Tomar.

De acordo com o princípio da transparência previsto no artigo 7.º e nos termos do artigo 79.º da RFALEI, os municípios e serviços municipalizados devem publicitar no respetivo sítio eletrónico os documentos previsionais.

<sup>9</sup> Até 2019 o sistema de contabilidade das autarquias locais em vigor foi o POCAL. A partir de 2020 aplica-se o SNC-AP, no entanto as regras previsionais não foram revogadas pelo que se aplica o previsto no POCAL.

<sup>10</sup> O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março, estabelece um regime jurídico específico aplicável à gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.



## APRESENTAÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a CCDR-LVT tem procedido ao tratamento da informação constante dos documentos previsionais, designadamente orçamentos iniciais, tendo por base a validação efetuada por este serviço sob os dados submetidos pelas autarquias na plataforma de dados gerida pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Até aos exercícios financeiros de 2019 a aplicação informática centralizadora dos principais dados de previsão orçamental das autarquias, validados pela CCDR, assentava no SIAL - Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais<sup>11</sup>.

Com a entrada em vigor do SNC-AP foi necessário adaptar o sistema de informação e de reporte de dados ao novo sistema contabilístico, tendo sido criada pela DGAL, em alternativa ao SIAL, uma nova aplicação designada por SISAL - Sistema de Informação para o Subsetor da Administração Local – na qual as autarquias locais têm vindo a carregar a informação relativa às respetivas demonstrações orçamentais e financeiras previsionais, remetendo também cada uma das peças de relato.

No entanto, estando o SISAL em fase de consolidação<sup>12</sup>, o apuramento de dados relativos a 2020, 2021 e 2022 efetuado por este serviço suporta apenas a consulta direta junto dos documentos previsionais - orçamentos iniciais para os anos 2020 a 2022, publicados pelos municípios e serviços municipalizados.

Por outro lado, convém enfatizar que, para efeitos de análise evolutiva, os dados relativos aos anos de 2018 e 2019 foram reajustados e agregados em função da estrutura e classificação orçamental aprovada pelo SNC-AP, tendo por referência o novo plano de contas central do SNC-AP.

O presente relatório, proporcionando um quadro mais completo das finanças municipais na RLVT, desenvolve uma análise dos dados das receitas e despesas previsionais dos municípios e dos serviços municipalizados, orçamentados para o exercício de 2022, enquadrados no período de 2018 a 2022.

Em termos de metodologia na apresentação deste estudo, procede-se a uma análise evolutiva orçamental das receitas e despesas previsionais entre 2018 e 2022, focando-se em seguida numa análise incidindo sobre o exercício financeiro de 2022.

O primeiro capítulo tem por universo de estudo o conjunto dos municípios da RLVT, o segundo capítulo enquadra o universo dos serviços municipalizados da RLVT e o terceiro capítulo reflete o universo global dos exercícios financeiros no conjunto dos municípios e seus serviços municipalizados<sup>13</sup>, concluindo-se no capítulo quarto com um conjunto de notas finais, referenciando-se a importância da gestão empreendida pelos serviços municipalizados no quadro municipal.

Assim, a exemplo de estudos anteriores, a delimitação do universo do estudo assentou na desagregação territorial subjacente à área de atuação da CCDR<sup>14</sup>, que compreende 52 municípios, agregados por NUTS III<sup>15</sup>:

- **Área Metropolitana de Lisboa** – Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira;
- **Lezíria do Tejo** – Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém;
- **Médio Tejo**<sup>16</sup> – Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha;

<sup>11</sup> Os dados previsionais respeitantes aos exercícios financeiros de 2018 e 2019, no âmbito do POCAL, poderão ser consultados em anteriores publicações da CCDR-LVT, em <https://www.ccdr-lvt.pt/estudos-e-publicacoes-ccdr-lvt/estudos-administacao-local/>.

<sup>12</sup> A obrigatoriedade de envio de dados em SNC-AP, a partir do ano de 2020, inclusive (artigo 114.º da LOE 2020), através do SISAL, deu início a um novo ciclo de abordagem e de tratamento dos dados e informação.

<sup>13</sup> A informação apresentada resulta do somatório dos valores, não refletindo critérios de consolidação.

<sup>14</sup> O Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, aprovou a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, e foi alterado pelos Decretos-Lei nº 68/2014, de 8 de maio, e nº 24/2015, de 6 de fevereiro.

<sup>15</sup> Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014 - Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos.

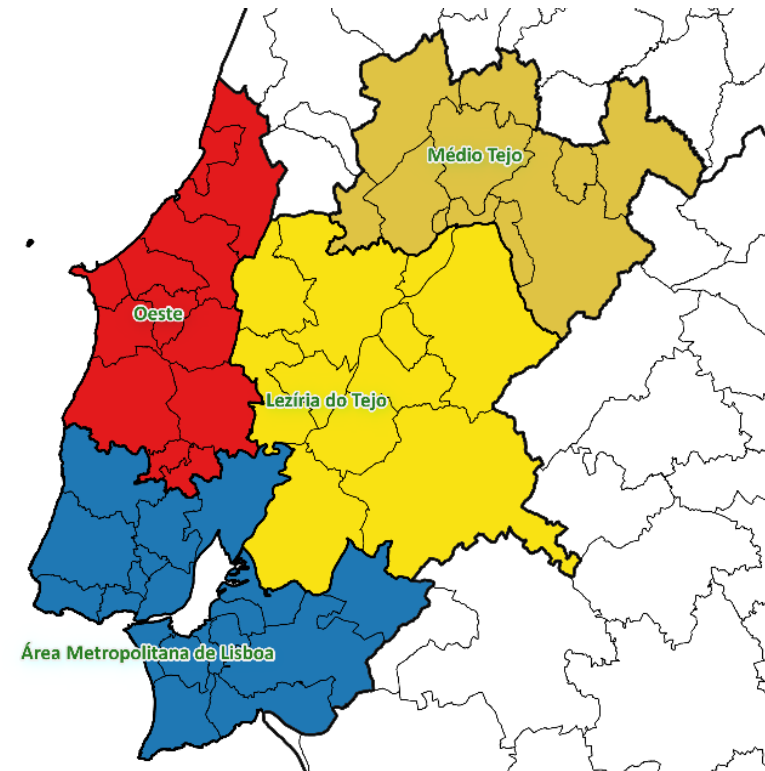
<sup>16</sup> Note-se que a desagregação utilizada difere da prevista na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

De acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na área geográfica correspondente à Comunidade intermunicipal do Médio Tejo estão ainda incluídos os municípios de Sertã e Vila de Rei, que não se integram na área geográfica abrangida pela CCDR LVT, nos termos da respetiva lei orgânica.

- **Oeste** – Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Neste universo municipal incluíram-se também os 15 serviços municipalizados que desenvolveram a sua atuação na RLVT, entre 2018 e 2022:

- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Abrantes (SMAS)
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Alcobaça (SMAS)
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS)
- Transportes Coletivos do Barreiro (TCB)
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Caldas da Rainha (SMAS)
- Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR)
- Serviços Municipalizados da Água e Saneamento de Mafra (SMAS)<sup>17</sup>
- Serviços Municipalizados do Montijo (SMAS)
- Serviços Municipalizados da Nazaré
- Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Oeiras e Amadora (SIMAR)
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche (SMAS)
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (SMAS)
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Tomar (SMAS)<sup>18</sup>
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras (SMAS)
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira (SMAS).



<sup>17</sup> Os Serviços Municipalizados da Água e Saneamento de Mafra foram criados em 2018.

<sup>18</sup> A partir de 1 de janeiro de 2020, com a extinção dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Tomar, todas as competências passaram a ser exercidas pela Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo.

## CAPÍTULO I. FINANÇAS - MUNICÍPIOS RLVT

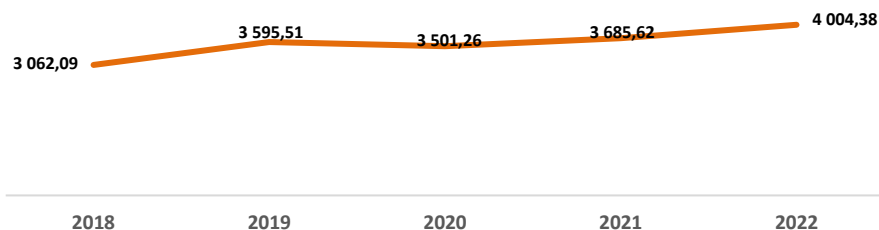
### 1.1 RECEITA PREVISIONAL MUNICIPAL

#### 1.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA PREVISIONAL – 2018 A 2022

No período em análise, na RLVT, a receita prevista nos orçamentos iniciais municipais evoluiu de 3.062,09 M€, em 2018, para 4.004,38 M€, em 2022, refletindo um acréscimo previsional em +942,29 M€ (+30,8%).

Gráfico 1 – Evolução do total de receita prevista pelos municípios – 2018 a 2022

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios da RLVT.

A variação anual evidencia acréscimos sucessivos das receitas previsionais dos municípios da RLVT, à exceção do ano de 2020, ou seja, +17,4% (2019), -2,6% (2020), +5,3% (2021) e +8,6% (2022).

Tabela 1 – Evolução da receita municipal previsional, por NUTS III – 2018 a 2022

Unidade: M€

NUTS III	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2018-2022	2021-2022
						AML	2 304,78
Lezíria do Tejo	214,25	223,97	242,86	271,76	278,70	30,1	2,6
Médio Tejo	227,37	246,09	252,07	274,54	278,53	22,5	1,5
Oeste	315,68	325,90	324,28	365,50	361,31	14,5	-1,1
<b>Receita total</b>	<b>3 062,09</b>	<b>3 595,51</b>	<b>3 501,26</b>	<b>3 685,62</b>	<b>4 004,38</b>	<b>30,8</b>	<b>8,6</b>

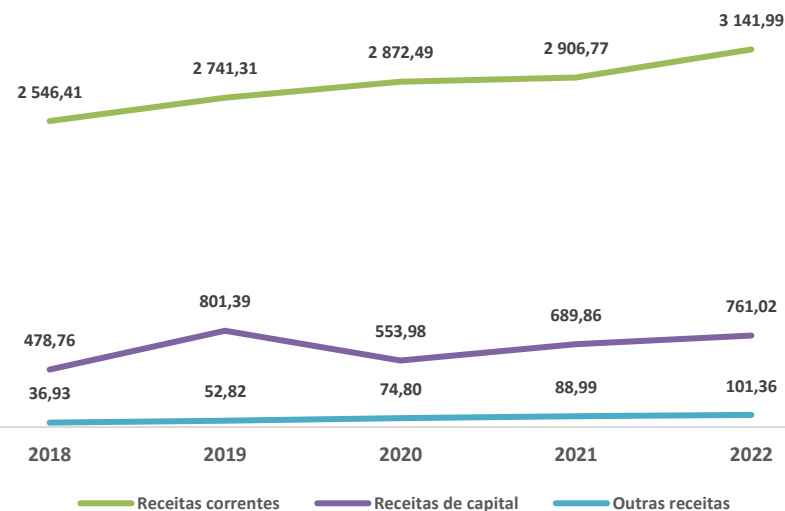
Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios da RLVT.

Numa abordagem sub-regional sublinhe-se o crescimento das receitas previsionais municipais em todas as NUTS III, entre 2018 e 2022, confirmando a tendência regional, embora não de forma contínua ao longo dos anos.

A tendência anual regional foi sobretudo influenciada pela dinâmica revelada pela sub-região da Área Metropolitana de Lisboa (AML), sendo que o crescimento anual foi contínuo no Médio Tejo (MT) e na Lezíria do Tejo (LT). No Oeste, durante o período em análise, as receitas totais previstas evidenciaram subidas e descidas alternadas.

Gráfico 2 – Evolução da receita prevista pelos municípios, por natureza económica – 2018 a 2022

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios da RLVT.

Analisando a evolução dos grandes agregados de receita releve-se o crescimento anual contínuo evidenciado pelas receitas correntes previsionais, a subida anual, com exceção de 2020, revelada na previsão das receitas de capital e o crescimento contínuo por parte das outras receitas.

Tabela 2 – Evolução das receitas municipais previstas – 2018 a 2022

Unidade: M€

Receitas municipais	2018	2019	2020	2021	2022	Variação		
						2018-2022		2021-2022
						Abs.	%	%
Impostos diretos	1.063,16	1.085,30	1.128,55	1.258,90	1.354,98	291,82	27,4	7,6
Impostos indiretos	48,47	54,4	59,46	6,52	4,51	-43,96	-90,7	-30,8
Taxas, multas, outr penalidades	120,5	153,35	147,87	174,81	189,3	68,8	57,1	8,3
Rendimentos da propriedade	93,95	110,59	117,42	125,15	94,68	0,73	0,8	-24,3
Transferências e subsídios correntes	603,54	619,29	702,86	803,31	855,33	251,79	41,7	6,5
Venda bens e serviços correntes	358,81	378,07	397,09	347,89	382,42	23,61	6,6	9,9
Outras receitas correntes	62,22	70,63	61,37	63,31	122,9	60,68	97,5	94,1
<b>Receitas correntes</b>	<b>2 546,41</b>	<b>2 741,31</b>	<b>2 872,49</b>	<b>2 906,77</b>	<b>3 141,99</b>	<b>595,58</b>	<b>23,4</b>	<b>8,1</b>
Venda de bens investimento	66,47	289,63	81,3	132,18	125,39	58,92	88,6	-5,1
Transferências e subsídios de capital	249,64	272,79	325,53	341,55	361,69	112,05	44,9	5,9
Ativos financeiros	3,89	5,89	3,33	40,71	24,11	20,22	519,7	-40,8
Passivos financeiros	109,75	188,08	93,88	136,00	210,42	100,67	91,7	54,7
Outras receitas de capital	49,01	45,00	49,94	39,42	39,41	-9,6	-19,6	0
<b>Receitas de capital</b>	<b>478,76</b>	<b>801,39</b>	<b>553,98</b>	<b>689,86</b>	<b>761,02</b>	<b>282,26</b>	<b>59,0</b>	<b>10,3</b>
Reposições não abatidas pagam.	4,13	4,05	4,49	1,56	4,57	0,44	10,6	193,0
Saldo gerência anterior – Op orç	32,8	48,77	70,31	87,43	96,79	63,99	195,1	10,7
<b>Outras receitas</b>	<b>36,93</b>	<b>52,82</b>	<b>74,80</b>	<b>88,99</b>	<b>101,36</b>	<b>64,43</b>	<b>174,5</b>	<b>13,9</b>
<b>Receita total</b>	<b>3 062,09</b>	<b>3 595,51</b>	<b>3 501,26</b>	<b>3 685,62</b>	<b>4 004,38</b>	<b>942,29</b>	<b>30,8</b>	<b>8,6</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios da RLVT.

As receitas correntes projetadas evidenciam um aumento em +23,4%, entre 2018 e 2022, refletindo uma expectativa de aumento de receitas em +595,58 M€, decorrente essencialmente:

- Aumento previsto na cobrança de impostos diretos (descida residual em 2021);
- Subida contínua prevista para as transferências e subsídios correntes recebidos pelos municípios da RLVT, naquele período. O aumento das transferências contemplou também, a partir de 2019, a previsão da participação de 7,5% na receita do IVA<sup>19</sup>, bem como a previsão de receita relativa à transferência de competências operadas pela Lei n.º 50/2018;

- Subida prevista na venda de bens e serviços até 2022, com exceção da projeção de queda para 2021, evidenciando-se previsões que em 2022 ficam acima das de 2018.

Já as receitas de capital projetadas evidenciam um aumento em +59,0%, entre 2018 e 2022, refletindo uma expectativa de aumento de receitas em +282,26 M€. Esta evolução foi suportada, essencialmente:

- Crescimento anual contínuo por parte das transferências e subsídios de capital previstas refletindo um aumento em +112,05 M€ (+44,9%), entre 2018 e 2022. O aumento previsto para as transferências de capital poderá refletir a expectativa de arrecadação de receita ao nível dos fundos comunitários; o novo fundo distribuído nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do RFALEI – excedente<sup>20</sup>, bem como previsão de receita relativa à transferência de competências operadas pela Lei n.º 50/2018;
- A previsão para a venda de bens de investimento<sup>21</sup> refletiu subidas e descidas, em alternância, evidenciando-se crescimento quando comparados os exercícios de 2018 e 2022;
- Subida de receita prevista obter com passivos financeiros ao longo do período em análise, com exceção para 2020, crescendo dos 109,75 M€ em 2018 para os 210,42 M€ em 2022;
- A receita prevista com ativos financeiros rondando os 3 a 6 M€ entre 2018 e 2020, cresce significativamente para os 40,71 M€ em 2021, descendo para os 24,11 M€ em 2022;
- Descida no valor previsto para as outras receitas de capital, mantendo-se em 2021 e 2022 na ordem dos 39,4 M€.

Relativamente à previsão para as outras receitas evidencia-se também crescimento, em +174,5%, entre 2018 e 2022, refletindo uma expectativa de aumento de receitas em +64,43 M€.

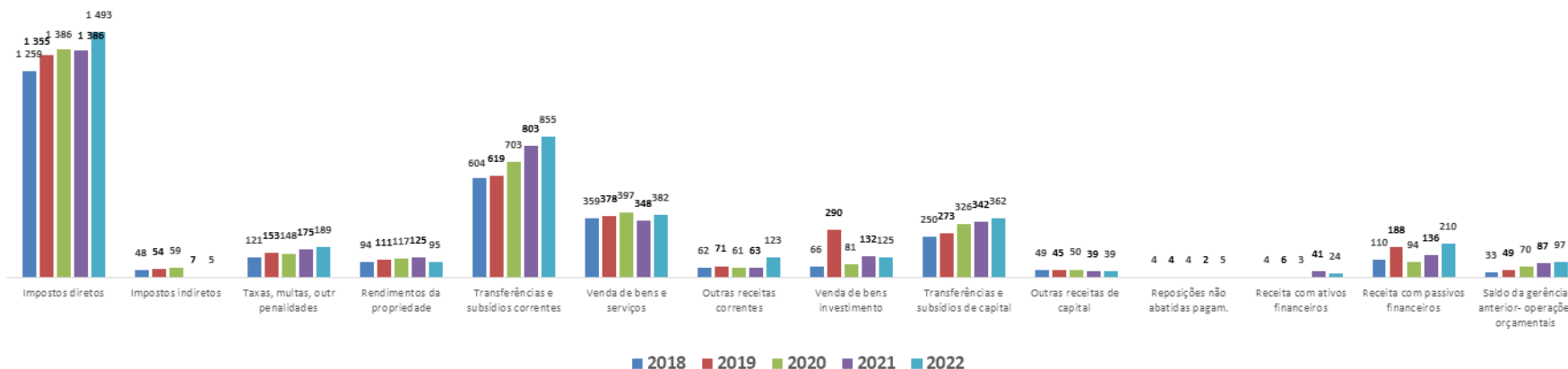
<sup>19</sup> Conforme Artigo 26-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. A participação na receita do IVA é distribuída aos municípios proporcionalmente, determinada por referência ao IVA liquidado na respetiva circunscrição territorial relativo às atividades económicas de alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás.

<sup>20</sup> O atual regime financeiro das autarquias locais, decorrente da alteração introduzida pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, prevê a inclusão de uma nova parcela resultante do excedente da variação da participação de cada município nos impostos do Estado, por via do FEF, do FSM e do IRS a distribuir de forma proporcional, pelos municípios.

<sup>21</sup> Atente-se à obrigatoriedade da aplicação da regra previsional aplicável à previsão orçamental das receitas resultantes da venda de imóveis, em que a orçamentação destas receitas fica limitada à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens de imóveis nos últimos 36 meses que precedam ao mês da elaboração do orçamento. Esta regra, aplicável inicialmente na elaboração dos orçamentos municipais para 2015, constou do artigo 253.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2014) e tem vindo a constar sucessivamente das LOE.

Gráfico 3 – Evolução das receitas municipais previstas, por rubrica – 2018 a 2022

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios da RLVT.

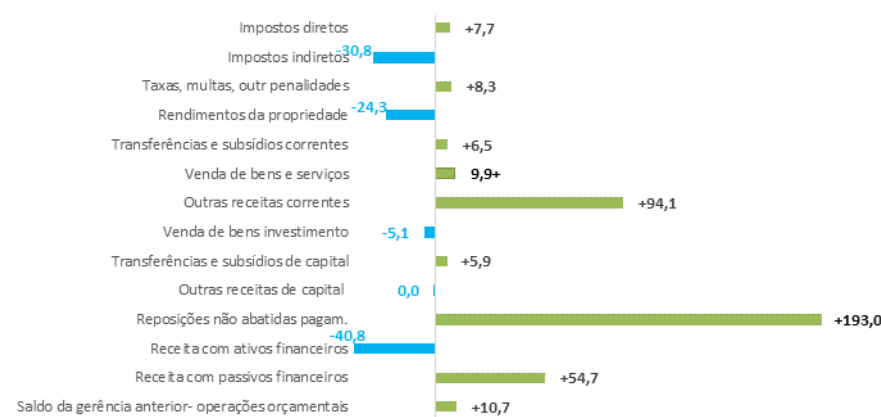
Em 2022, na RLVT, as previsões para a receita corrente apresentaram um valor acrescido em +8,1%, relativamente ao ano anterior, projetando-se também um acréscimo em +10,3% para as receitas de capital.

Por componente de receita previsional resultam as seguintes tendências, entre 2021 e 2022:

- Aumentaram os valores de receitas previstos para impostos diretos (+7,7%), taxas<sup>22</sup>, multas e outras penalidades (+8,3%), transferências e subsídios correntes (+6,5%) – estas essencialmente por via do aumento das transferências do Orçamento do Estado, venda de bens e serviços (+9,9%), outras receitas correntes (+94,1%), transferências e subsídios de capital (+5,9%), reposições não abatidas nos pagamentos (+193,0%), passivos financeiros (+54,7%) e saldo da gerência anterior (+10,7%);
- Diminuíram os valores de receitas previstos em impostos indiretos (-30,8%)<sup>23</sup>, rendimentos da propriedade (-24,3%), venda de bens de investimento (-5,1%), outras receitas de capital (-0,01%) e ativos financeiros (-40,8%).

Gráfico 4 – Variação da receita municipal prevista, por natureza económica – 2021 a 2022

Unidade: %



Fonte: Orçamentos iniciais para 2021 e 2022 dos municípios da RLVT.

<sup>22</sup> Com o SNC-AP foi feita uma alteração ao classificador económico das receitas que respeita ao registo das taxas. De acordo com as notas explicativas do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, o registo das taxas, independentemente de serem cobradas a pessoas coletivas ou particulares, deve ocorrer no capítulo 04 – Taxas, multas e outras penalidades, e não no

capítulo 02 – Impostos indiretos. Esta orientação poderá ter justificado a diminuição das receitas previstas nos impostos indiretos e subida previsional das taxas municipais.

<sup>23</sup> Ver nota anterior.

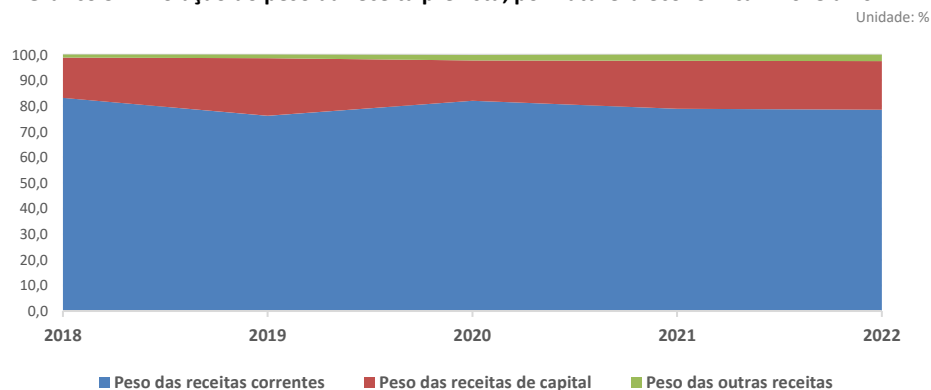
## 1.1.2 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA PREVISIONAL – 2018 A 2022

Na desagregação entre a previsão de receitas correntes, receitas de capital e outras receitas predominam, nos vários exercícios analisados, as receitas previstas com a natureza de receitas correntes, o que vai ao encontro do que se verifica em sede de execução orçamental.<sup>24</sup>

Da análise à estrutura da receita previsional municipal da RLVT, no conjunto dos exercícios financeiros que vão de 2018 a 2022, salienta-se o seguinte:

- Tendência decrescente do peso das receitas correntes nas receitas totais – de 83,2% (2018) para 78,5%, (2022), muito devido à descida do peso da venda de bens e serviços, bem como do peso dos impostos diretos e indiretos;
- Tendência genericamente crescente nas receitas de capital previstas, peso de 15,7% e de 19,0% no total das receitas, respetivamente em 2018 e 2022, destacando-se os aumentos do peso na venda de bens de investimento, nas transferências e subsídios de capital e nos passivos financeiros;
- Em média, as receitas correntes projetadas representam 79,8% do total previsto, contra 18,3% das receitas de capital.

Gráfico 5 – Evolução do peso da receita prevista, por natureza económica – 2018 a 2022



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios da RLVT.

Tabela 3 – Evolução do peso das receitas municipais previstas, por natureza económica – 2018 a 2022

Unidade: %

Peso na receita total	2018	2019	2020	2021	2022	Variação		
						2018-2022		2021-2022
						Abs.	%	%
Impostos diretos	41,1	37,7	39,6	37,6	37,3	-3,8	-9,3	-0,8
Impostos indiretos	1,6	1,5	1,7	0,2	0,1	-1,5	-92,9	-36,3
Taxas, multas, outr penalidades	3,9	4,3	4,2	4,7	4,7	0,8	20,1	-0,3
Rendimentos da propriedade	3,1	3,1	3,4	3,4	2,4	-0,7	-22,9	-30,4
Transferências e subsídios correntes	19,7	17,2	20,1	21,8	21,4	1,6	8,4	-2,0
Venda bens e serviços correntes	11,7	10,5	11,3	9,4	9,5	-2,2	-18,5	1,2
Outras receitas correntes	2,0	2,0	1,8	1,7	3,1	1,0	51,1	78,7
<b>Receitas correntes</b>	<b>83,2</b>	<b>76,2</b>	<b>82,0</b>	<b>78,9</b>	<b>78,5</b>	<b>-4,7</b>	<b>-5,6</b>	<b>-0,5</b>
Venda de bens investimento	2,2	8,1	2,3	3,6	3,1	1,0	44,3	-12,7
Transferências e subsídios de capital	8,2	7,6	9,3	9,3	9,0	0,9	10,8	-2,5
Ativos financeiros	0,1	0,2	0,1	1,1	0,6	0,5	373,9	-45,5
Passivos financeiros	3,6	5,2	2,7	3,7	5,3	1,7	46,6	42,4
Outras receitas de capital	1,6	1,3	1,4	1,1	1,0	-0,6	-38,5	-8,0
<b>Receitas de capital</b>	<b>15,7</b>	<b>22,4</b>	<b>15,8</b>	<b>18,8</b>	<b>19,0</b>	<b>3,3</b>	<b>21,0</b>	<b>1,1</b>
Reposições não abatidas pagam.	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	-15,4	169,7
Saldo gerência anterior – Op orç	1,1	1,4	2,0	2,4	2,4	1,3	125,7	1,9
<b>Outras receitas</b>	<b>1,2</b>	<b>1,5</b>	<b>2,1</b>	<b>2,4</b>	<b>2,5</b>	<b>1,3</b>	<b>108,3</b>	<b>4,2</b>
<b>Receita total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>			

Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios da RLVT.

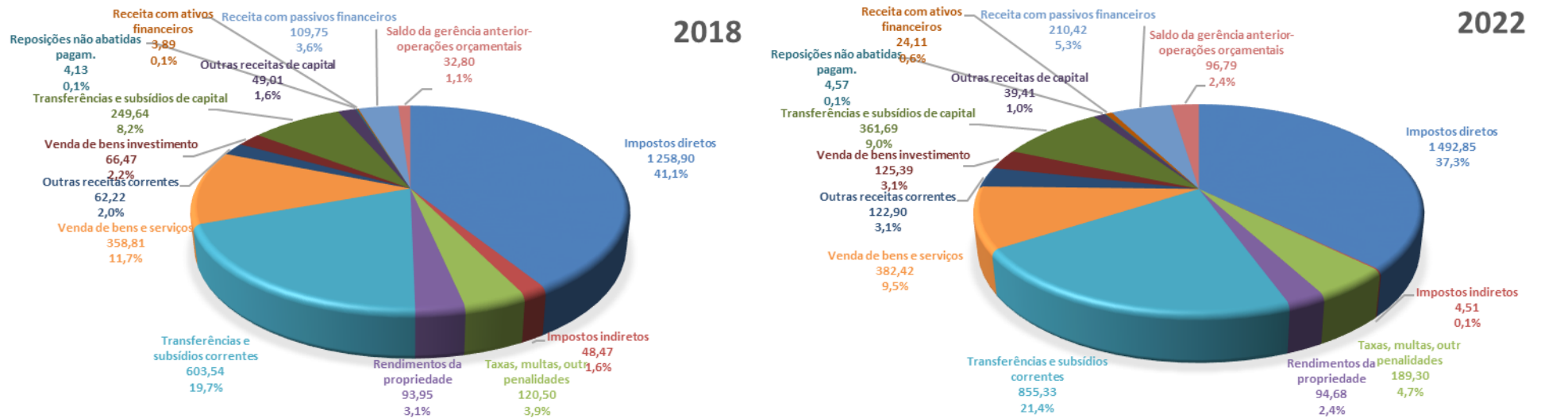
Na evolução do peso dos principais agregados de receitas municipais, destaca-se:

- A previsão na cobrança de impostos diretos que reflete um peso de 41,1% em 2018 descendo para um peso de 37,3% em 2022 (o peso mais baixo previsto nos últimos 5 anos), verificando-se igualmente uma diminuição do peso dos impostos indiretos, de um peso de 1,6% passa para 0,1%;
- A descida em 2019 do peso das transferências e subsídios correntes recebidas, peso de 17,2%, o mais baixo no período em análise, sendo posteriormente reforçado, 21,8% em 2021, voltando a cair em 2022 ao refletir um peso de 21,4%;

<sup>24</sup> Refira-se que a repartição da dotação FEF entre corrente e capital prevista na Lei das Finanças Locais, artigo 31.º, pode explicar de alguma forma o aumento do da receita corrente, considerando os limites definidos legalmente, o que faz crescer contabilisticamente a receita corrente face à receita de capital.

- Descida prevista no peso da venda de bens e serviços, evoluindo dos 11,7% em 2018 para um peso de 9,5% em 2022;
- Tendência genericamente crescente do peso das transferências e subsídios de capital no total das receitas municipais previstas – de 8,2% (2018) sobe até aos 9,0% (2022);
- Tendência irregular do peso do recurso previsto para novos empréstimos, sendo de 2,7% em 2020, peso mais baixo durante o período em análise, e de 5,3% em 2022, peso mais alto durante o período em análise.

Gráfico 6 – Evolução da estrutura da receita previsual municipal – 2018 e 2022



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 e 2022 dos municípios da RLVT.

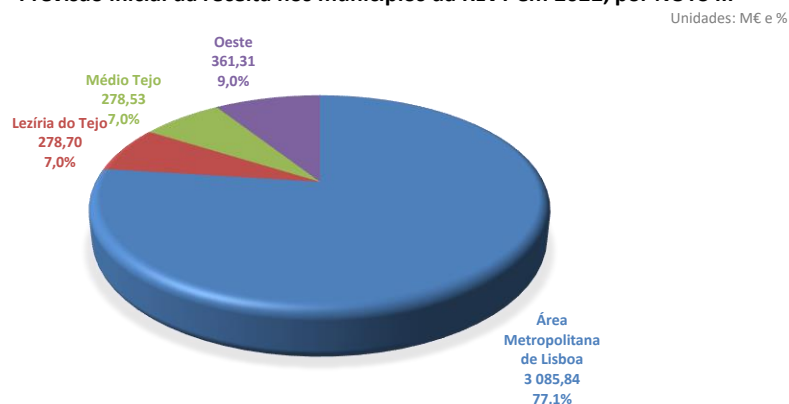


### 1.1.3 RECEITA PREVISIONAL MUNICIPAL – 2022

As receitas municipais estimadas para o ano de 2022 rondam os 4.004,38 M€, sendo que cerca de ¾ (77,1%) estão previstas arrecadar pelos municípios da AML, tal como se tem verificado ao nível da execução orçamental.

O valor de receitas municipais estimadas para 2022 na AML é de 3.085,84 M€, sendo de 361,31 M€ (9,0%) na sub-região do Oeste, 278,53 M€ (7,0%) no Médio Tejo e 278,70 M€ (7,0%) na Lezíria do Tejo.

Gráfico 7 – Previsão inicial da receita nos municípios da RLVT em 2022, por NUTS III



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios da RLVT.

Para 2022 as principais origens de receita municipal previsional na RLVT decorrem da cobrança de impostos diretos (37,3%), transferências e subsídios correntes (21,4%), venda de bens e serviços (9,5%), transferências e subsídios de capital (9,0%), passivos financeiros (5,3%) e taxas, multas e outras penalidades (4,7%).

O valor das receitas fiscais (impostos diretos e indiretos) previstas cobrar na RLVT representam 37,4% do total de receitas projetadas para 2022, representando as transferências e subsídios recebidos de outras entidades um peso de 30,4%.

Cada sub-região apresenta situações distintas nos principais agregados de receitas:

- Na AML as receitas com maior peso do total das receitas prevê-se ser as de impostos diretos (41,5%);

- No Oeste (31,5%), no Médio Tejo (38,3%) e na Lezíria do Tejo (38,5%) as transferências correntes estimadas detêm o maior peso nas receitas municipais. Por outro lado, as transferências de capital evidenciam a terceira maior posição no Oeste e na Lezíria do Tejo ocupando o segundo lugar no caso do Médio Tejo, revelando-se uma menor capacidade destas sub-regiões na formação de receitas próprias, sendo mais dependentes, em termos de gestão financeira, das transferências do Orçamento do Estado;
- O peso da venda de bens e serviços no total das receitas previstas para 2022 é de 10,3% na AML, 9,0% no Oeste, 6,1% na Lezíria do Tejo e 5,9% no Médio Tejo;
- Outra fonte de receitas, a relativa aos passivos financeiros previstos efetuar, representou um peso de 5,5% na AML, 5,1% no Médio Tejo, 4,5% no Oeste e 3,7% na Lezíria do Tejo.

Tabela 4 – Composição das receitas municipais previsionais, por NUTS III, 2022

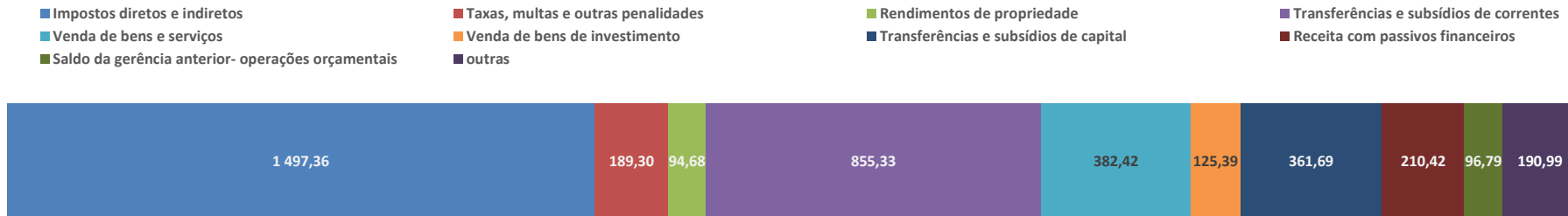
Unidades: M€ e %

Receitas municipais previstas	AML		Lezíria do Tejo		Médio Tejo		Oeste		RLVT	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Impostos diretos	1 280,04	41,5	60,55	21,7	44,69	16,0	107,57	29,8	1 492,85	37,3
Impostos indiretos	1,88	0,1	0,16	0,1	0,22	0,1	2,25	0,6	4,51	0,1
Taxas, multas, outras penalidades	171,89	5,6	5,20	1,9	5,27	1,9	6,94	1,9	189,30	4,7
Rendimentos da propriedade	58,61	1,9	11,05	4,0	11,17	4,0	13,85	3,8	94,68	2,4
Transferências e subsídios correntes	527,59	17,1	107,20	38,5	106,64	38,3	113,91	31,5	855,33	21,4
Venda bens e serviços correntes	316,41	10,3	16,96	6,1	16,52	5,9	32,53	9,0	382,42	9,5
Outras receitas correntes	100,64	3,3	15,41	5,5	5,04	1,8	1,82	0,5	122,90	3,1
<b>Receitas correntes</b>	<b>2 457,05</b>	<b>79,6</b>	<b>216,52</b>	<b>77,7</b>	<b>189,55</b>	<b>68,1</b>	<b>278,86</b>	<b>77,2</b>	<b>3 141,99</b>	<b>78,5</b>
Venda de bens investimento	122,71	4,0	0,29	0,1	1,45	0,5	0,95	0,3	125,39	3,1
Transferências e subsídios de capital	191,77	6,2	48,89	17,5	58,14	20,9	62,90	17,4	361,69	9,0
Ativos financeiros	21,72	0,7	2,20	0,8	0,18	0,1	0,00	0,0	24,11	0,6
Passivos financeiros	169,64	5,5	10,37	3,7	14,27	5,1	16,15	4,5	210,42	5,3
Outras receitas de capital	22,69	0,7	0,36	0,1	14,37	5,2	1,99	0,5	39,41	1,0
<b>Receitas de capital</b>	<b>528,53</b>	<b>17,1</b>	<b>62,11</b>	<b>22,2</b>	<b>88,41</b>	<b>31,8</b>	<b>81,99</b>	<b>22,7</b>	<b>761,02</b>	<b>19,0</b>
Reposições não abatidas pagam.	3,91	0,1	0,07	0,0	0,57	0,2	0,02	0,0	4,57	0,1
Saldo gerência anterior – Op orç	96,34	3,1	0,00	0,0	0,00	0,0	0,45	0,1	96,79	2,4
<b>Outras receitas</b>	<b>100,25</b>	<b>3,2</b>	<b>0,07</b>	<b>0,0</b>	<b>0,57</b>	<b>0,2</b>	<b>0,47</b>	<b>0,1</b>	<b>101,36</b>	<b>2,5</b>
<b>Receita total</b>	<b>3 085,84</b>	<b>100</b>	<b>278,70</b>	<b>100</b>	<b>278,53</b>	<b>100</b>	<b>361,31</b>	<b>100</b>	<b>4 004,38</b>	<b>100</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios da RLVT.

Gráfico 8 – Estrutura da receita previsual municipal, RLVT – 2022

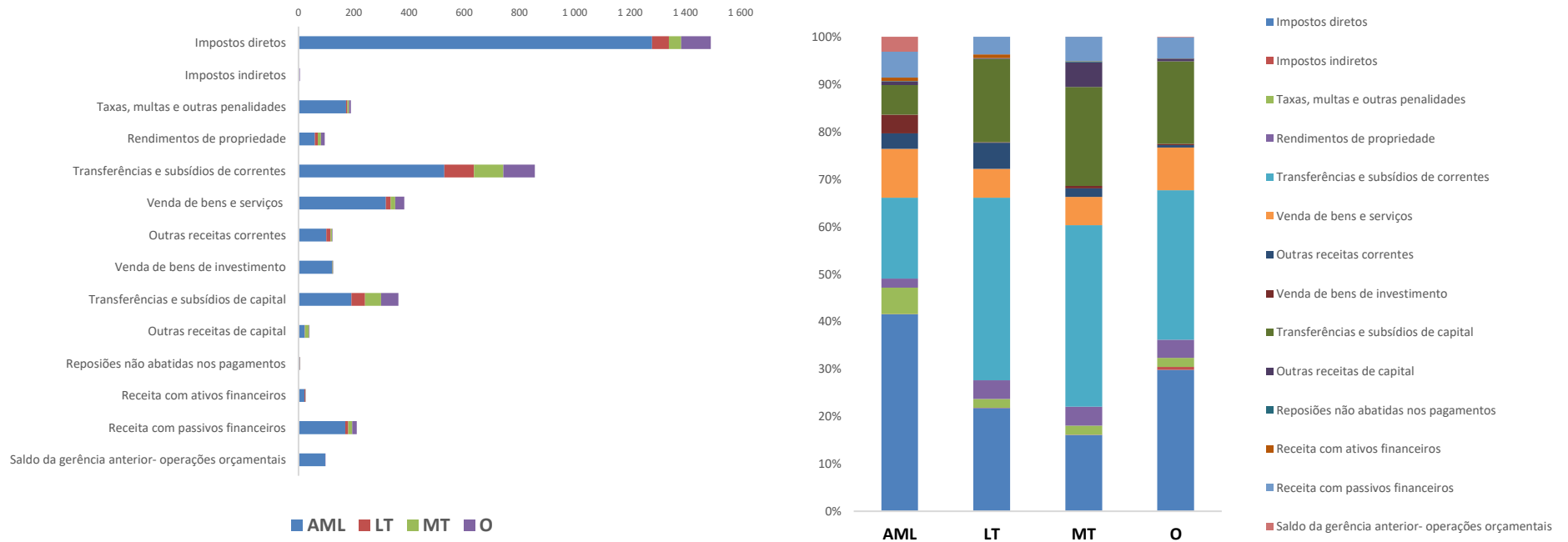
Unidade: M€



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios da RLVT.

Gráfico 9 – Estrutura da receita previsual municipal, por NUTS III – 2022

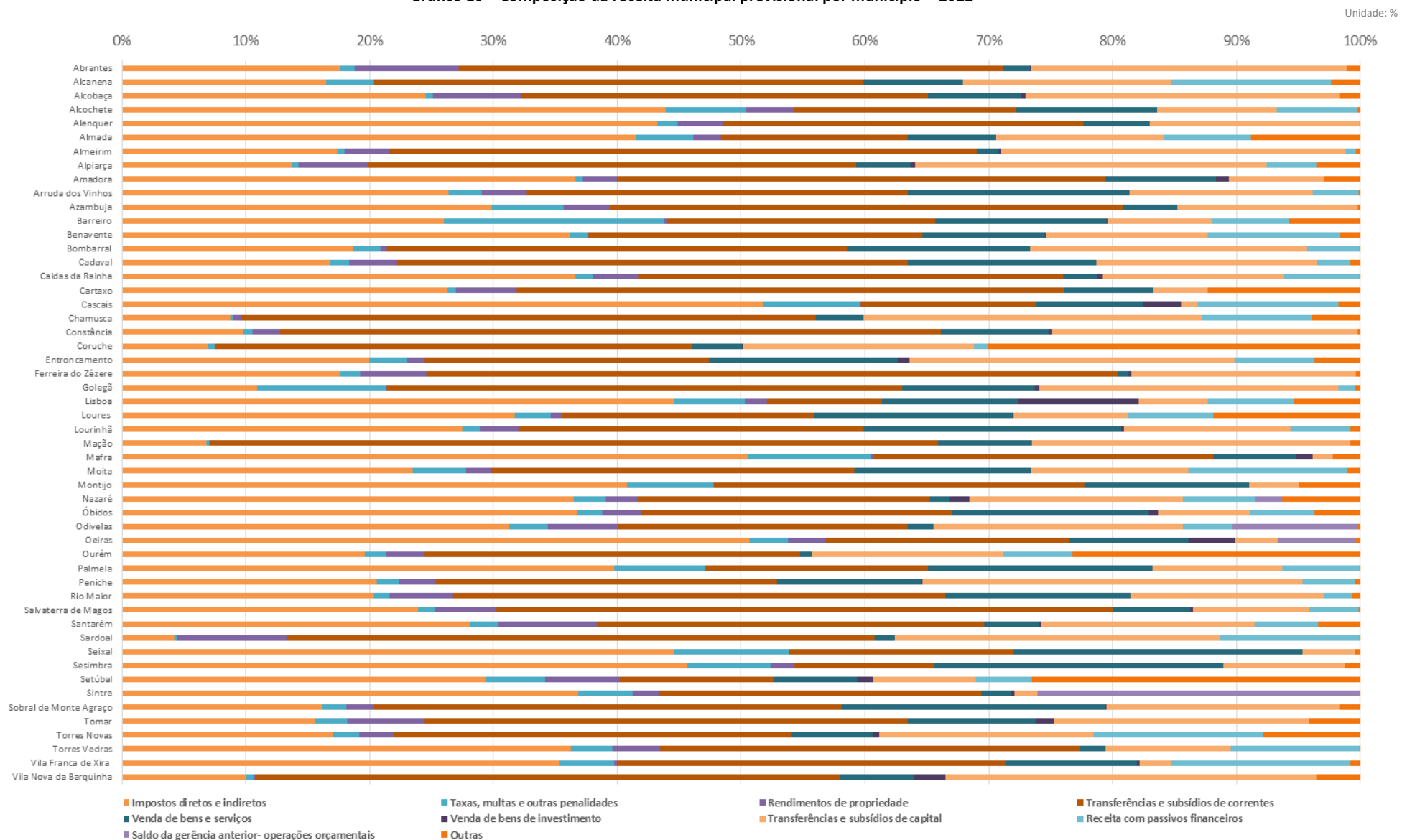
Unidade: M€ e %



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios da RLVT.

O gráfico e tabela seguintes evidenciam heterogeneidade no montante e composição das receitas municipais previsionais, muito reveladora de situações distintas que caracterizam a administração e gestão financeira local na RLVT.

**Gráfico 10 – Composição da receita municipal previsual por município – 2022**



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios da RLVT.

Tabela 5 – Receita municipal previsional por município – 2022

Unidade: €

Município	Impostos diretos e indiretos	Taxas, multas e outras penalidades	Rendimentos de propriedade	Transferências e subsídios de correntes	Venda de bens e serviços	Venda de bens de investimento	Transferências e subsídios de capital	Receita com passivos financeiros	Saldo da gestão anterior- operações orçamentais	Outras	Receita total
Abrantes	7 145 920	475 660	3 417 612	17 844 069	891 960	11 410	10 336 149	100		461 000	40 583 880
Alcanena	3 237 604	758 320	6 671	7 763 265	1 579 074	5 010	3 306 390	2 529 080	0	471 024	19 656 438
Alcobaça	13 246 583	300 749	3 865 293	17 735 846	4 044 590	200 000	13 694 230	0	0	905 409	53 992 700
Alcochete	9 430 936	1 385 131	826 023	3 861 886	2 442 579	0	2 074 427	1 400 000	0	50 225	21 471 207
Alenquer	16 446 503	630 266	1 384 951	11 065 196	2 050 894	800	6 446 692			20 112	38 045 414
Almada	59 068 500	6 507 000	3 265 725	21 401 105	10 088 000	60 300	19 272 656	10 000 000	0	12 560 080	142 223 366
Almeirim	4 264 932	135 134	872 389	11 638 050	448 620	35 631	6 833 873	200 000	0	80 254	24 508 883
Alpiarça	1 623 900	60 145	661 500	4 656 020	521 500	43 000	3 353 500	471 750	0	420 145	11 811 460
Amadora	37 431 317	561 637	2 846 322	40 223 726	9 124 558	1 064 600	7 791 965	0	0	3 062 792	102 106 917
Arruda dos Vinhos	3 903 498	401 432	531 622	4 556 001	2 653 426	18	2 186 336	550 003	0	23 839	14 806 175
Azambuja	6 045 808	1 175 780	749 229	8 384 749	883 706	40	2 951 323	0	0	43 935	20 234 570
Barreiro	16 886 110	11 554 588	126 870	14 100 567	8 987 374	63 200	5 460 966	4 052 961	0	3 756 629	64 989 265
Benavente	9 614 409	370 042	7 346	7 165 686	2 625 053	15 945	3 482 850	2 831 580	0	437 402	26 550 313
Bombarral	2 636 370	315 650	72 000	5 266 012	2 084 591	7 000	3 160 127	600 000		11 200	14 152 950
Cadaval	2 480 380	227 719	567 252	6 094 358	2 241 200	12	2 632 719	400 000	0	115 687	14 759 327
Caldas da Rainha	13 698 401	529 220	1 370 946	12 828 777	1 025 809	169 421	5 471 127	2 300 000	0	16 629	37 410 330
Cartaxo	5 911 320	151 167	1 097 548	9 951 724	1 611 055	5 950	981 369	3 850		2 768 970	22 482 953
Cascais	155 071 312	23 210 277	383 808	42 119 890	26 057 206	9 109 808	3 959 709	34 102 566	0	5 323 025	299 337 601
Chamusca	1 569 998	36 571	129 455	8 324 746	685 484	4 321	4 907 072	1 590 000	0	700 755	17 948 402
Constância	828 088	62 854	189 238	4 517 670	738 449	23 027	2 091 899	1	0	17 704	8 468 930
Coruche	2 565 237	167 285	10 543	14 129 388	1 446 733	28 214	6 833 521	402 066	0	11 021 355	36 604 342
Entroncamento	4 543 229	697 547	319 678	5 236 324	3 457 548	217 293	5 986 369	1 470 460	0	838 552	22 767 000
Ferreira do Zêzere	1 722 890	154 507	526 978	5 451 961	85 702	20 314	1 773 346	0	0	36 503	9 772 201
Golegã	1 032 022	985 609	300	3 935 793	1 009 989	32 900	2 279 990	132 750	0	38 100	9 447 453
Lisboa	458 603 585	58 558 820	18 686 330	95 574 420	112 377 235	100 708 420	56 664 972	72 200 000	0	54 914 990	1 028 288 772
Loures	60 374 901	5 497 768	1 809 397	38 701 493	30 574 552	63 110	17 620 698	13 165 408	0	22 586 167	190 393 494
Lourinhã	8 612 249	450 388	969 964	8 743 234	6 532 276	61 585	4 229 751	1 510 000	0	256 074	31 365 521
Mação	877 350	35 846	300	7 577 826	976 466	4 446	3 312 708	200	100	100 799	12 886 041
Mafra	36 825 170	7 258 950	119 445	19 987 320	4 866 990	1 011 015	1 195 282	0	0	1 591 870	72 856 042
Moita	10 780 007	2 008 299	895 595	13 525 092	6 554 288	6 000	5 810 674	5 909 577	0	490 360	45 979 892
Montijo	17 068 398	2 911 659	10 013	12 518 616	5 546 926	11 461	1 683 138	0	0	2 075 319	41 825 530
Nazaré	7 660 255	539 904	528 116	4 960 432	329 844	344 312	3 618 125	1 241 440	453 796	1 318 287	20 994 511
Óbidos	7 220 584	399 854	612 300	4 923 422	3 129 860	137 985	1 458 524	1 030 627	0	720 486	19 633 641
Odivelas	41 173 655	4 138 680	7 406 410	30 867 574	2 791 930	60	26 505 946	5 275 992	13 346 634	246 900	131 753 780
Oeiras	101 281 203	6 122 813	5 946 317	39 518 807	19 111 182	7 663 760	6 831 673	20	12 416 113	901 162	199 793 050
Ourém	10 588 500	891 900	1 709 600	16 359 850	5 000 000	5 400	8 339 578	3 000 300	0	12 538 022	53 933 150
Palmela	23 930 441	4 395 363	25 002	10 784 680	10 906 021	1 285	6 337 414	3 725 555	0	45 652	60 151 413
Peniche	7 057 735	619 110	1 009 500	9 445 445	4 011 145	21 845	10 507 360	1 470 300	0	143 300	34 285 740
Rio Maior	5 067 921	319 973	1 278 782	9 906 850	3 705 672	2 274	3 888 144	583 999	0	160 295	24 913 910
Salvaterra de Magos	3 567 566	197 786	743 268	7 416 603	929 784	35 776	1 386 961	600 000	0	24 046	14 901 790
Santarém	19 453 569	1 596 483	5 498 087	21 687 088	3 093 186	82 510	11 989 942	3 556 204	0	2 337 818	69 294 887
Sardoal	467 390	25 953	974 715	5 249 188	178 570	384	2 903 373	1 246 032	0	7 897	11 053 502
Seixal	49 661 976	10 340 107	66 000	20 165 897	26 018 200	4 000	4 670 856	0	0	515 090	111 442 126
Sesimbra	29 181 110	4 345 845	1 208 475	7 229 297	14 955 105	600	6 275 181	0	0	800 284	63 995 897
Setúbal	43 286 800	7 203 028	8 848 500	18 263 217	9 982 401	1 895 400	12 251 457	6 795 455	0	39 093 742	147 620 000
Sintra	100 202 000	11 891 600	5 958 000	70 633 240	6 521 100	839 000	5 073 060	0	70 575 000	242 000	271 935 000
Sobral Monte Agraço	2 288 660	272 305	321 840	5 346 536	3 020 975	6 400	2 657 009	300	0	244 350	14 158 375
Tomar	6 865 175	1 149 759	2 740 460	17 152 688	4 535 319	643 100	9 055 223	2 000	0	1 815 276	43 959 000
Torres Novas	7 497 390	948 976	1 272 777	14 160 095	2 896 072	229 301	7 652 346	6 018 433	0	3 479 634	44 155 024
Torres Vedras	24 564 000	2 249 903	2 614 000	22 945 661	1 403 250	0	6 833 293	7 045 893	0	51 000	67 707 000
Vila Franca de Xira	31 663 906	4 000 500	181 000	28 109 927	9 503 457	210 000	2 294 374	13 008 674	0	703 600	89 675 438
Vila Nova Barquinha	1 132 000	69 800	14 000	5 327 563	680 369	286 360	3 378 608	0	0	402 300	11 291 000
<b>Receita total</b>	<b>1 497 358 763</b>	<b>189 295 662</b>	<b>94 677 492</b>	<b>855 334 870</b>	<b>382 417 275</b>	<b>125 394 003</b>	<b>361 694 274</b>	<b>210 423 576</b>	<b>96 791 643</b>	<b>190 988 046</b>	<b>4 004 375 603</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios da RLVT.

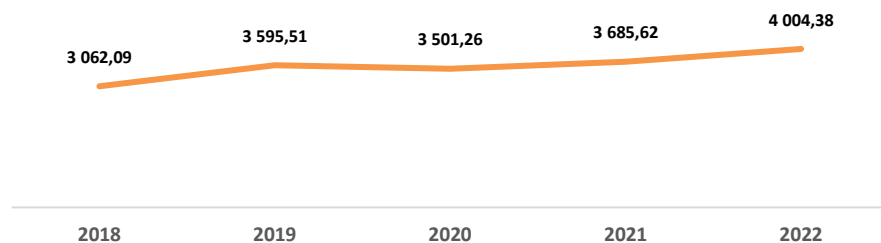
## 1.2 DESPESA PREVISIONAL MUNICIPAL

### 1.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA PREVISIONAL – 2018 A 2022

Entre 2018 e 2022, na RLVT, a despesa prevista nos orçamentos iniciais municipais evoluiu de 3.062,09 M€ para 4.004,38 M€, refletindo um acréscimo previsional em +942,29 M€ (+30,8%).

Gráfico 11 – Evolução do total de despesa prevista pelos municípios – 2018 a 2022

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios da RLVT.

Ao longo do período em análise evidenciaram-se acréscimos anuais sucessivos das despesas previsionais dos municípios da RLVT, à exceção do ano de 2020, ou seja, +17,4% (2019), -2,6% (2020), +5,3% (2021) e +8,6% (2022).

Tabela 6 – Evolução da despesa municipal previsional, por NUTS III – 2018 a 2022

Unidade: M€

NUTS III	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2018-2022	2021-2022
AML	2 304,78	2 799,55	2 682,06	2 773,81	3 085,84	33,9	11,2
Lezíria do Tejo	214,25	223,97	242,86	271,76	278,70	30,1	2,6
Médio Tejo	227,37	246,09	252,07	274,54	278,53	22,5	1,5
Oeste	315,68	325,9	324,28	365,5	361,31	14,5	-1,1
<b>RLVT</b>	<b>3 062,09</b>	<b>3 595,51</b>	<b>3 501,26</b>	<b>3 685,62</b>	<b>4 004,38</b>	<b>30,8</b>	<b>8,6</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios da RLVT.

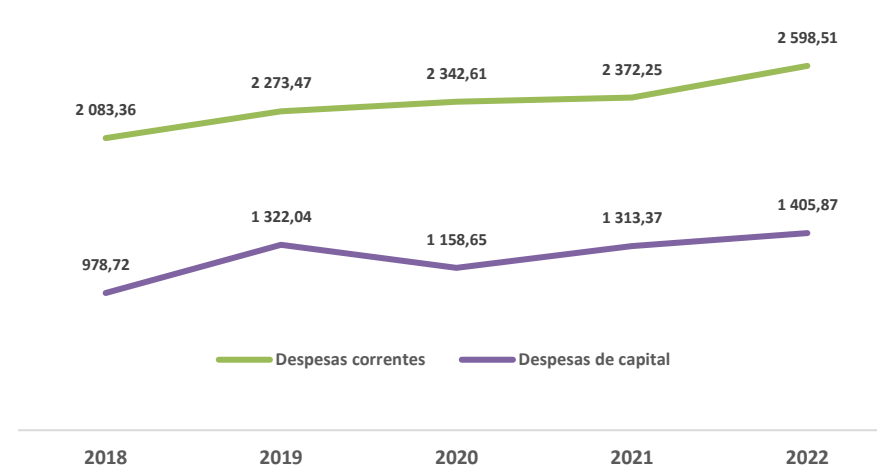
Sublinhe-se o crescimento das despesas previsionais municipais em todas as NUTS III, entre 2018 e 2022, consolidando a tendência regional, embora não de forma contínua ao longo dos anos.

A tendência anual regional foi principalmente influenciada pela dinâmica revelada pela sub-região da Área Metropolitana de Lisboa, sendo que o crescimento anual foi contínuo no Médio

Tejo e na Lezíria do Tejo. No Oeste refletiram-se dinâmicas alternadas nas previsões de subida e descida da despesa.

Gráfico 12 – Evolução da despesa prevista pelos municípios – 2018 a 2022

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios da RLVT.

Analisando a evolução dos grandes agregados de despesa releve-se o crescimento anual contínuo evidenciado pelas despesas correntes previsionais.

As despesas de capital revelam uma previsão de aumento entre 2018 e 2019, descendo em 2020 para depois se estimar aumentos nos anos seguintes.

Tabela 7 – Evolução das despesas municipais previstas – 2018 a 2022

Unidade: M€

Despesas municipais	2018	2019	2020	2021	2022	Variação		
						2018-2022		2021-2022
						Abs.	%	%
Despesas com o pessoal	913,21	954,21	1 027,15	1 061,13	1 112,21	199,00	21,8	4,8
Aquisição de bens e serviços	783,97	867,95	885,99	872,02	987,28	203,30	25,9	13,2
Juros e outros encargos	22,41	77,08	14,43	12,71	11,31	-11,09	-49,5	-11,0
Transferências correntes	227,41	249,06	285,20	290,25	324,10	96,69	42,5	11,7
Subsídios correntes	43,39	75,39	78,22	90,51	115,83	72,43	166,9	28,0
Outras despesas correntes	92,98	49,78	51,62	45,64	47,79	-45,19	-48,6	4,7
<b>Despesas correntes</b>	<b>2 083,36</b>	<b>2 273,47</b>	<b>2 342,61</b>	<b>2 372,25</b>	<b>2 598,51</b>	<b>515,15</b>	<b>24,7</b>	<b>9,5</b>
Aquisição de bens de capital	743,10	1 047,60	938,11	1 105,15	1 202,28	459,18	61,8	8,8
Transferências e subsídios de capital	87,23	125,88	98,29	97,93	97,22	9,99	11,4	-0,7
Despesa com ativos financeiros	11,95	9,01	3,99	1,39	7,68	-4,26	-35,7	454,0
Despesa com passivos financeiros	133,31	130,78	114,89	106,85	97,30	-36,02	-27,0	-8,9
Outras despesas de capital	3,13	8,77	3,37	2,05	1,39	-1,74	-55,5	-32,0
<b>Despesas de capital</b>	<b>978,72</b>	<b>1 322,04</b>	<b>1 158,65</b>	<b>1 313,37</b>	<b>1 405,87</b>	<b>427,15</b>	<b>43,6</b>	<b>7,0</b>
<b>Despesa total</b>	<b>3 062,09</b>	<b>3 595,51</b>	<b>3 501,26</b>	<b>3 685,62</b>	<b>4 004,38</b>	<b>942,29</b>	<b>30,8</b>	<b>8,6</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios da RLVT.

As despesas correntes projetadas evidenciam um aumento em +24,7%, entre 2018 e 2022, refletindo uma expectativa de aumento de despesas em +515,15 M€, decorrente essencialmente:

- Aumento previsto, sempre contínuo, nas despesas com o pessoal (+21,8%);
- Os montantes para aquisição de bens e serviços, apesar da sua tendência crescente, projetam uma queda pontual em 2021, estimando-se um aumento global em +25,9%;
- Subida contínua prevista nas transferências (+42,5%) e subsídios correntes (+166,9%), que pode ser em parte justificada pela previsão da despesa inerente à delegação de competências dos municípios nas freguesias<sup>25</sup>;

- Descida prevista no pagamento de juros e outros encargos financeiros, atendendo à redução verificada nos últimos anos nas taxas de juro aplicadas no recurso ao crédito e à diminuição das dívidas a terceiros que se tem registado nos municípios (-49,5%, entre 2018 e 2022). Apenas as previsões para 2019 refletiram uma dinâmica diferente.

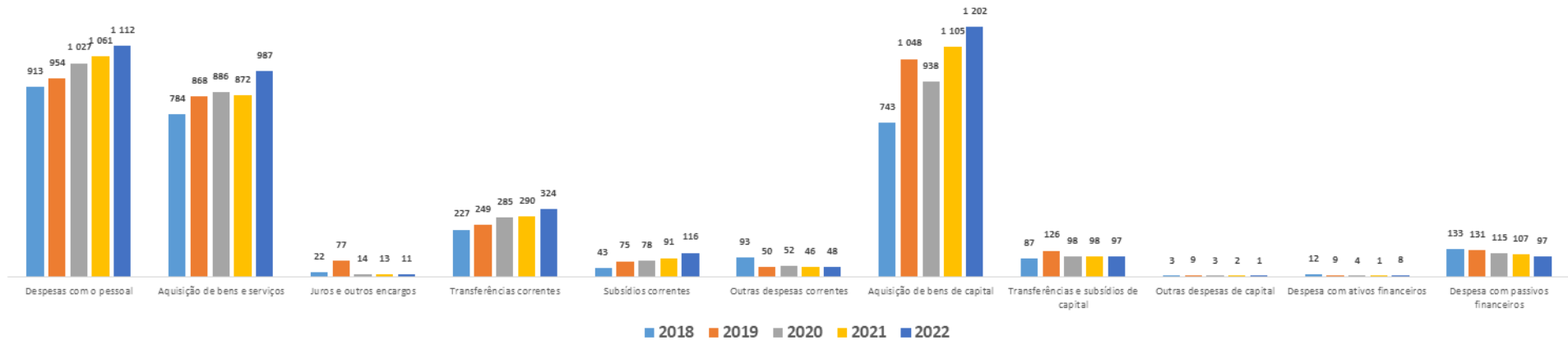
Já as despesas de capital projetadas evidenciam um aumento em +43,6%, entre 2018 e 2022, refletindo uma expectativa de aumento de despesas em +427,15 M€. Esta evolução foi suportada, essencialmente:

- Com a previsão efetuada para os investimentos a realizar através da aquisição de bens de capital, projetando-se subidas anuais, com exceção para o ano de 2020, num aumento global em +459,18 M€ (+61,8%);
- Já as transferências de capital e subsídios previstos pagar a outras entidades refletem tendências irregulares, entre 2018 e 2022, evidenciando um pico nas previsões para 2019, estimando-se para 2022 valores que acrescem em +11,4% face aos de 2018;
- Descida contínua dos passivos financeiros ao longo do período em análise, projetando-se queda nos valores a pagar com amortizações de empréstimos financeiros, descendo dos 133,31 M€ em 2018 para os 97,30 M€ em 2022;
- As despesas previstas com ativos financeiros evidenciam uma descida contínua até 2021, decorrente essencialmente da descida das contribuições dos municípios para o Fundo de Apoio Municipal. A despesa prevista com ativos financeiros, rondando os 11,95 M€ em 2018, desceu significativamente para os 1,39 M€ em 2021, subindo para os 7,68 M€ em 2022.

<sup>25</sup> Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.

**Gráfico 13 – Evolução das despesas municipais previstas, por rubrica – 2018 a 2022**

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios da RLVT.

O cenário evolutivo previsto para 2022, face ao ano anterior, reflete também uma tendência de subida nas despesas municipais (+8,6%), essencialmente devido ao acréscimo previsto para os gastos em pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios correntes e aquisição de bens de capital, numa aposta reforçada no investimento.

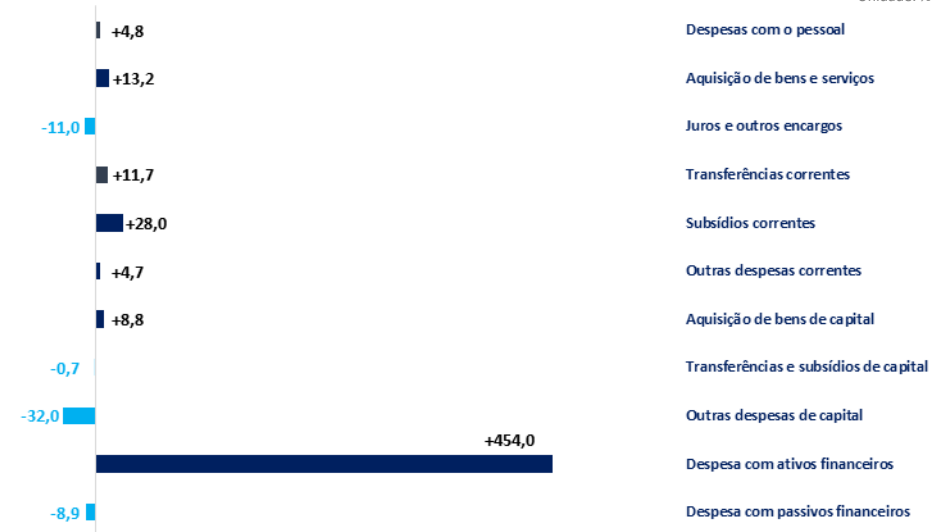
Em 2022, na RLVT, as previsões para a despesa corrente apresentam um valor acrescido em +9,5%, relativamente ao ano anterior, projetando-se também um acréscimo em +7,0% para as despesas de capital.

Por componente de despesa previsional resultam as seguintes tendências, entre 2021 e 2022:

- Aumentam os valores previstos com as despesas com o pessoal (+4,8%), aquisição de bens e serviços (+13,2%), transferências correntes (+11,7%) e subsídios correntes (+28,0%), outras despesas correntes (+4,7%), bem como no investimento através da aquisição de bens de capital (+8,8%) e ativos financeiros (+454,0%);
- Estima-se uma diminuição dos gastos com o serviço de dívida com o decréscimo previsto nas despesas em juros e outros encargos (-11,0%) e nos passivos financeiros (-8,9%), transferências e subsídios de capital (-0,7%) e outras despesas de capital (-32,0%).

**Gráfico 14 – Variação da despesa municipal prevista, por natureza económica – 2021 a 2022**

Unidade: %



Fonte: Orçamentos iniciais para 2021 e 2022 dos municípios da RLVT.



## 1.2.2 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA PREVISIONAL – 2018 A 2022

Na desagregação entre a previsão de despesas correntes e de despesas de capital predominam, nos vários exercícios analisados, as despesas previstas com a natureza corrente, o que vai ao encontro do que se verifica em sede de execução orçamental.

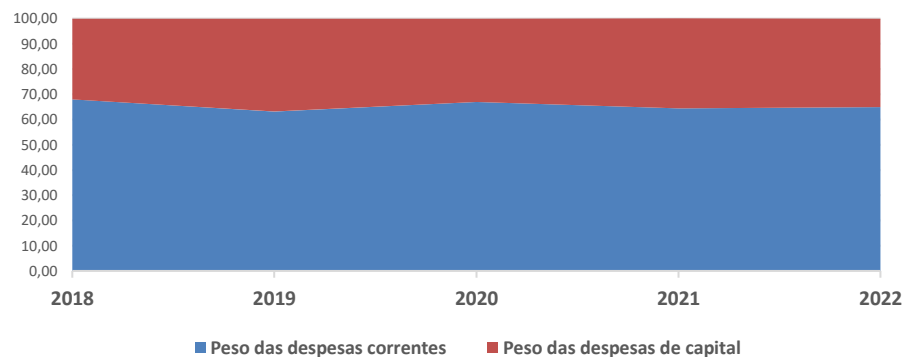
No entanto, resultado da tendência crescente que se tem vindo a revelar com as previsões de aumento do investimento direto, nomeadamente na aquisição de bens de capital, face a anos anteriores, tem ocorrido uma redução do peso das despesas correntes, embora essa tendência não se apresente regular. O peso das despesas correntes representa atualmente 64,9% do total das despesas previstas, quando em 2018 esse peso foi estimado em 68,0%.

Da análise à estrutura da despesa previsional municipal da RLVT, no conjunto dos exercícios financeiros que vão de 2018 a 2022, salienta-se o seguinte:

- Como referido, tendência decrescente do peso das despesas correntes nas despesas totais, sobretudo devido às projeções, em baixa, no peso da aquisição de bens e serviços, no peso das despesas com o pessoal e no peso dos juros e outros encargos;
- Tendência de subida, mas irregular, nas despesas de capital previstas, peso de 32,0% e de 35,0% no total das despesas, respetivamente em 2018 e 2022, destacando-se o aumento do peso das despesas na aquisição de bens de capital;
- Em média, as despesas correntes projetadas representam 65,5% do total previsto, contra 34,5% das despesas de capital, entre 2018 e 2022.

**Gráfico 15 – Evolução do peso da despesa prevista, por natureza económica – 2018 a 2022**

Unidade: %



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios da RLVT.

**Tabela 8 – Evolução do peso das despesas municipais previstas, por natureza económica – 2018 a 2022**

Unidade: %

Peso na despesa total dos municípios	2018	2019	2020	2021	2022	Variação		
						2018-2022		2021-2022
						Abs.	%	%
Despesas com o pessoal	29,8	26,5	29,3	28,8	27,8	-2,0	-6,9	-3,5
Aquisição de bens e serviços	25,6	24,1	25,3	23,7	24,7	-0,9	-3,7	4,2
Juros e outros encargos	0,7	2,1	0,4	0,3	0,3	-0,4	-61,4	-18,1
Transferências correntes	7,4	6,9	8,1	7,9	8,1	0,7	9,0	2,8
Subsídios correntes	1,4	2,1	2,2	2,5	2,9	1,5	104,1	17,8
Outras despesas correntes	3,0	1,4	1,5	1,2	1,2	-1,8	-60,7	-3,6
<b>Despesas correntes</b>	<b>68,0</b>	<b>63,2</b>	<b>66,9</b>	<b>64,4</b>	<b>64,9</b>	<b>-3,1</b>	<b>-4,6</b>	<b>0,8</b>
Aquisição de bens de capital	24,3	29,1	26,8	30,0	30,0	5,8	23,7	0,1
Transferências e subsídios de capital	2,8	3,5	2,8	2,7	2,4	-0,4	-14,8	-8,6
Despesa com ativos financeiros	0,4	0,3	0,1	0,0	0,2	-0,2	-50,8	409,9
Despesa com passivos financeiros	4,4	3,6	3,3	2,9	2,4	-1,9	-44,2	-16,2
Outras despesas de capital	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	-0,1	-65,9	-37,4
<b>Despesas de capital</b>	<b>32,0</b>	<b>36,7</b>	<b>33,1</b>	<b>35,7</b>	<b>35,0</b>	<b>3,0</b>	<b>9,4</b>	<b>-2,0</b>
<b>Despesa total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>			

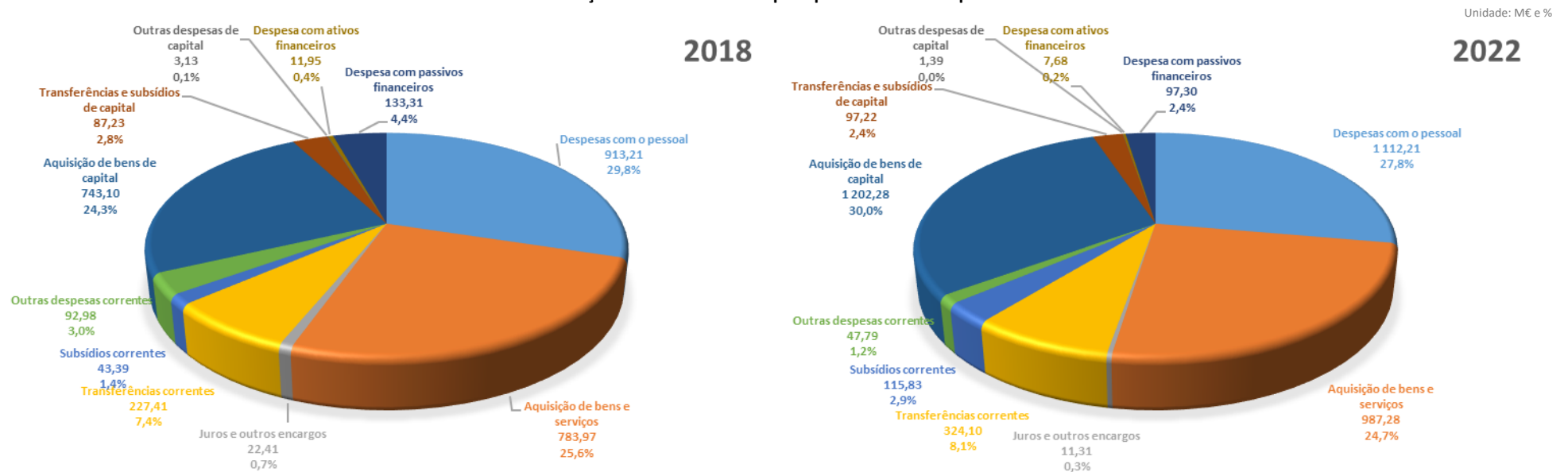
Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios da RLVT.

Analisando a evolução do peso dos principais agregados de despesas municipais, entre 2018 e 2022, destaca-se:

- A subida genérica no peso previsto para a aquisição de bens de capital, de 24,3% para 30,0%, reforçando-se o peso do investimento direto, ultrapassando em 2019, 2021 e 2022 o peso previsto para as despesas com o pessoal;
- A oscilação no peso das despesas com o pessoal, a rondar entre um peso de 26,5% em 2019 (o peso mais baixo previsto nos últimos 5 anos) e o peso de 29,8% em 2018, sendo que em 2022 se estima um peso deste agregado em 27,8%;

- A alternância de descidas e subidas no peso das despesas com a aquisição de bens e serviços, sendo 25,6% em 2018 e de 24,7% em 2022;
- As descidas e subidas sequenciais do peso das transferências correntes cedidas, peso mais baixo ocorrido em 2019 (6,9%), prevendo-se atingir um peso de 8,1% em 2022 que pode ser em parte justificada pela previsão da despesa inerente à delegação de competências dos municípios nas freguesias; se às transferências adicionarmos os subsídios atribuídos a tendência revela-se de contínuo crescimento, evoluindo dos 8,8% para os 11,0%, entre 2018 e 2022;
- Tendência genérica de descida na projeção dos encargos com o serviço da dívida, evoluindo de um peso de 5,1% em 2018 para 2,7% em 2022.

Gráfico 16 – Evolução da estrutura da despesa previsional municipal – 2018 e 2022



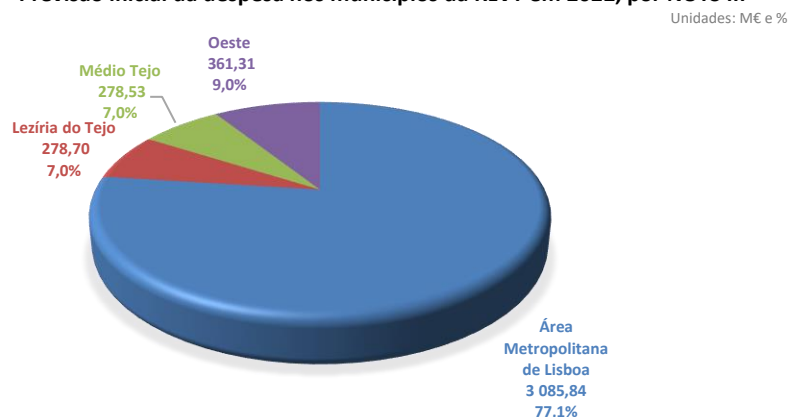
Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 e 2022 dos municípios da RLVT.

### 1.2.3 DESPESA PREVISIONAL MUNICIPAL – 2022

As despesas municipais estimadas para o ano de 2022 rondam os 4.004,38 M€, sendo que cerca de ¾ (77,1%) estão previstas ser gastas pelos municípios da AML, tal como se tem verificado ao nível da execução orçamental.

O valor de despesas municipais estimadas para 2022 na AML foi de 3.085,84 M€, sendo de 361,31 M€ (9,0%) na sub-região do Oeste, 278,53 M€ (7,0%) no Médio Tejo e 278,70 M€ (7,0%) na Lezíria do Tejo.

Gráfico 17 – Previsão inicial da despesa nos municípios da RLVT em 2022, por NUTS III



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios da RLVT.

As principais aplicações de despesa municipal na RLVT para 2022 incidem sobre o investimento, sendo que a aquisição de bens de capital regista, em termos de previsão, um peso de 30,0%, atingindo os 32,4% se for também considerado o investimento indireto, através das transferências de capital.

Seguem-se as despesas de pessoal e as despesas com a aquisição de bens e serviços, projetando-se um peso de 27,8% e de 24,7%, respetivamente.

O peso previsto para as despesas em transferências e subsídios correntes junto de outras entidades ronda os 11,0%, na RLVT, em 2022.

Já a projeção para o serviço de dívida, correspondente ao peso conjunto dos juros e outros encargos com o dos passivos financeiros, atinge os 2,7%.

Cada sub-região apresenta situações distintas na previsão dos principais agregados de despesas:

- Na AML as despesas com maior peso no total são as que resultam da aquisição prevista de bens de capital (peso de 29,3%), seguindo-se os gastos previstos realizar com o pessoal (27,5%);
- Também no Médio Tejo (37,1%) e na Lezíria do Tejo (32,3%), se projeta um peso com a aquisição de bens de capital superior ao das despesas previstas com o pessoal, dinâmica diferente do Oeste onde esta ordem se inverte, 29,7% para as despesas com o pessoal e 29,1% para o investimento direto;
- O peso na aquisição de bens e serviços no total das despesas previstas para 2022 é de 25,8% no Oeste, 24,8% na AML, 23,2% na Lezíria do Tejo, e 22,7% no Médio Tejo;
- O peso dos passivos financeiros nas respetivas despesas totais previsto para o Médio Tejo (3,4%) e para a Lezíria do Tejo (3,7%) ultrapassa o peso regional (2,4%).

Tabela 9 – Composição das despesas municipais previsionais, por NUTS III, 2022

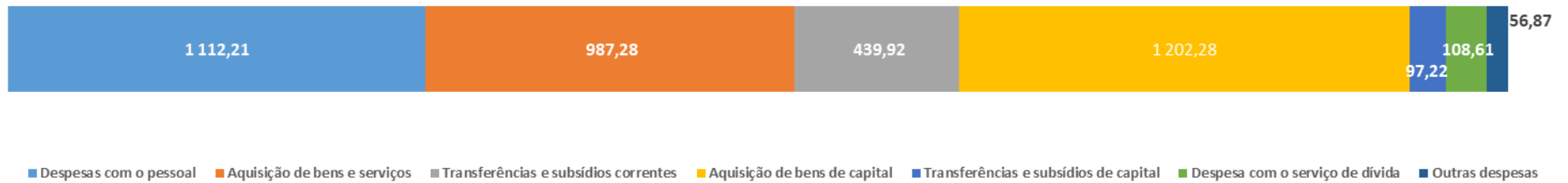
Unidades: M€ e %

Despesas municipais previstas	AML		Lezíria do Tejo		Médio Tejo		Oeste		RLVT	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Despesas com o pessoal	849,33	27,5	81,15	29,1	74,57	26,8	107,16	29,7	1 112,21	27,8
Aquisição de bens e serviços	765,96	24,8	64,78	23,2	63,30	22,7	93,24	25,8	987,28	24,7
Juros e outros encargos	7,87	0,3	1,18	0,4	0,89	0,3	1,37	0,4	11,31	0,3
Transferências correntes	255,36	8,3	18,11	6,5	18,26	6,6	32,37	9,0	324,10	8,1
Subsídios correntes	112,15	3,6	1,94	0,7	0,39	0,1	1,34	0,4	115,83	2,9
Outras despesas correntes	37,93	1,2	2,16	0,8	3,01	1,1	4,68	1,3	47,79	1,2
<b>Despesas correntes</b>	<b>2 028,60</b>	<b>65,7</b>	<b>169,32</b>	<b>60,8</b>	<b>160,41</b>	<b>57,6</b>	<b>240,17</b>	<b>66,5</b>	<b>2 598,51</b>	<b>64,9</b>
Aquisição de bens de capital	903,67	29,3	90,01	32,3	103,45	37,1	105,15	29,1	1 202,28	30,0
Transferências e subsídios de capital	77,12	2,5	8,69	3,1	4,86	1,7	6,56	1,8	97,22	2,4
Despesa com ativos financeiros	7,41	0,2	0,00	0,0	0,11	0,0	0,16	0,0	7,68	0,2
Despesa com passivos financeiros	68,87	2,2	10,31	3,7	9,56	3,4	8,56	2,4	97,30	2,4
Outras despesas de capital	0,17	0,0	0,37	0,1	0,14	0,1	0,71	0,2	1,39	0,0
<b>Despesas de capital</b>	<b>1 057,24</b>	<b>34,2</b>	<b>109,38</b>	<b>39,2</b>	<b>118,12</b>	<b>42,3</b>	<b>121,14</b>	<b>33,5</b>	<b>1 405,87</b>	<b>35,0</b>
<b>Despesa total</b>	<b>3 085,84</b>	<b>100</b>	<b>278,70</b>	<b>100</b>	<b>278,53</b>	<b>100</b>	<b>361,31</b>	<b>100</b>	<b>4 004,38</b>	<b>100</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios da RLVT.

Gráfico 18 – Estrutura da despesa previsional municipal, RLVT – 2022

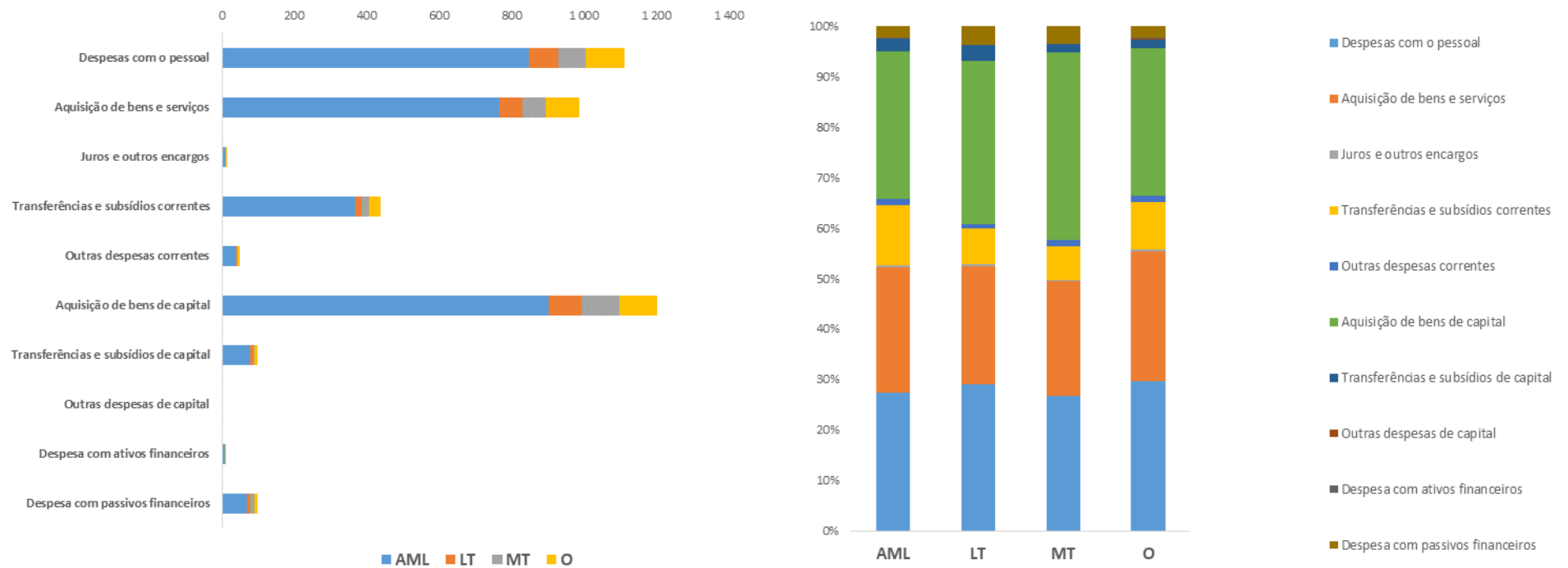
Unidade: M€



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios da RLVT.

Gráfico 19 – Estrutura da despesa previsional municipal, por NUTS III – 2022

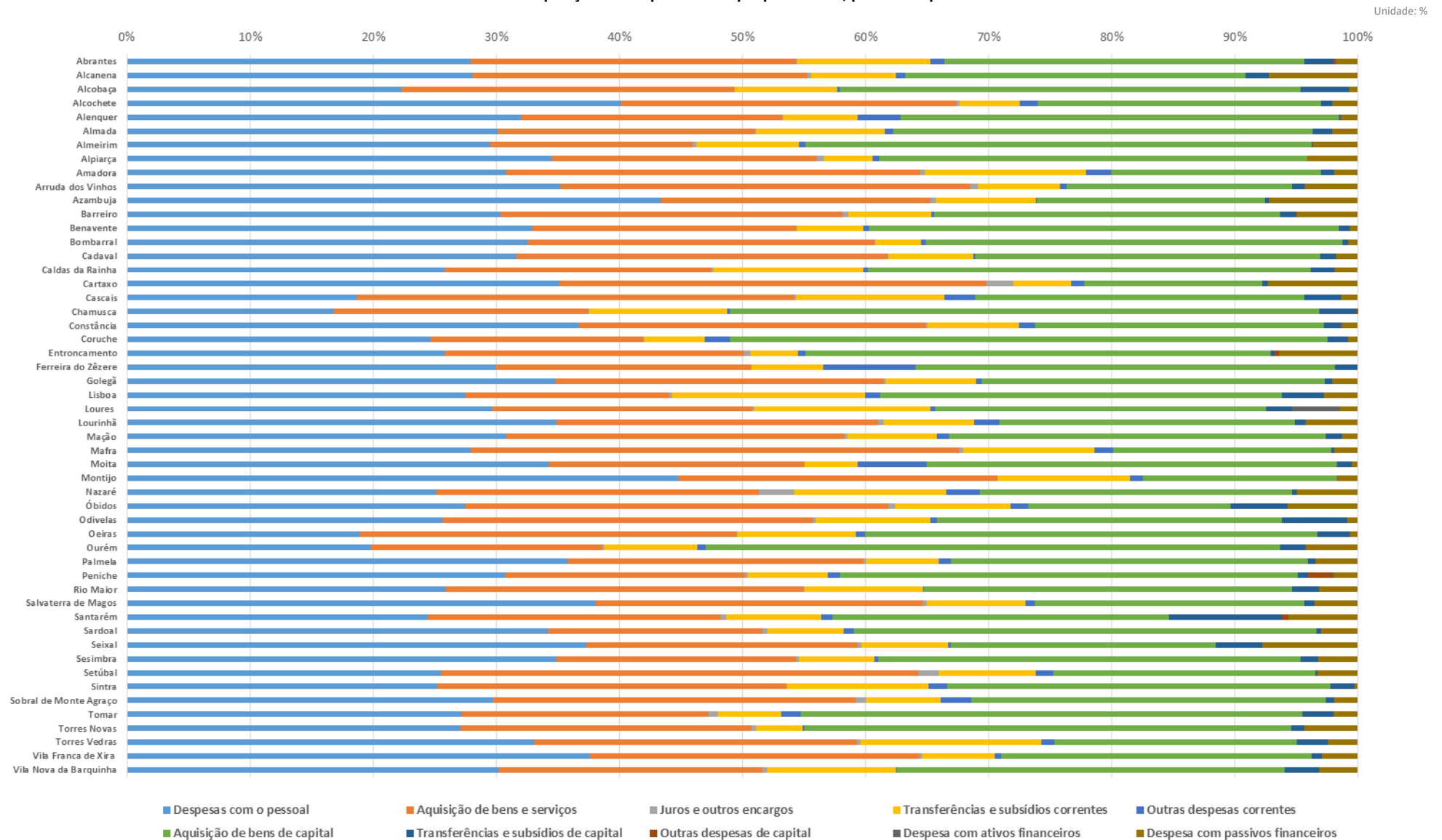
Unidade: M€ e %



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios da RLVT.

O gráfico e tabela seguintes evidenciam heterogeneidade no montante e composição das despesas municipais previsionais, muito reveladora de situações distintas que caracterizam a administração e gestão financeira local na RLVT.

**Gráfico 20 – Composição da despesa municipal previsional, por município – 2022**



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios da RLVT.

Tabela 10 – Despesa municipal previsional por município – 2022

Unidade: €

Municípios	Despesas com o pessoal	Aquisição de bens e serviços	Juros e outros encargos	Transferências e subsídios correntes	Outras despesas correntes	Aquisição de bens de capital	Transferências e subsídios de capital	Outras despesas de capital	Despesa com ativos financeiros	Despesa com passivos financeiros	Despesa total
Abrantes	11 340 200	10 717 716	28 394	4 407 795	474 869	11 862 097	941 886	52 000	45 100	713 823	40 583 880
Alcanena	5 525 896	5 347 134	50 570	1 351 148	153 842	5 443 538	360 836	0	0	1 423 474	19 656 438
Alcobaça	12 049 000	14 591 200	1 000	4 515 000	110 000	20 215 500	2 151 000	0	0	360 000	53 992 700
Alcochete	8 620 994	5 854 171	43 286	1 063 731	308 688	4 947 837	190 100	0	0	442 400	21 471 207
Alenquer	12 182 975	8 063 654	46 085	2 287 891	1 333 771	13 561 795	24 000	0	37 813	507 430	38 045 414
Almada	42 899 941	29 692 807	117 300	14 908 361	935 727	48 428 830	2 336 900	0	0	2 903 500	142 223 366
Almeirim	7 233 096	4 028 057	83 503	2 045 392	115 001	10 097 333	6 500	0	1	900 000	24 508 883
Alpiarça	4 081 290	2 540 650	70 700	461 660	64 200	4 106 860	1 500	0	500	484 100	11 811 460
Amadora	31 439 500	34 409 840	360 962	13 354 473	2 115 015	17 392 953	1 113 143	5 031	0	1 916 000	102 106 917
Arruda dos Vinhos	5 213 708	4 937 906	81 400	993 654	76 001	2 718 000	147 905	1	5 600	632 000	14 806 175
Azambuja	8 786 812	4 416 620	97 712	1 638 922	11 900	3 759 445	64 820	0	0	1 458 339	20 234 570
Barreiro	19 743 450	18 069 280	285 425	4 388 080	130 700	18 254 655	877 575	15 000	0	3 225 100	64 989 265
Benavente	8 751 200	5 689 246	17 000	1 432 695	112 002	10 135 945	244 000	10 005	0	158 220	26 550 313
Bombarral	4 608 299	3 993 644	7 775	521 832	49 600	4 794 450	66 000	500	0	110 850	14 152 950
Cadaval	4 674 490	4 443 096	18 600	1 009 242	31 565	4 134 594	192 740	0	0	255 000	14 759 327
Caldas da Rainha	9 671 747	8 102 078	33 540	4 574 468	147 602	13 465 499	699 455	0	19 350	696 591	37 410 330
Cartaxo	7 898 700	7 804 301	497 171	1 050 260	234 509	3 264 942	97 769	0	15	1 635 286	22 482 953
Cascais	56 000 000	106 274 552	460 820	36 041 004	7 553 665	80 000 415	8 939 984	17 868	118 861	3 930 432	299 337 601
Chamusca	3 019 261	3 711 423	6 132	2 010 320	50 826	8 596 375	536 324	17 536	200	5	17 948 402
Constância	3 110 028	2 388 581	10 560	628 605	106 719	1 993 118	115 251	2	9 139	106 927	8 468 930
Coruche	9 019 898	6 341 279	24 500	1 800 816	739 500	17 794 345	600 001	0	3	284 000	36 604 342
Entroncamento	5 879 485	5 536 867	122 625	871 950	148 751	8 598 162	67 429	91 730	1	1 450 000	22 767 000
Ferreira do Zêzere	2 932 557	2 027 667	107	571 005	731 197	3 328 166	181 502	0	0	0	9 772 201
Golegã	3 288 620	2 521 347	14 900	693 100	46 100	2 628 856	61 430	0	100	193 000	9 447 453
Lisboa	282 221 986	171 296 183	2 344 290	161 229 165	11 960 170	336 271 923	34 636 456	105 000	0	28 223 599	1 028 288 772
Loures	56 528 000	40 218 001	232 416	27 357 869	637 100	51 213 504	4 127 533	0	7 279 071	2 800 000	190 393 494
Lourinhã	10 937 925	8 217 240	130 500	2 308 413	644 104	7 533 710	252 389	1 000	20 240	1 320 000	31 365 521
Mação	3 971 331	3 542 743	27 986	935 883	131 557	3 940 470	172 312	200	500	163 060	12 886 042
Mafra	20 360 902	28 925 590	186 585	7 807 205	1 079 115	12 953 685	140 805	10	5	1 402 140	72 856 042
Moita	15 764 199	9 542 848	23 207	1 956 290	2 583 687	15 330 240	575 410	0	0	204 011	45 979 892
Montijo	18 744 740	10 841 908	15 600	4 497 649	440 825	6 582 122	10 000	0	5 000	687 685	41 825 530
Nazaré	5 277 011	5 504 500	609 010	2 583 873	576 001	5 333 931	74 181	0	1	1 036 003	20 994 511
Óbidos	5 397 680	6 750 787	109 328	1 837 670	281 803	3 231 260	911 400	100	0	1 113 614	19 633 641
Odivelas	33 834 946	39 648 945	280 922	12 263 192	730 275	36 872 697	7 044 892	0	0	1 077 911	131 753 780
Oeiras	37 796 722	61 176 604	68 600	19 275 330	1 572 983	73 393 281	5 273 530	1 000	1 000	1 234 000	199 793 050
Ourém	10 694 950	10 139 200	72 200	4 071 300	392 500	25 176 100	1 108 300	200	4 900	2 273 500	53 933 150
Palmela	21 559 057	14 425 037	150 550	3 542 354	599 600	17 433 439	381 276	100	0	2 060 000	60 151 413
Peniche	10 527 640	6 694 860	58 435	2 258 625	330 800	12 753 100	270 090	682 475	50 400	659 315	34 285 740
Rio Maior	6 454 398	7 247 268	16 906	2 402 766	16 150	7 444 622	560 192	20	0	771 588	24 913 910
Salvaterra de Magos	5 677 756	3 964 918	45 050	1 193 048	111 305	3 260 535	132 668	10	0	516 500	14 901 790
Santarém	16 936 927	16 513 988	309 470	5 320 939	661 011	18 921 545	6 382 803	339 572	0	3 908 632	69 294 887
Sardoal	3 780 917	1 925 571	44 884	685 646	93 385	4 149 550	46 449	0	100	327 000	11 053 502
Seixal	41 616 084	24 537 958	366 125	7 819 651	286 338	24 004 168	4 198 560	21 828	0	8 591 414	111 442 126
Sesimbra	22 319 786	12 456 285	187 713	3 915 250	188 742	21 974 400	899 350	850	2 300	2 051 221	63 995 897
Setúbal	37 656 500	57 261 210	2 512 200	11 599 180	2 128 940	31 412 870	246 000	1 000	200	4 801 900	147 620 000
Sintra	68 455 400	77 366 400	15 000	31 204 400	4 188 200	84 631 500	5 354 100	0	0	720 000	271 935 000
Sobral Monte Agraço	4 212 581	4 175 317	117 785	858 319	349 782	4 073 737	103 552	200	101	267 001	14 158 375
Tomar	11 946 500	8 821 703	337 850	2 265 000	682 374	17 944 951	1 073 000	0	50 622	837 000	43 959 000
Torres Novas	11 971 824	10 428 460	154 953	1 679 797	86 038	17 445 599	472 533	100	1 500	1 914 220	44 155 024
Torres Vedras	22 411 393	17 763 400	158 769	9 965 153	751 540	13 334 800	1 664 807	30 003	29 480	1 597 655	67 707 000
Vila Franca de Xira	33 765 385	23 964 848	218 660	5 287 866	494 100	22 571 968	771 500	1 000	0	2 600 111	89 675 438
Vila Nova Barquinha	3 413 600	2 421 370	37 000	1 179 955	9 500	3 563 470	316 105	0	0	350 000	11 291 000
<b>Despesa total RLVT</b>	<b>1 112 207 286</b>	<b>987 276 259</b>	<b>11 312 061</b>	<b>439 923 193</b>	<b>47 789 676</b>	<b>1 202 276 887</b>	<b>97 218 243</b>	<b>1 394 341</b>	<b>7 682 103</b>	<b>97 295 557</b>	<b>4 004 375 604</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios da RLVT.

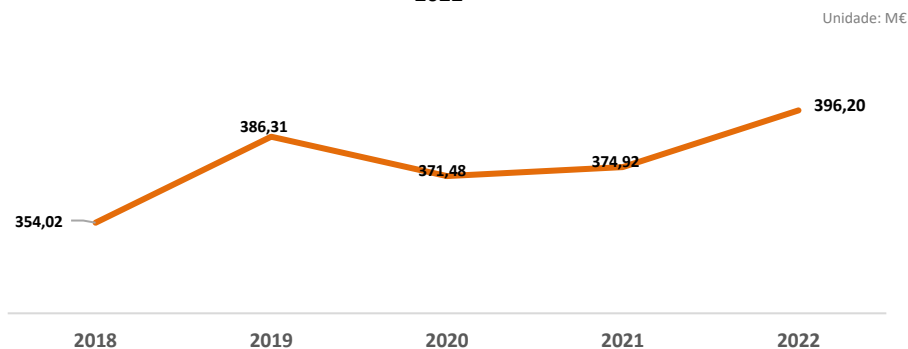
## CAPÍTULO II. FINANÇAS - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS RLVT

### 2.1 RECEITA PREVISIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

#### 2.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA PREVISIONAL – 2018 A 2022

No período em análise, na RLVT, a receita prevista pelos serviços municipalizados nos seus orçamentos iniciais evoluiu de 354,02 M€, em 2018, para 396,20 M€, em 2022, refletindo um acréscimo previsional em +42,18 M€ (+11,9%).

**Gráfico 21 – Evolução do total de receita prevista pelos serviços municipalizados – 2018 a 2022**



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

A variação anual evidencia acréscimos sucessivos das receitas previsionais dos municípios da RLVT, à exceção do ano de 2020, ou seja, +9,1% (2019), -3,8% (2020), +0,9% (2021) e +5,7% (2022).

**Tabela 11 – Evolução da receita previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2018 a 2022**

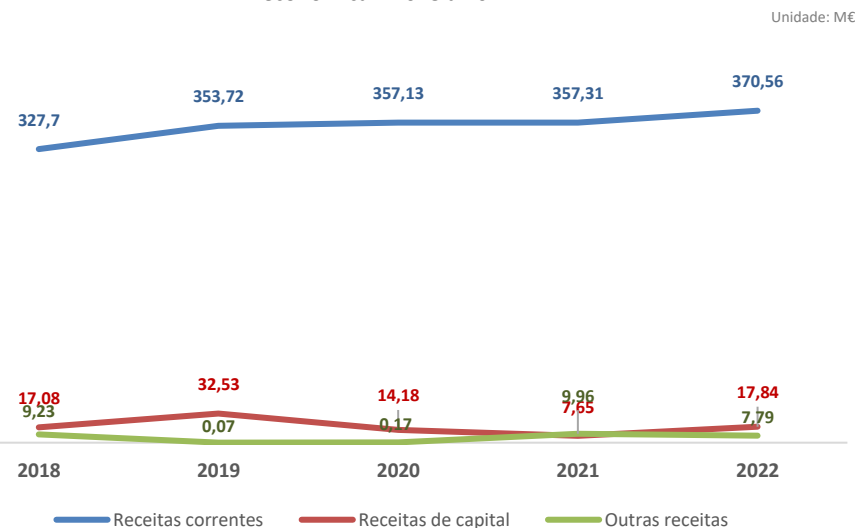
NUTS III	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2018-2022	2021-2022
						Unidade: M€	
AML	283,99	317,19	310,92	316,01	335,53	18,1	6,2
Lezíria do Tejo							
Médio Tejo	17,36	15,43	5,53	5,93	6,24	-64,0	5,3
Oeste	52,67	53,69	55,04	52,99	54,43	3,3	2,7
<b>RLVT</b>	<b>354,02</b>	<b>386,31</b>	<b>371,48</b>	<b>374,92</b>	<b>396,20</b>	<b>11,9</b>	<b>5,7</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

Numa abordagem sub-regional o crescimento projetado para as receitas previsionais regionais foi influenciado pela AML (+18,1%) e pelo Oeste (+3,3%), entre 2018 e 2022, embora não de forma contínua ao longo dos anos, sendo que no Médio Tejo as receitas previstas para 2022 foram -64,0 % menores que as previstas para 2018, essencialmente devido à diminuição das receitas previstas na venda de bens e serviços.

Atente-se também que na Lezíria do Tejo não há nenhum serviço municipalizado.

**Gráfico 22 – Evolução da receita prevista pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2018 a 2022**



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

Analisando a evolução dos grandes agregados de receita releve-se o crescimento anual contínuo evidenciado pelas receitas correntes previsionais e a irregularidade evolutiva revelada na previsão das receitas de capital e das outras receitas.



Destaque para as previsões de passivos financeiros em 2019, essencialmente por conta das projeções apresentadas Transportes Coletivos do Barreiro e em 2022 devido aos empréstimos contratualizados pelos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas.

As previsões mais significativas do Saldo de Gerência Anterior foram apresentadas pelos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (2018 e 2021) e também pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (2021 e 2022).

- Crescimento significativo, embora resultado de uma evolução irregular, da projeção de receitas relativas aos passivos financeiros;
- Tendência irregular, mas predominantemente em descida da estimativa realizada para as transferências de capital e subsídios previstos receber, refletindo aumento em 2019, mas descendo significativamente nos anos seguintes, sendo que 2022 aponta registos previsionais em -8,51 M€ (-51,7%) face a 2018.

**Tabela 12 – Evolução das receitas previstas pelos serviços municipalizados – 2018 a 2022**

Unidade: M€

Receitas serviços municipalizados	2018	2019	2020	2021	2022	Variação		
						2018-2022		2021-2022
						Abs.	%	%
Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Impostos indiretos	0,01	0,01	0,02	0,00	0,00	-0,01	-100,0	0,0
Taxas, multas, outr penalidades	7,88	9,43	9,48	9,80	10,92	3,05	38,7	11,5
Rendimentos da propriedade	0,44	0,40	0,34	0,30	0,31	-0,14	-31,2	2,5
Transferências e subsídios correntes	1,27	0,61	1,18	2,15	4,00	2,74	216,3	86,4
Venda bens e serviços correntes	312,21	335,03	335,90	340,50	350,88	38,67	12,4	3,0
Outras receitas correntes	5,89	8,24	10,22	4,57	4,44	-1,44	-24,5	-2,7
<b>Receitas correntes</b>	<b>327,70</b>	<b>353,72</b>	<b>357,13</b>	<b>357,31</b>	<b>370,56</b>	<b>42,86</b>	<b>13,1</b>	<b>3,7</b>
Venda de bens investimento	0,42	0,37	0,23	0,14	0,36	-0,06	-13,5	162,2
Transferências e subsídios de capital	16,47	17,78	13,93	7,50	7,96	-8,51	-51,7	6,2
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-95,0	
Passivos financeiros	0,00	14,37	0,00	0,00	9,50	9,50	429101,0	409659,2
Outras receitas de capital	0,19	0,01	0,02	0,01	0,02	-0,16	-87,5	187,6
<b>Receitas de capital</b>	<b>17,08</b>	<b>32,53</b>	<b>14,18</b>	<b>7,65</b>	<b>17,84</b>	<b>0,76</b>	<b>4,4</b>	<b>133,2</b>
Reposições não abatidas pagam.	0,06	0,07	0,17	0,10	0,09	0,03	49,3	-9,7
Saldo gerência anterior – Op orç	9,17	0,00	0,00	9,86	7,70	-1,47	-16,1	-21,9
<b>Outras receitas</b>	<b>9,23</b>	<b>0,07</b>	<b>0,17</b>	<b>9,96</b>	<b>7,79</b>	<b>-1,44</b>	<b>-15,6</b>	<b>-21,8</b>
<b>Receita total</b>	<b>354,02</b>	<b>386,31</b>	<b>371,48</b>	<b>374,92</b>	<b>396,20</b>	<b>42,18</b>	<b>11,9</b>	<b>5,7</b>

(\*) Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

As receitas correntes projetadas evidenciam um aumento em +13,1%, entre 2018 e 2022, refletindo uma expectativa de aumento de receitas em +42,86 M€, decorrente essencialmente:

- Aumento contínuo previsto para a venda de bens e serviços;
- Subida contínua prevista para as taxas, multas e outras penalidades.

Já as receitas de capital projetadas evidenciam também uma subida, em +4,4%, entre 2018 e 2022, refletindo uma expectativa de crescimento de receitas em +0,76 M€. Esta evolução foi suportada, essencialmente:

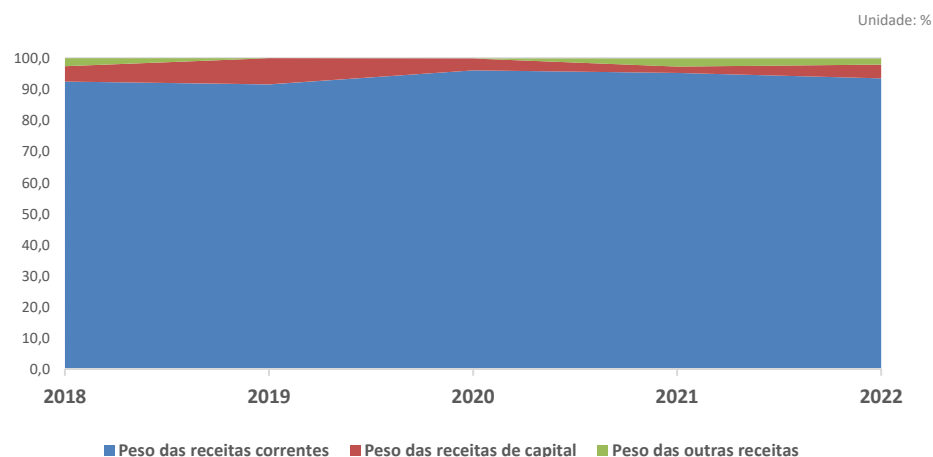
## 2.1.2 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA PREVISIONAL – 2018 A 2022

Na desagregação das receitas dos serviços municipalizados predominam, nos vários exercícios analisados, as receitas previstas com a natureza de receitas correntes.

Da análise à estrutura da receita previsual dos serviços municipalizados, no universo da RLVT, no conjunto dos exercícios financeiros que vão de 2018 a 2022, salienta-se o seguinte:

- Um peso das receitas correntes nas receitas totais que ultrapassa sempre os 90%, entre 91,6% referente a 2019 e os 96,1% projetados para 2020, prevendo-se ser de 93,5% em 2022, peso significativo muito decorrente da fatia projetada para a venda de bens e serviços, receita dominante em todos os serviços municipalizados;
- Tendência ligeiramente decrescente na receita de capital prevista, peso de 4,9% e de 4,5% no total das receitas, respetivamente em 2018 e 2022, destacando-se a descida nas transferências e subsídios de capital previstos receber e a subida, não contínua, dos passivos financeiros.

**Gráfico 23 – Evolução do peso da receita prevista, por natureza económica – 2018 a 2022**



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

**Tabela 13 – Evolução do peso das receitas previstas pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2018 a 2022**

Unidade: %

Peso na receita total dos serviços municipalizados	2018	2019	2020	2021	2022	Variação		
						2018-2022		2021-2022
						Abs.	%	%
Impostos diretos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Impostos indiretos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0	-5,4
Taxas, multas, outr penalidades	2,2	2,4	2,6	2,6	2,8	0,5	23,9	5,5
Rendimentos da propriedade	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	-38,5	-3,0
Transferências e subsídios correntes	0,4	0,2	0,3	0,6	1,0	0,7	182,6	76,3
Venda bens e serviços correntes	88,2	86,7	90,4	90,8	88,6	0,4	0,4	-2,5
Outras receitas correntes	1,7	2,1	2,8	1,2	1,1	-0,5	-32,5	-7,9
<b>Receitas correntes</b>	<b>92,6</b>	<b>91,6</b>	<b>96,1</b>	<b>95,3</b>	<b>93,5</b>	<b>1,0</b>	<b>1,0</b>	<b>-1,9</b>
Venda de bens investimento	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	-22,8	148,1
Transferências e subsídios de capital	4,7	4,6	3,7	2,0	2,0	-2,6	-56,8	0,5
Ativos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-95,5	
Passivos financeiros	0,0	3,7	0,0	0,0	2,4	2,4	383404,9	387651,7
Outras receitas de capital	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-88,8	172,2
<b>Receitas de capital</b>	<b>4,9</b>	<b>8,4</b>	<b>3,8</b>	<b>2,0</b>	<b>4,5</b>	<b>-0,4</b>	<b>-8,2</b>	<b>125,0</b>
Reposições não abatidas pagam.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,4	-14,6
Saldo gerência anterior – Op orç	2,6	0,0	0,0	2,6	1,9	-0,6	-25,0	-26,1
<b>Outras receitas</b>	<b>2,6</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>2,6</b>	<b>1,9</b>	<b>-0,7</b>	<b>-26,9</b>	<b>-26,9</b>
<b>Receita total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>			

Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

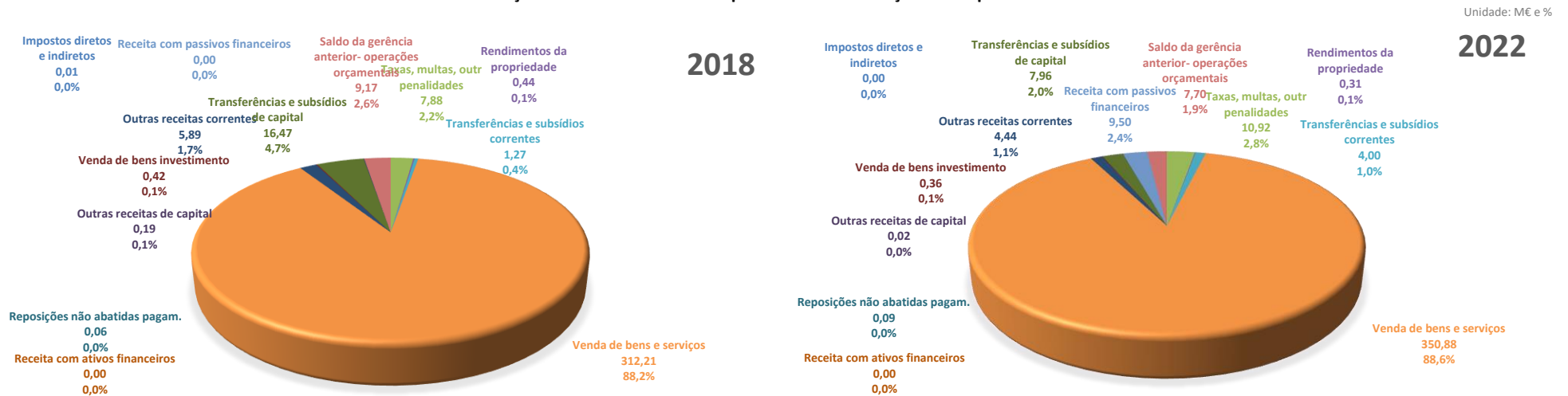
- Em média, as receitas correntes projetadas pelos serviços municipalizados representam 93,8% do total previsto, sendo o peso médio das receitas de capital de 4,7%.

Na evolução previsional do peso dos principais agregados de receitas dos serviços municipalizados, destaca-se:

- A supremacia das receitas dos serviços municipalizados através da venda de bens e serviços, rondando entre um peso de 86,7% em 2019 (o peso mais baixo previsto nos últimos 5 anos) e o peso de 90,8% em 2021, sendo de 88,6% em 2022;
- O peso, oscilando entre os 2,2% em 2018 e os 2,8% em 2022, por parte das taxas, multas e outras penalidades previstas;

- Evolução de descida no peso das transferências e subsídios de capital no total das receitas previstas – 4,7% em 2018 e 2,0% em 2020 e 2021;
- Peso do recurso previsto para novos empréstimos de 3,7% em 2019 e de 2,4% em 2022, sendo nulo ou residual nos outros anos em análise.

Gráfico 24 – Evolução da estrutura da receita previsional dos serviços municipalizados – 2018 e 2022



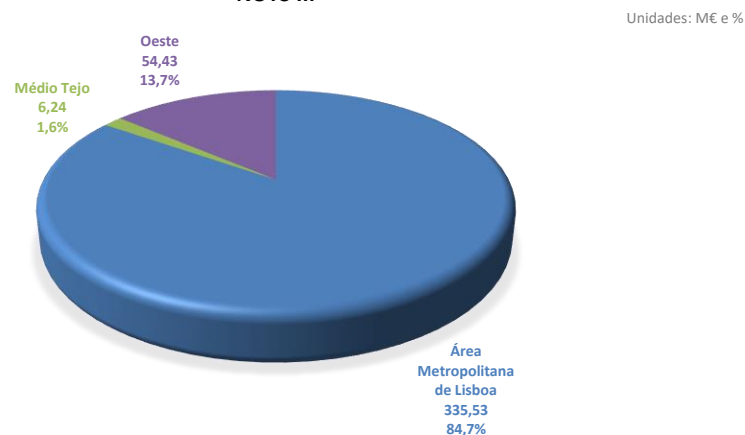
Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 e 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

## 2.1.3 RECEITA PREVISIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – 2022

As receitas previsionais dos serviços municipalizados, na RLVT, estimadas para o ano de 2022 rondam os 396,20 M€, sendo que 84,7% estão previstas arrecadar pelos municípios da AML.

O valor de receitas estimadas para 2022 na AML é de 335,53 M€, sendo de 54,43 M€ (13,7%) na sub-região do Oeste e de 6,24 M€ (1,6%) no Médio Tejo.

**Gráfico 25 – Previsão inicial da receita nos serviços municipalizados da RLVT em 2022, por NUTS III**



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

Em 2022, as principais origens de receita previsional dos serviços municipalizados na RLVT decorrem da venda de bens e serviços (peso de 88,6%), das taxas, multas e outras penalidades (peso de 2,8%), dos passivos financeiros (2,4%), das transferências e subsídios de capital (peso de 2,0%) e do saldo da gerência anterior (1,9%).

Cada sub-região apresentou situações distintas nos principais agregados de receitas, pese embora a fonte de origem dominante por parte da venda de bens e serviços:

- Na AML as receitas com maior peso do total das receitas, à semelhança das outras NUTS III, foram as da venda de bens e serviços, inclusive o maior peso de todas as sub-regiões, peso de 90,1%, seguindo do peso da receita com passivos financeiros (2,8%);

- No Oeste a segunda maior fonte de receitas projeta-se estar nas taxas, multas e outras penalidades, peso de 9,1%, seguindo-se de perto o peso previsto para as transferências e subsídios de capital (7,0%);
- No Médio Tejo a segunda maior fonte de receitas prevê-se ocorrer com as transferências e subsídios de capital, peso de 12,8%, seguindo-se as taxas, multas e outras penalidades, ao assumirem um peso previsto de 3,5%;
- Como referido não há serviços municipalizados na sub-região da Lezíria do Tejo.

**Tabela 14 – Composição das receitas previsionais dos serviços municipalizados, por NUTS III, 2022**

Unidades: M€ e %

Receitas serviços municipalizados	AML		Lezíria do Tejo		Médio Tejo		Oeste		RLVT	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Impostos diretos	0,00	0,0			0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Impostos indiretos	0,00	0,0			0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Taxas, multas, outr penalidades	5,73	1,7			0,22	3,5	4,97	9,1	10,92	2,8
Rendimentos da propriedade	0,19	0,1			0,01	0,1	0,10	0,2	0,31	0,1
Transferências e subsídios correntes	2,65	0,8			0,00	0,0	1,35	2,5	4,00	1,0
Venda bens e serviços correntes	302,30	90,1			5,07	81,3	43,50	79,9	350,88	88,6
Outras receitas correntes	3,79	1,1			0,13	2,1	0,53	1,0	4,44	1,1
<b>Receitas correntes</b>	<b>314,67</b>	<b>93,8</b>			<b>5,43</b>	<b>87,1</b>	<b>50,46</b>	<b>92,7</b>	<b>370,56</b>	<b>93,5</b>
Venda de bens investimento	0,22	0,1			0,01	0,1	0,13	0,2	0,36	0,1
Transferências e subsídios de capital	3,35	1,0			0,80	12,8	3,81	7,0	7,96	2,0
Ativos financeiros	0,00	0,0			0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Passivos financeiros	9,50	2,8			0,00	0,0	0,00	0,0	9,50	2,4
Outras receitas de capital	0,00	0,0			0,00	0,0	0,02	0,0	0,02	0,0
<b>Receitas de capital</b>	<b>13,07</b>	<b>3,9</b>			<b>0,81</b>	<b>12,9</b>	<b>3,96</b>	<b>7,2</b>	<b>17,84</b>	<b>4,5</b>
Reposições não abatidas pagam.	0,09	0,0			0,00	0,0	0,00	0,0	0,09	0,0
Saldo gerência anterior – Op orç	7,70	2,3			0,00	0,0	0,00	0,0	7,70	1,9
<b>Outras receitas</b>	<b>7,79</b>	<b>2,3</b>			<b>0,00</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0</b>	<b>7,79</b>	<b>1,9</b>
<b>Receita total</b>	<b>335,53</b>	<b>100</b>			<b>6,24</b>	<b>100</b>	<b>54,43</b>	<b>100</b>	<b>396,20</b>	<b>100</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

**Gráfico 26 – Estrutura da receita previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2022**



O gráfico e tabela seguintes evidenciam heterogeneidade no montante e composição das receitas previsionais, muito reveladora de situações distintas que caracterizam a administração e gestão financeira local na RLVT.

**Gráfico 27 – Composição da receita previsional, por serviços municipalizados – 2022**

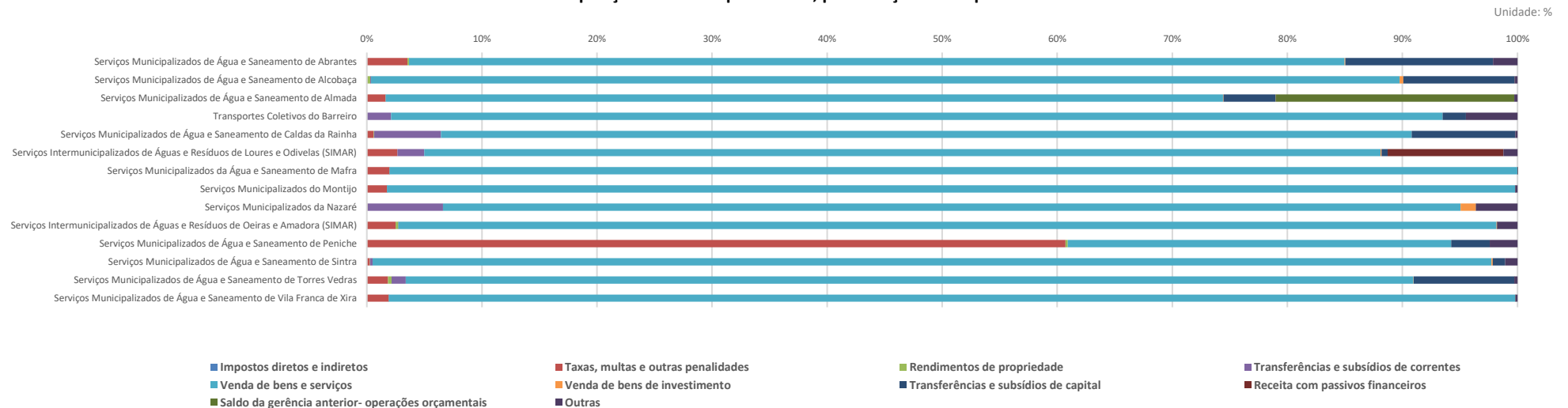


Tabela 15 – Receita previsional por serviços municipalizados – 2022

Unidade: €

Serviços Municipalizados	Impostos diretos e indiretos	Taxas, multas e outras penalidades	Rendimentos de propriedade	Transferências e subsídios de correntes	Venda de bens e serviços	Venda de bens de investimento	Transferências e subsídios de capital	Receita com passivos financeiros	Saldo da gerência anterior-operações orçamentais	Outras	Receita total
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Abrantes	0	220 500	8 000	1 000	5 073 000	5 000	800 000	0	0	133 000	6 240 500
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Alcobaça	0	3 000	26 000	6 000	8 393 000	30 000	910 000	1 000	0	21 000	9 390 000
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	0	600 000	11 000	1 000	27 000 200	15 000	1 681 452	1 000	7 700 000	102 000	37 111 652
Transportes Coletivos do Barreiro	0	500	900	259 600	11 346 535	0	251 600	0	0	556 200	12 415 335
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Caldas da Rainha	0	63 000	2 800	615 500	8 908 200	0	950 000	0	0	20 500	10 560 000
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas	0	2 506 430	2	2 200 959	78 519 455	80 393	508 577	9 495 903	0	1 160 967	94 472 686
Serviços Municipalizados da Água e Saneamento de Mafra	0	339 823	15	15	16 827 562	15	20	15	0	45	17 167 510
Serviços Municipalizados do Montijo	0	116 351	100	200	6 542 563	600	100	0	0	12 790	6 672 704
Serviços Municipalizados da Nazaré	0	4 100	2	492 001	6 628 671	100 000	4	0	0	270 111	7 494 890
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Oeiras e Amadora	0	1 571 300	150 000	600	59 927 055	40 450	600	300	0	1 100 900	62 791 205
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche	0	4 541 775	15 500	0	2 492 008		250 000			180 700	7 479 983
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra	0	210 000	31 000	190 000	82 261 000	87 000	907 000	0	0	911 000	84 597 000
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras	5	360 433	60 505	236 912	17 081 422	4 972	1 702 671	0	5	55 494	19 502 419
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira	0	385 844	100	20	19 880 626	30	40	0	0	35 690	20 302 350
<b>Receita total</b>	<b>5</b>	<b>10 923 056</b>	<b>305 924</b>	<b>4 003 807</b>	<b>350 881 297</b>	<b>363 460</b>	<b>7 962 064</b>	<b>9 498 218</b>	<b>7 700 005</b>	<b>4 560 397</b>	<b>396 198 233</b>

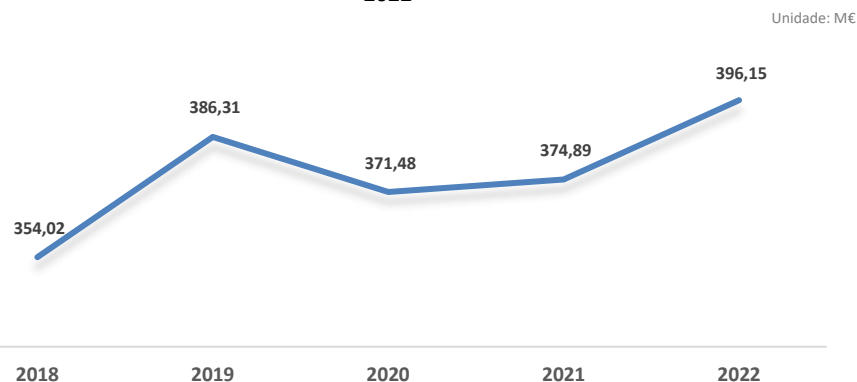
Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

## 2.2 DESPESA PREVISIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

### 2.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA PREVISIONAL – 2018 A 2022

Entre 2018 e 2022, na RLVT, a despesa prevista nos orçamentos iniciais dos serviços municipalizados evoluiu de 354,02 M€ para 396,15 M€, refletindo um acréscimo previsional em +42,13 M€ (+11,9%).

**Gráfico 28 – Evolução do total de despesa prevista pelos serviços municipalizados – 2018 a 2022**



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

Ao longo do período em análise evidenciaram-se acréscimos anuais sucessivos das despesas previsionais dos serviços municipalizados da RLVT, à exceção do ano de 2020, ou seja, +9,1% (2019), -3,8% (2020), +0,9% (2021) e +5,7% (2022).

**Tabela 16 – Evolução da despesa previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2018 a 2022**

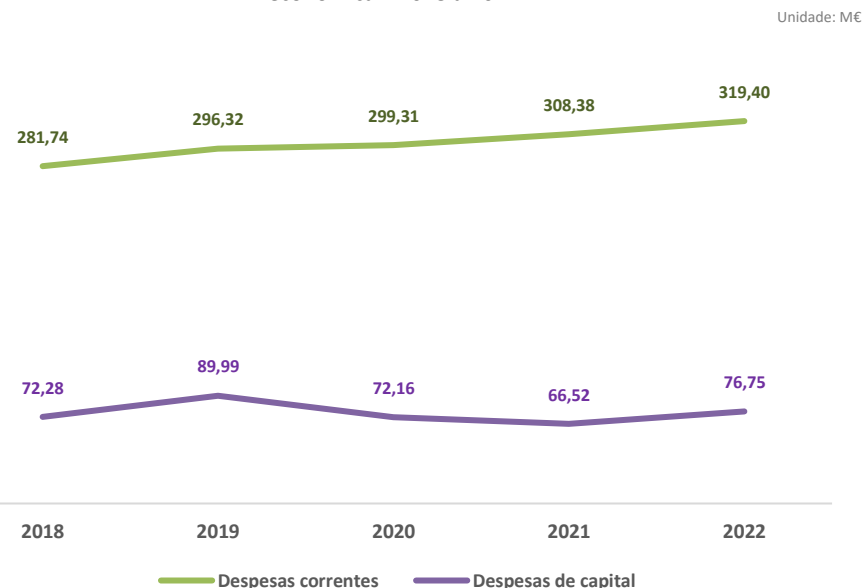
Unidade: M€

NUTS III	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2018-2022	2021-2022
AML	283,99	317,19	310,92	315,98	335,48	18,1	6,2
Lezíria do Tejo							
Médio Tejo	17,36	15,43	5,53	5,93	6,24	-64,0	5,3
Oeste	52,67	53,69	55,04	52,99	54,43	3,3	2,7
<b>RLVT</b>	<b>354,02</b>	<b>386,31</b>	<b>371,48</b>	<b>374,89</b>	<b>396,15</b>	<b>11,9</b>	<b>5,7</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

A previsão tendencialmente crescente das despesas entre 2018 e 2022, nos serviços municipalizados, tem por base a perspetiva da sua subida na AML e no Oeste, já que os serviços do Médio Tejo projetaram descida significativa das suas despesas, designadamente através da queda prevista para os gastos na aquisição de bens e serviços.

**Gráfico 29 – Evolução da despesa prevista pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2018 a 2022**



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

Analisando a evolução dos grandes agregados de despesa releve-se o crescimento anual contínuo evidenciado pelas despesas correntes previsionais.

As despesas de capital revelam uma previsão de aumento em 2019, descendo nos anos seguintes, voltando a crescer em 2022.



**Tabela 17 – Evolução das despesas previstas pelos serviços municipalizados – 2018 a 2022**

Unidade: M€

Despesas previsionais serviços municipalizados	2018	2019	2020	2021	2022	Variação		
						2018-2022		2021-2022
						Abs.	%	%
Despesas com o pessoal	80,84	86,73	90,79	92,14	99,26	18,42	22,8	7,7
Aquisição de bens e serviços	193,85	202,04	200,38	207,08	209,97	16,12	8,3	1,4
Juros e outros encargos	0,27	0,37	0,55	0,56	0,49	0,22	80,2	-11,8
Transferências correntes	0,18	0,19	0,19	0,16	0,21	0,03	17,9	35,4
Subsídios correntes	0,00	1,99	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras despesas correntes	6,59	5,00	7,40	8,45	9,46	2,87	43,6	12,0
<b>Despesas correntes</b>	<b>281,74</b>	<b>296,32</b>	<b>299,31</b>	<b>308,38</b>	<b>319,40</b>	<b>37,66</b>	<b>13,4</b>	<b>3,6</b>
Aquisição de bens de capital	70,56	86,52	66,54	62,89	71,54	0,98	1,4	13,7
Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,15	0,30	0,30	3000100,0	100,0
Despesa com ativos financeiros	0,03	0,03	0,00	0,00	0,00	-0,03	-100,0	
Despesa com passivos financeiros	1,48	3,28	2,07	3,47	4,90	3,42	230,2	41,3
Outras despesas de capital	0,21	0,16	3,55	0,01	0,01	-0,20	-95,6	0,4
<b>Despesas de capital</b>	<b>72,28</b>	<b>89,99</b>	<b>72,16</b>	<b>66,52</b>	<b>76,75</b>	<b>4,47</b>	<b>6,2</b>	<b>15,4</b>
<b>Despesa total</b>	<b>354,02</b>	<b>386,31</b>	<b>371,48</b>	<b>374,89</b>	<b>396,15</b>	<b>42,13</b>	<b>11,9</b>	<b>5,7</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

As despesas correntes projetadas evidenciam um aumento em +13,4%, entre 2018 e 2022, refletindo uma expectativa de aumento de despesas em +37,66 M€, decorrente essencialmente:

- Do aumento previsto, sempre contínuo, nas despesas com o pessoal (+22,8%, +18,42 M€);
- Da tendência predominantemente crescente da previsão para a aquisição de bens e serviços, estimando-se um aumento global em +8,3%, ou seja +16,12 M€.

Já as despesas de capital projetadas evidenciam um aumento em +6,2%, entre 2018 e 2022, refletindo uma expectativa de aumento de despesas em +4,47 M€. Esta evolução foi suportada, essencialmente:

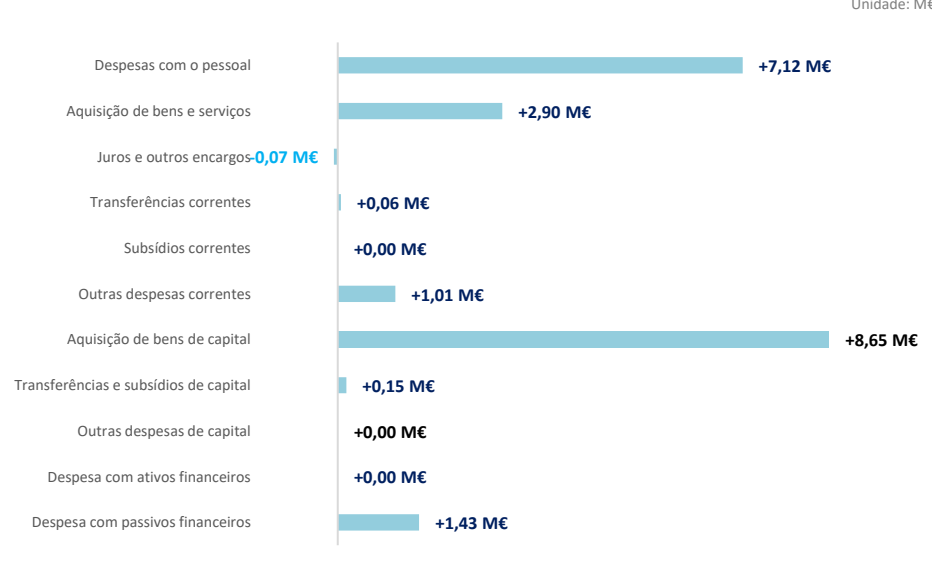
- Com a previsão efetuada para os investimentos a realizar através da aquisição de bens de capital, projetando-se picos destas despesas em 2019 (86,52 M€) e em 2022 (71,54 M€), evidenciando-se um aumento global em +0,98 M€ (+1,4%), entre 2018 e 2022;
- Com a tendência, embora irregular, na previsão dos passivos financeiros ao longo do período em análise, projetando-se valores a pagar com amortizações de empréstimos financeiros, que vão dos 1,48 M€ em 2018 até aos 4,90 M€ em 2022.

Considerando agora o cenário evolutivo previsto ocorrer entre 2021 e 2022, reflete uma tendência de subida nas despesas municipais (+5,7%), essencialmente devido ao acréscimo previsto para os gastos em pessoal, aquisição de bens de capital, aquisição de bens e serviços e despesas com passivos financeiros.

Neste período, em termos regionais, apenas as despesas previstas para o pagamento de juros e outros encargos financeiros desceram (-11,8%).

**Gráfico 30 – Variação da despesa prevista pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2021 a 2022**

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2021 e 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

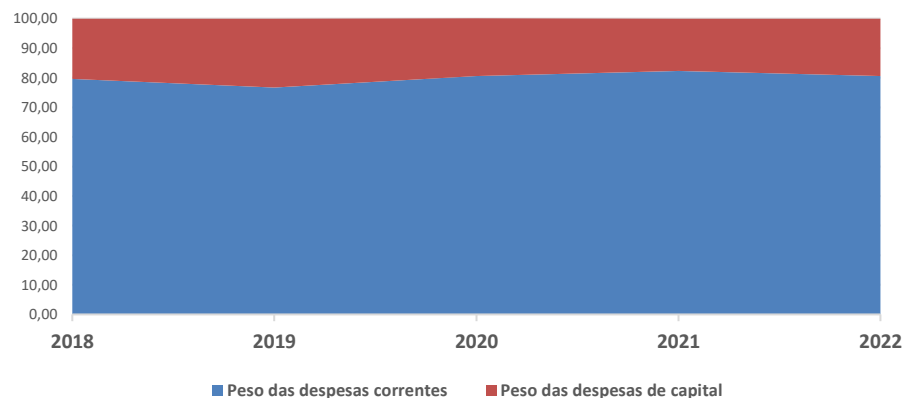
## 2.2.2 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA PREVISIONAL – 2018 A 2022

Uma análise mais detalhada à estrutura da despesa previsional dos serviços municipalizados da RLVT, no conjunto dos exercícios financeiros que vão de 2018 a 2022, salienta-se o seguinte:

- Um peso das despesas correntes nas despesas totais de 79,6% em 2018, sendo de 80,6% em 2022, sobretudo devido ao peso, sempre acima dos 52%, das despesas projetadas para a aquisição de bens e serviços e do peso previsto para as despesas com o pessoal, sempre acima dos 22% relativamente ao total de despesas previstas efetuar;
- Um peso das despesas de capital nas despesas totais previstas de 20,4% em 2018 e de 19,4% em 2022, resultado da tendência prevista para o peso das despesas na aquisição de bens de capital;
- Em média, o peso das despesas correntes projetadas representa 80,0% do total previsto, contra 20,0% do peso das despesas de capital.

**Gráfico 31 – Evolução do peso da despesa prevista, por natureza económica – 2018 a 2022**

Unidade: %



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

**Tabela 18 – Evolução do peso das despesas previstas pelos serviços municipalizados, por natureza económica – 2018 a 2022**

Unidade: %

Peso na despesa total previsional dos serviços municipalizados	2018	2019	2020	2021	2022	Variação		
						2018-2022		2021-2022
						Abs.	%	%
Despesas com o pessoal	22,8	22,5	24,4	24,6	25,1	2,2	9,7	2,0
Aquisição de bens e serviços	54,8	52,3	53,9	55,2	53,0	-1,8	-3,2	-4,0
Juros e outros encargos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	61,0	-16,5
Transferências correntes	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	5,4	28,2
Subsídios correntes	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0		
Outras despesas correntes	1,9	1,3	2,0	2,3	2,4	0,5	28,3	6,0
<b>Despesas correntes</b>	<b>79,6</b>	<b>76,7</b>	<b>80,6</b>	<b>82,3</b>	<b>80,6</b>	<b>1,0</b>	<b>1,3</b>	<b>-2,0</b>
Aquisição de bens de capital	19,9	22,4	17,9	16,8	18,1	-1,9	-9,4	7,6
Transferências e subsídios de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	2681029,1	89,3
Despesa com ativos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0	
Despesa com passivos financeiros	0,4	0,8	0,6	0,9	1,2	0,8	195,0	33,8
Outras despesas de capital	0,1	0,0	1,0	0,0	0,0	-0,1	-96,1	-4,9
<b>Despesas de capital</b>	<b>20,4</b>	<b>23,2</b>	<b>19,5</b>	<b>17,7</b>	<b>19,4</b>	<b>-1,0</b>	<b>-4,9</b>	<b>9,6</b>
<b>Despesa total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>			

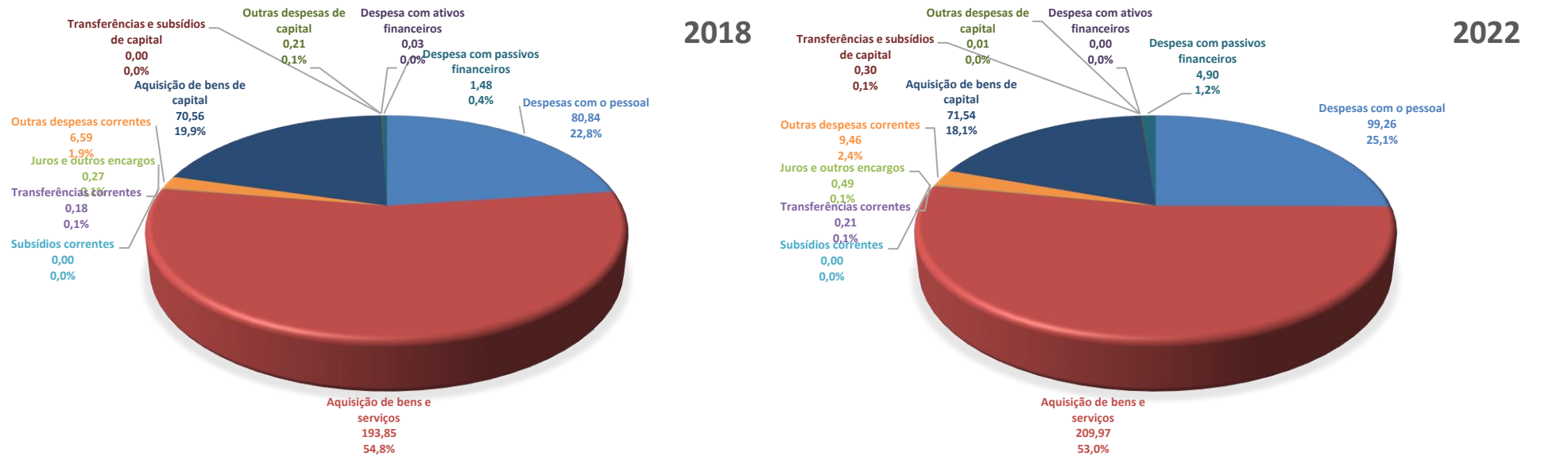
Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

Analisando a evolução do peso dos principais agregados de despesas dos serviços municipalizados, destaca-se, quando comparada a situação prevista ocorrer em 2018 com a de 2022:

- O peso dominante, mais de metade das despesas, revelado na projeção das despesas com a aquisição de bens e serviços, 54,8% em 2018 e peso de 53,0% em 2022;
- À volta de ¼ das despesas estarem previstas ser gastas com o pessoal, 22,8% em 2018 e 25,1% em 2022;

- A fatia remanescente, não chegando a ¼ das despesas totais dos serviços municipalizados, inclui maioritariamente as despesas com a aquisição de bens de capital, 19,9% em 2018 e 18,1% em 2022, seguindo-se as outras despesas correntes (1,9% em 2018 e 2,4% em 2022) e as despesas previstas com o serviço de dívida, 0,5% em 2018 e 1,3% em 2022.

**Gráfico 32 – Evolução da estrutura da despesa previsional dos serviços municipalizados – 2018 e 2022**



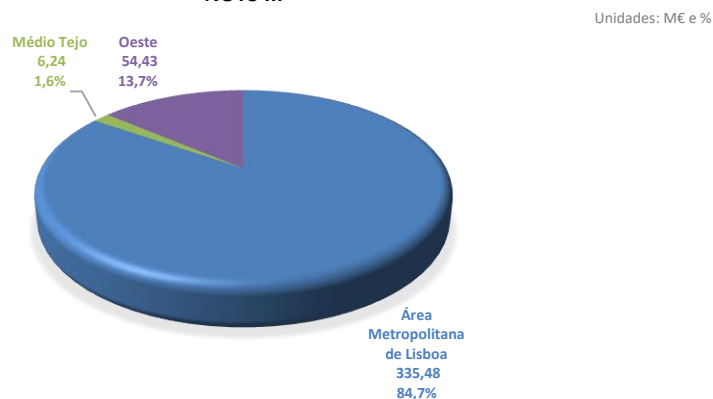
Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 e 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

## 2.2.3 DESPESA PREVISIONAL SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – 2022

As despesas dos serviços municipalizados estimadas para o ano de 2022 rondam os 396,15 M€, sendo que mais de 4/5 (84,7%) estão previstas ser gastas pelos municípios da AML.

O valor de despesas municipais estimadas para 2022 na AML foi de 335,48 M€, sendo de 54,43 M€ (13,7%) na sub-região do Oeste e de 6,24 M€ (1,6%) no Médio Tejo.

**Gráfico 33 – Previsão inicial da despesa nos serviços municipalizados da RLVT em 2022, por NUTS III**



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

A principal aplicação de despesa dos serviços municipalizados na RLVT para 2022 incide sobre a aquisição de bens e serviços, registando, em termos de previsão, um peso de 53,0%, seguindo-se as despesas de pessoal e as despesas com a aquisição de bens de capital, projetando-se um peso de 25,1% e de 18,1%, respetivamente.

Cada sub-região apresenta situações ligeiramente distintas na previsão dos principais agregados de despesas:

- Na AML o peso previsto com a aquisição de bens e serviços é de 53,3%, sendo o peso estimado com as despesas com o pessoal e com a aquisição de bens de capital de 24,6% e de 18,3%, respetivamente;
- Nas projeções registadas pela sub-região do Oeste o peso com a aquisição de bens e serviços é de 52,6%, sendo o de despesas com o pessoal de 27,0% e o peso com a aquisição de bens de capital de 16,4%;
- No Médio Tejo o peso da aquisição de bens e serviços de 42,3% é significativamente inferior à média regional (53,0%), ocorrendo o inverso com o peso bastante superior na previsão de gastos com o pessoal (34,3%, versus um peso regional de 25,1%). Já o peso previsto com a aquisição de bens de capital é de 18,8%.

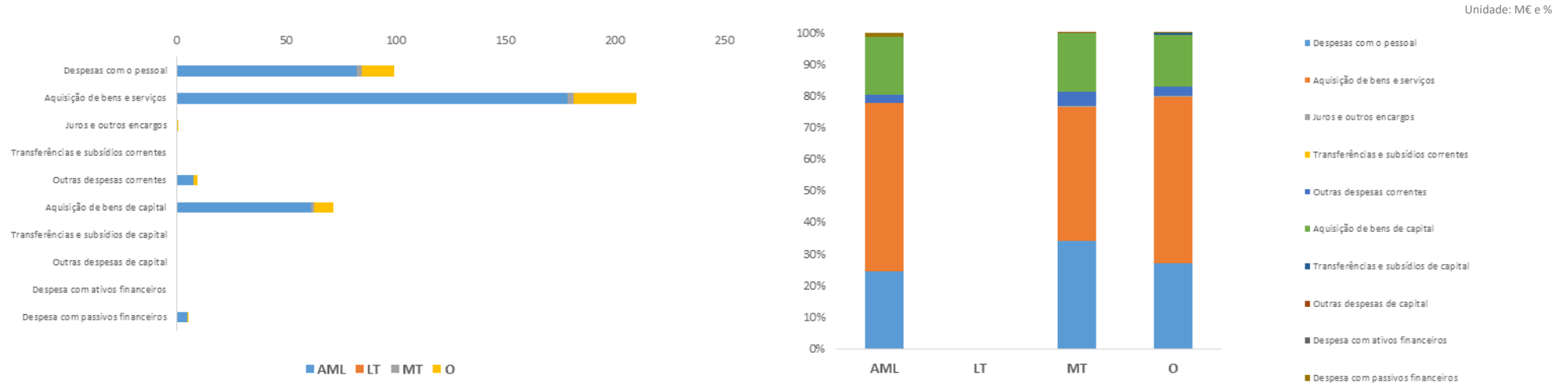
**Tabela 19 – Composição das despesas previsionais dos serviços municipalizados, por NUTS III, 2022**

Unidades: M€ e %

Despesas previsionais serviços municipalizados	AML		Lezíria do Tejo		Médio Tejo		Oeste		RLVT	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Despesas com o pessoal	82,41	24,6	2,14	34,3	14,71	27,0	99,26	25,1		
Aquisição de bens e serviços	178,71	53,3	2,64	42,3	28,62	52,6	209,97	53,0		
Juros e outros encargos	0,28	0,1	0,01	0,1	0,21	0,4	0,49	0,1		
Transferências correntes	0,11	0,0	0,00	0,0	0,11	0,2	0,21	0,1		
Subsídios correntes	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0		
Outras despesas correntes	7,68	2,3	0,28	4,5	1,50	2,8	9,46	2,4		
<b>Despesas correntes</b>	<b>269,19</b>	<b>80,2</b>	<b>5,07</b>	<b>81,2</b>	<b>45,14</b>	<b>82,9</b>	<b>319,40</b>	<b>80,6</b>		
Aquisição de bens de capital	61,44	18,3	1,17	18,8	8,93	16,4	71,54	18,1		
Transferências e subsídios de capital	0,00	0,0	0,00	0,0	0,30	0,6	0,30	0,1		
Despesa com ativos financeiros	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0		
Despesa com passivos financeiros	4,84	1,4	0,00	0,0	0,06	0,1	4,90	1,2		
Outras despesas de capital	0,01	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,01	0,0		
<b>Despesas de capital</b>	<b>66,29</b>	<b>19,7</b>	<b>1,17</b>	<b>18,8</b>	<b>9,29</b>	<b>17,1</b>	<b>76,75</b>	<b>19,4</b>		
<b>Despesa total</b>	<b>335,48</b>	<b>100</b>	<b>6,24</b>	<b>100</b>	<b>54,43</b>	<b>100</b>	<b>396,15</b>	<b>100</b>		

Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

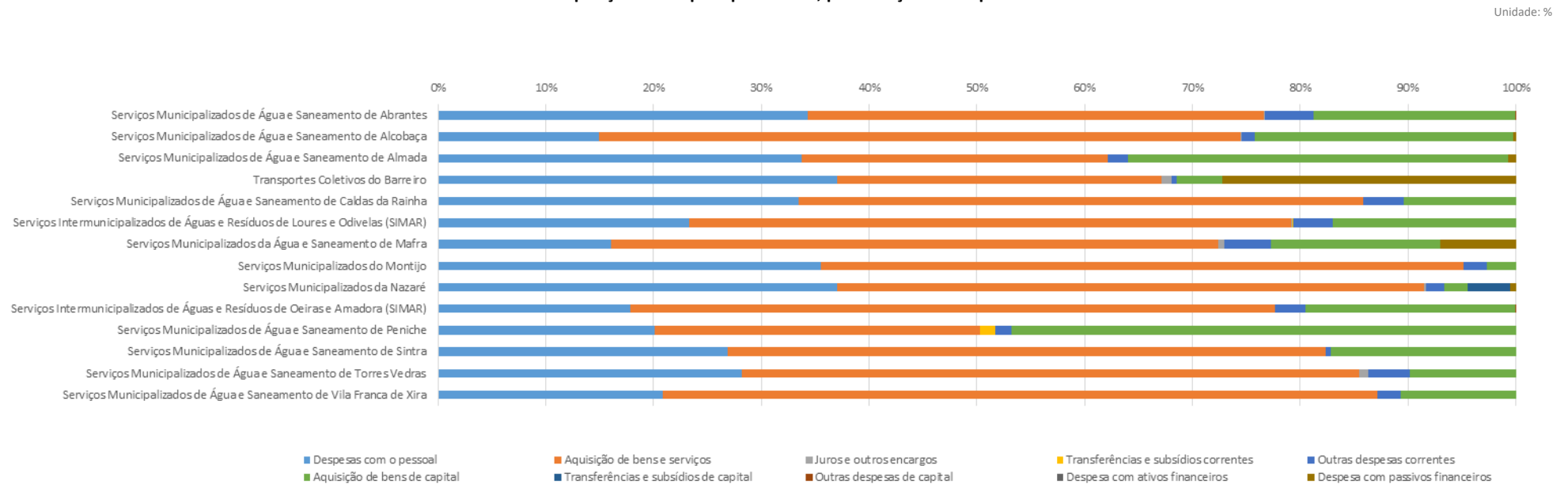
**Gráfico 34 – Estrutura da despesa previsional dos serviços municipalizados, por NUTS III – 2022**



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

O gráfico e tabela seguintes evidenciam heterogeneidade no montante e composição das despesas previsionais dos serviços municipalizados, muito reveladora de situações distintas que caracterizam a administração e gestão financeira local na RLVT.

**Gráfico 35 – Composição da despesa previsional, por serviços municipalizados – 2022**



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

**Tabela 20 – Despesa previsional, por serviços municipalizados – 2022**

Unidade: €

Serviços Municipalizados	Despesas com o pessoal	Aquisição de bens e serviços	Juros e outros encargos	Transferências e subsídios correntes	Outras despesas correntes	Aquisição de bens de capital	Transferências e subsídios de capital	Outras despesas de capital	Despesa com ativos financeiros	Despesa com passivos financeiros	Despesa total
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Abrantes	2 139 000	2 642 000	6 000	0	281 000	1 170 500	0	2 000	0	0	6 240 500
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Alcobça	1 400 000	5 590 000	11 000	0	118 000	2 248 637	0	2 000	0	20 363	9 390 000
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	12 505 350	10 522 000	15 000	0	670 000	13 081 781		100		265 000	37 059 231
Transportes Coletivos do Barreiro	4 592 200	3 737 090	119 870	0	58 100	528 305	0	0	0	3 379 770	12 415 335
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Caldas da Rainha	3 535 500	5 530 000	2 500	500	392 000	1 099 500	0	0	0	0	10 560 000
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas	21 975 861	52 848 663	37 008	108 502	3 475 343	16 027 305	0	2	0	2	94 472 686
Serviços Municipalizados da Água e Saneamento de Mafra	2 761 412	9 660 443	100 025	15	741 345	2 704 190	20	50	0	1 200 010	17 167 510
Serviços Municipalizados do Montijo	2 371 800	3 979 504	300	0	139 200	181 900	0	0	0	0	6 672 704
Serviços Municipalizados da Nazaré	2 777 780	4 075 772	15 803	2	131 500	158 033	300 000	0	0	36 000	7 494 890
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Oeiras e Amadora	11 213 150	37 572 515	5 650	50	1 749 720	12 245 120	0	5 000	0	0	62 791 205
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche	1 503 600	2 256 283		105 000	117 500	3 497 600					7 479 983
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra	22 764 000	46 922 000	0	0	411 000	14 500 000	0	0	0	0	84 597 000
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras	5 493 035	11 168 839	177 977	0	739 284	1 923 284	0	0	0	0	19 502 419
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira	4 230 692	13 466 929		10	433 210	2 171 509					20 302 350
<b>Despesa total</b>	<b>99 263 380</b>	<b>209 972 037</b>	<b>491 133</b>	<b>214 079</b>	<b>9 457 202</b>	<b>71 537 664</b>	<b>300 020</b>	<b>9 152</b>	<b>0</b>	<b>4 901 145</b>	<b>396 145 812</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos serviços municipalizados da RLVT.

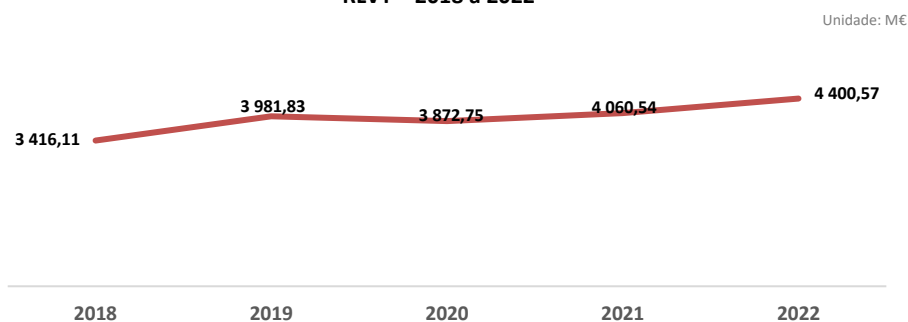
## CAPÍTULO III. FINANÇAS - MUNICÍPIOS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS RLVT

### 3.1 RECEITA PREVISIONAL TOTAL (MUNICÍPIOS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS)

#### 3.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA PREVISIONAL TOTAL – 2018 A 2022

No período em análise, na RLVT, a receita total, neste capítulo resultado do somatório das receitas projetadas pelos municípios e pelos serviços municipalizados, inscritas nos orçamentos iniciais, evoluiu de 3.416,11 M€, em 2018, para 4.400,57 M€, em 2022, refletindo um acréscimo previsional em +984,47 M€ (+28,8%).

**Gráfico 36 – Evolução da receita previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2018 a 2022**



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

A variação anual evidencia acréscimos sucessivos das receitas previsionais totais, na RLVT, à exceção do ano de 2020, ou seja, +16,6% (2019), -2,7% (2020), +4,8% (2021) e +8,4% (2022).

**Tabela 21 – Evolução da receita previsional total (municípios e serviços municipalizados), por NUTS III – 2018 a 2022**

Unidade: M€

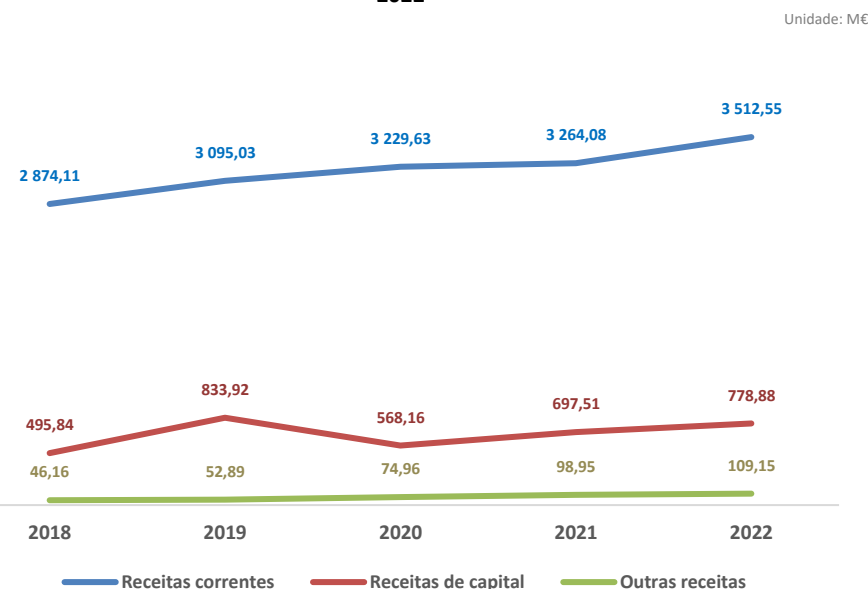
NUTS III	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2018-2022	2021-2022
AML	2 588,78	3 116,74	2 992,98	3 089,82	3 421,37	32,2	10,7
Lezíria do Tejo	214,25	223,97	242,86	271,76	278,70	30,1	2,6
Médio Tejo	244,73	261,52	257,59	280,47	284,77	16,4	1,5
Oeste	368,35	379,59	379,32	418,49	415,74	12,9	-0,7
<b>RLVT</b>	<b>3 416,11</b>	<b>3 981,83</b>	<b>3 872,75</b>	<b>4 060,54</b>	<b>4 400,57</b>	<b>28,8</b>	<b>8,4</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Numa abordagem sub-regional sublinhe-se o crescimento das receitas previsionais em todas as NUTS III, entre 2018 e 2022, confirmando a tendência regional, embora não de forma contínua ao longo dos anos.

A tendência anual regional foi influenciada pela dinâmica revelada pelas sub-regiões da Área Metropolitana de Lisboa, do Médio Tejo e do Oeste. Na Lezíria do Tejo, o crescimento foi contínuo.

**Gráfico 37 – Evolução da receita previsional total, por natureza económica, RLVT – 2018 a 2022**



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Analisando a evolução prevista para os grandes agregados de receita releve-se o crescimento anual contínuo evidenciado pelas receitas correntes previsionais, e a subida anual, com exceção de 2020, das receitas de capital previstas.

**Tabela 22 – Evolução das receitas previsionais, RLVT – 2018 a 2022**

Receitas previsionais (municípios e serviços municipalizados)	2018	2019	2020	2021	2022	Variação		
						2018-2022		2021-2022
						Abs.	%	%
Impostos diretos	1 258,90	1 354,98	1 386,42	1 385,79	1 492,85	233,95	18,6	7,73
Impostos indiretos	48,48	54,41	59,48	6,52	4,51	-43,97	-90,7	-30,8
Taxas, multas, outr penalidades	128,38	162,78	157,35	184,60	200,22	71,84	56,0	8,5
Rendimentos da propriedade	94,39	110,99	117,76	125,44	94,98	0,59	0,6	-24,3
Transferências e subsídios correntes	604,81	619,90	704,04	805,46	859,34	254,53	42,1	6,7
Venda bens e serviços correntes	671,02	713,10	732,99	688,39	733,30	62,28	9,3	6,5
Outras receitas correntes	68,11	78,87	71,59	67,88	127,35	59,24	87,0	87,6
<b>Receitas correntes</b>	<b>2 874,11</b>	<b>3 095,03</b>	<b>3 229,63</b>	<b>3 264,08</b>	<b>3 512,55</b>	<b>638,44</b>	<b>22,2</b>	<b>7,6</b>
Venda de bens investimento	66,89	290,00	81,54	132,32	125,76	58,87	88,0	-5,0
Transferências e subsídios de capital	266,11	290,57	339,46	349,05	369,66	103,54	38,9	5,9
Ativos financeiros	3,89	5,89	3,33	40,71	24,11	20,22	519,7	-40,8
Passivos financeiros	109,75	202,45	93,88	136,00	219,92	110,17	100,4	61,7
Outras receitas de capital	49,20	45,01	49,95	39,43	39,43	-9,76	-19,8	0,0
<b>Receitas de capital</b>	<b>495,84</b>	<b>833,92</b>	<b>568,16</b>	<b>697,51</b>	<b>778,88</b>	<b>283,04</b>	<b>57,1</b>	<b>11,7</b>
Reposições não abatidas pagam.	4,19	4,12	4,65	1,66	4,66	0,47	11,2	180,4
Saldo gerência anterior – Op orç	41,97	48,77	70,31	97,29	104,49	62,52	148,9	7,4
<b>Outras receitas</b>	<b>46,16</b>	<b>52,89</b>	<b>74,96</b>	<b>98,95</b>	<b>109,15</b>	<b>62,99</b>	<b>136,5</b>	<b>10,3</b>
<b>Receita total</b>	<b>3 416,11</b>	<b>3 981,83</b>	<b>3 872,75</b>	<b>4 060,54</b>	<b>4 400,57</b>	<b>984,47</b>	<b>28,8</b>	<b>8,4</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

As receitas correntes projetadas evidenciam um aumento em +22,2%, entre 2018 e 2022, refletindo uma expectativa de aumento de receitas em +638,44 M€, decorrente essencialmente:

- Aumento previsto na cobrança de impostos diretos (descida residual em 2021);
- Subida contínua prevista para as transferências e subsídios correntes recebidos naquele período. Recorde-se o aumento das transferências tem vindo a contemplar, também, a partir de 2019, a previsão da participação de 7,5% na receita do IVA <sup>26</sup>, bem como a previsão de receita relativa à transferência de competências operadas pela Lei n.º 50/2018.

Já as receitas de capital projetadas evidenciam um aumento em +57,1%, entre 2018 e 2022, refletindo uma expectativa de aumento de receitas em +283,04 M€. Esta evolução foi suportada, essencialmente:

- Crescimento anual contínuo por parte das transferências de capital e subsídios previstos receber refletindo um aumento em +103,54 M€ (+38,9%), entre 2018 e 2022, podendo refletir a expectativa de arrecadação de receita ao nível dos fundos comunitários; o novo fundo distribuído nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do RFALEI – excedente, bem como previsão de receita relativa à transferência de competências operadas pela Lei n.º 50/2018;
- Também a previsão para a venda de bens de investimento refletiu subida, quando comparados os exercícios de 2018 e 2022, embora se tenha revelado uma descida acentuada em 2020;
- Subida da receita prevista a obter com passivos financeiros ao longo do período em análise, com exceção para 2020, aumentando em +110,17 M€ (+100.4%) entre 2018 e 2022;
- A receita prevista com ativos financeiros rondando os 3 a 6 M€ entre 2017 e 2020, cresce significativamente para os 40,71 M€ em 2021, descendo para 24,11 M€ no ano seguinte;
- Atente-se também à descida no valor previsto para as outras receitas de capital, entre os anos de 2018 e 2022.

Relativamente à previsão para as outras receitas evidencia-se também crescimento, em +136,5%, entre 2018 e 2022, refletindo uma expectativa de aumento de receitas em +62,99 M€.

Este resultado evolutivo decorreu essencialmente da previsão de subida contínua do saldo da gerência anterior previsto o qual cresceu +148,9% (+ 62,52 M€), face ao ano de 2018 <sup>27</sup>.

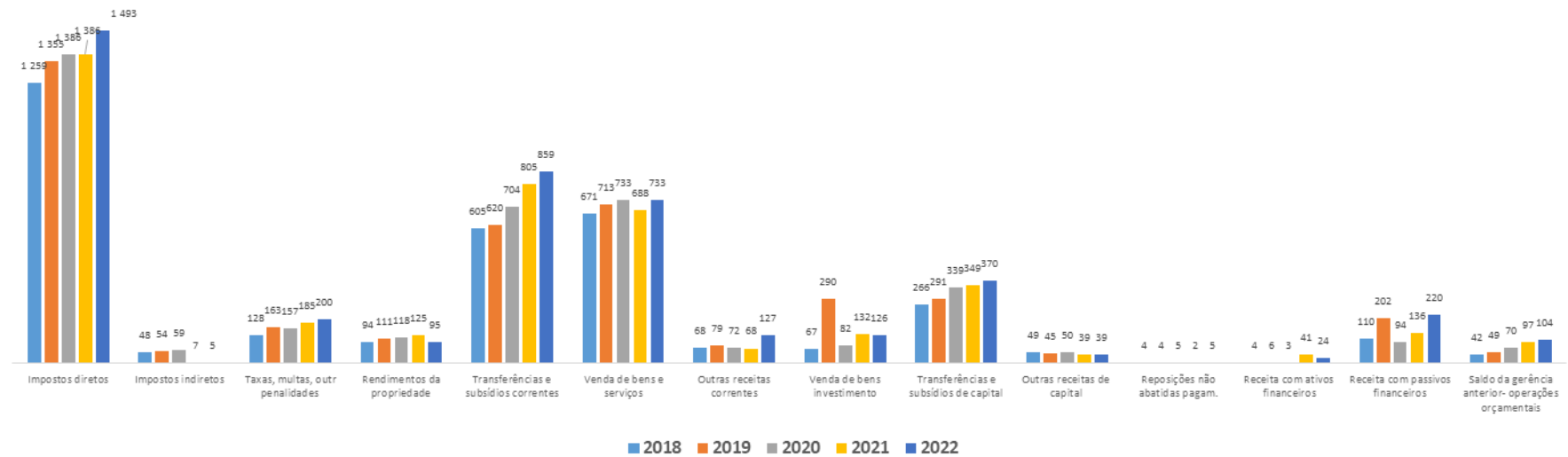
<sup>26</sup> Conforme Artigo 26-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. A participação na receita do IVA é distribuída aos municípios proporcionalmente, determinada por referência ao IVA liquidado na respetiva circunscrição territorial relativo às atividades económicas de alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás.

<sup>27</sup> Embora considerado como outra receita e não sendo possível a sua afetação na elaboração dos orçamentos a receita corrente ou de capital. Saliente-se, no entanto, que em sede de execução tem contribuído para a diminuição do deficit público em contas nacionais.



**Gráfico 38 – Evolução das receitas previsionais totais (municípios e serviços municipalizados), por rubrica, RLVT – 2018 a 2022**

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

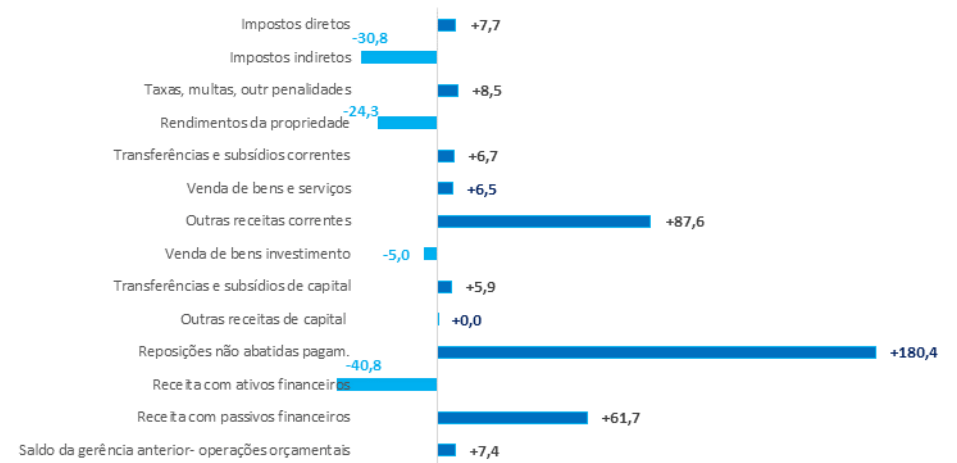
Analisando a tendência evolutiva projetada para os 2 últimos anos, na RLVT, as previsões para a receita corrente apresentaram um valor acrescido em +7,6%, relativamente a 2021, projetando-se também um acréscimo em +11,7% para as receitas de capital.

Por componente de receita previsual resultam as seguintes tendências:

- Aumentam os valores de receitas previstos em impostos diretos (+7,7%), em taxas, multas e outras penalidades (+8,5%), transferências e subsídios correntes (+6,7%) – estas essencialmente por via do aumento das transferências do Orçamento do Estado, venda de bens e serviços (+6,5%), outras receitas correntes (+87,6%), transferências e subsídios de capital (+5,9%), reposições não abatidas nos pagamentos (+180,4%), passivos financeiros (+61,7%) e saldo da gerência anterior (+7,4%);
- Diminuem os valores de receitas previstos para impostos indiretos (-30,8%), rendimentos da propriedade (-24,3%), venda de bens de investimento (-5,0%) e ativos financeiros (-40,8%).

**Gráfico 39 – Variação da receita previsual total, por natureza económica, RLVT – 2021 a 2022**

Unidade: %

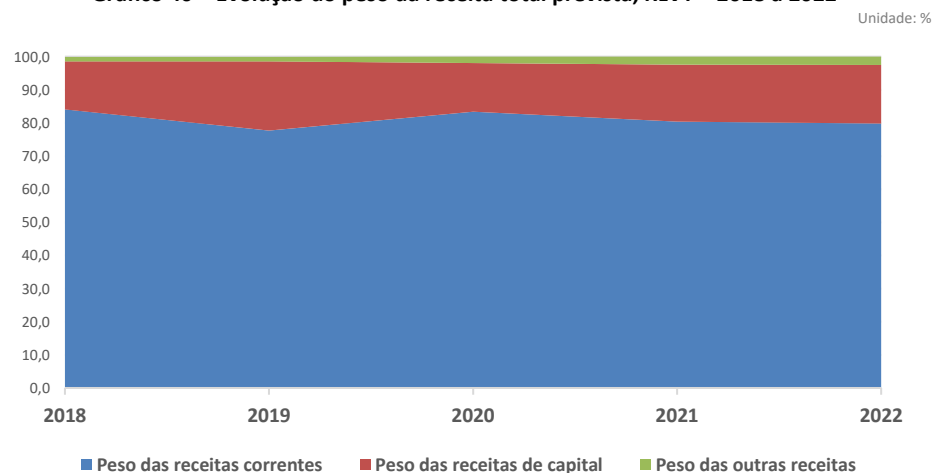


Fonte: Orçamentos iniciais para 2021 e 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

### 3.1.2 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA PREVISIONAL TOTAL – 2018 A 2022

Da análise à estrutura da receita previsional na RLVT, no conjunto dos exercícios financeiros que vão de 2018 a 2022, as tendências verificadas para o total das receitas, considerando o orçamento dos municípios com os serviços municipalizados, não diferem do observado na análise feita relativa à evolução da estrutura da receita municipal (ponto 1.1.2), em que se verifica uma tendência decrescente do peso das receitas correntes nas receitas totais – de 84,1% (2018) para 79,8%, (2022), e uma tendência ligeiramente crescente nas receitas de capital previstas, peso de 14,5% e de 17,7% no total das receitas, respetivamente em 2018 e 2022, destacando-se os aumentos do peso na venda de bens de investimento, nas transferências e subsídios de capital e nos passivos financeiros.

Gráfico 40 – Evolução do peso da receita total prevista, RLVT – 2018 a 2022



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Tabela 23 – Evolução do peso da receita previsional total, por natureza económica, RLVT – 2018 a 2022

Peso nas receitas totais previsionais (municípios e serviços municipalizados)	2018	2019	2020	2021	2022	Variação		
						2018-2022		2021-2022
						Abs.	%	%
Impostos diretos	36,9	34,0	35,8	34,1	33,9	-2,9	-7,9	-0,6
Impostos indiretos	1,4	1,4	1,5	0,2	0,1	-1,3	-92,8	-36,1
Taxas, multas, outr penalidades	3,8	4,1	4,1	4,5	4,5	0,8	21,1	0,1
Rendimentos da propriedade	2,8	2,8	3,0	3,1	2,2	-0,6	-21,9	-30,1
Transferências e subsídios correntes	17,7	15,6	18,2	19,8	19,5	1,8	10,3	-1,6
Venda bens e serviços correntes	19,6	17,9	18,9	17,0	16,7	-3,0	-15,2	-1,7
Outras receitas correntes	2,0	2,0	1,8	1,7	2,9	0,9	45,2	73,1
<b>Receitas correntes</b>	<b>84,1</b>	<b>77,7</b>	<b>83,4</b>	<b>80,4</b>	<b>79,8</b>	<b>-4,3</b>	<b>-5,1</b>	<b>-0,7</b>
Venda de bens investimento	2,0	7,3	2,1	3,3	2,9	0,9	45,9	-12,3
Transferências e subsídios de capital	7,8	7,3	8,8	8,6	8,4	0,6	7,8	-2,3
Ativos financeiros	0,1	0,1	0,1	1,0	0,5	0,4	381,0	-45,4
Passivos financeiros	3,2	5,1	2,4	3,3	5,0	1,8	55,6	49,2
Outras receitas de capital	1,4	1,1	1,3	1,0	0,9	-0,5	-37,8	-7,7
<b>Receitas de capital</b>	<b>14,5</b>	<b>20,9</b>	<b>14,7</b>	<b>17,2</b>	<b>17,7</b>	<b>3,2</b>	<b>22,1</b>	<b>2,9</b>
Reposições não abatidas pagam.	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	-13,7	158,7
Saldo gerência anterior – Op orç	1,2	1,2	1,8	2,4	2,4	1,1	93,3	-0,9
<b>Outras receitas</b>	<b>1,3</b>	<b>1,3</b>	<b>1,9</b>	<b>2,4</b>	<b>2,5</b>	<b>1,2</b>	<b>92,3</b>	<b>4,2</b>
<b>Receita total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>			

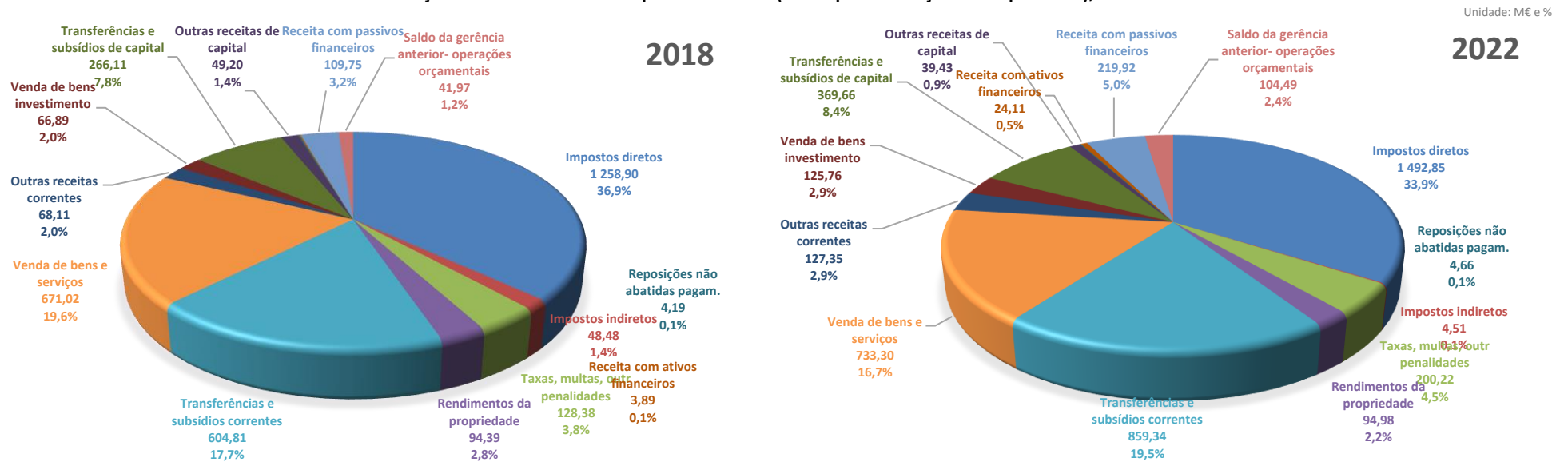
Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Na evolução do peso dos principais agregados de receitas, destaca-se:

- A previsão de cobrança de impostos diretos que variou entre um peso de 36,9% em 2018 e um peso de 33,9% em 2022 (o peso mais baixo previsto nos últimos 5 anos), verificando-se igualmente uma diminuição do peso dos impostos indiretos, de um peso de 1,4% passa para 0,1%;
- A previsão, também em descida, da venda de bens e serviços, variando entre um peso 19,6% em 2018 e um peso de 16,7% em 2022, o peso mais baixo previsto nos últimos 5 anos;
- A descida do peso das transferências e subsídios correntes recebidas, entre 2018 e 2019, sendo posteriormente reforçado, prevendo-se atingir um peso de 19,5% em 2022;
- Tendência crescente do peso das transferências e subsídios de capital no total das receitas previstas – de 7,8% (2018) sobe até aos 8,4% (2022);

- Tendência irregular do peso do recurso previsto para novos empréstimos, sendo de 2,4% em 2020, peso mais baixo durante o período em análise, e de 5,1% em 2019. Para 2022 o peso das receitas com passivos financeiros foi estimado em 5,0%.

**Gráfico 41 – Evolução da estrutura da receita previsual total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2018 e 2022**



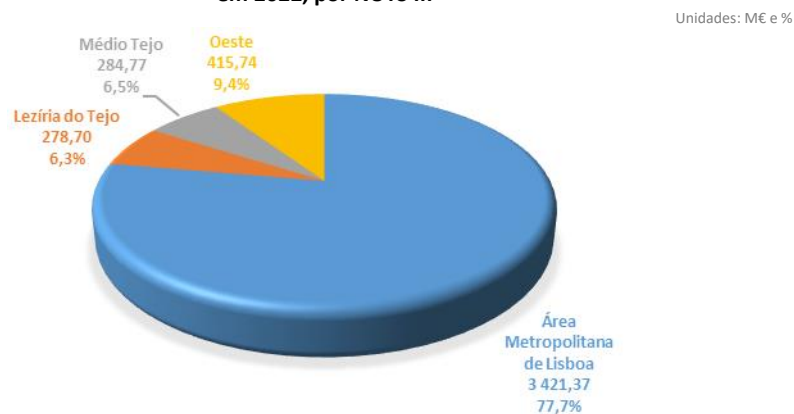
Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 e 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

### 3.1.3 RECEITA PREVISIONAL TOTAL – 2022

As receitas totais estimadas para o ano de 2022 rondam os 4.400,57 M€, sendo que mais de ¾ (77,7%) estão previstas arrecadar pelos municípios e serviços municipalizados da AML.

O valor de receitas totais estimadas para 2022 na AML é de 3.421,37 M€, sendo de 415,74 M€ (9,4%) na sub-região do Oeste, 284,77 M€ (6,5%) no Médio Tejo e 278,70 M€ (6,3%) na Lezíria do Tejo.

**Gráfico 42 – Previsão inicial da receita total (municípios e serviços municipalizados) da RLVT em 2022, por NUTS III**



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

As principais origens de receita previsional na RLVT decorrem da cobrança de impostos diretos (33,9%), transferências e subsídios correntes (19,5%), venda de bens e serviços (16,7%), transferências e subsídios de capital (8,4%), passivos financeiros (5,0%), taxas, multas e outras penalidades (4,5%), venda de bens de investimento (2,9%) e saldo da gerência anterior (2,4%).

O valor das receitas fiscais previstas cobrar através dos impostos diretos e indiretos na RLVT representam 34,0% do total de receitas projetadas para 2022, representando as transferências e subsídios recebidos de outras entidades um peso de 27,9%.

Cada sub-região apresentou situações distintas nos principais agregados de receitas:

- Na AML as receitas com maior peso do total das receitas são as de impostos diretos (37,4%), seguindo-se o peso da venda de bens e serviços (18,1%) e das transferências e subsídios correntes (15,5%);

- No Oeste (27,7%), no Médio Tejo (37,4%) e na Lezíria do Tejo (38,5%) as transferências e subsídios correntes estimados detêm o maior peso nas receitas totais. As transferências e subsídios de capital evidenciam a segunda maior posição no Médio Tejo (peso de 20,7%), o terceiro lugar na Lezíria do Tejo (17,5%) e o quarto no Oeste (16,0%), revelando-se uma menor capacidade destas sub-regiões na formação de receitas próprias, sendo mais dependentes, em termos de gestão financeira, das transferências do Orçamento do Estado;
- O peso da venda de bens e serviços no total das receitas previstas para 2022 é de 18,1% na AML, como referido, de 18,3% no Oeste, 6,1% na Lezíria do Tejo e 7,6% no Médio Tejo;
- Outra fonte na previsão de receitas na AML e no Médio Tejo é a proveniente de passivos financeiros (5,2% e 5,0%, respetivamente), sendo de 3,9% no Oeste e de 3,7% na Lezíria do Tejo.

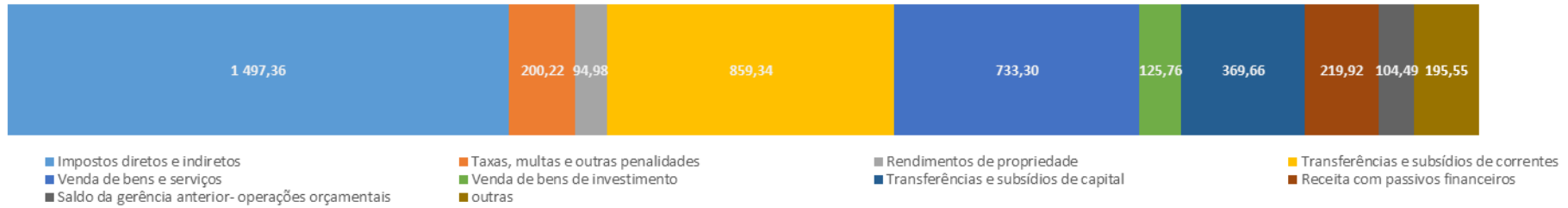
**Tabela 24 – Composição das receitas previsionais, por NUTS III, 2022**

Unidades: M€ e %

Receitas previsionais (municípios e serviços municipalizados)	AML		Lezíria do Tejo		Médio Tejo		Oeste		RLVT	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Impostos diretos	1 280,04	37,4	60,55	21,7	44,69	15,7	107,57	25,9	1 492,85	33,9
Impostos indiretos	1,88	0,1	0,16	0,1	0,22	0,1	2,25	0,5	4,51	0,1
Taxas, multas, outr penalidades	177,62	5,2	5,2	1,9	5,49	1,9	11,91	2,9	200,22	4,5
Rendimentos da propriedade	58,80	1,7	11,05	4	11,18	3,9	13,95	3,4	94,98	2,2
Transferências e subsídios correntes	530,24	15,5	107,2	38,5	106,64	37,4	115,26	27,7	859,34	19,5
Venda bens e serviços correntes	618,71	18,1	16,96	6,1	21,59	7,6	76,03	18,3	733,30	16,7
Outras receitas correntes	104,42	3,1	15,41	5,5	5,17	1,8	2,35	0,6	127,35	2,9
<b>Receitas correntes</b>	<b>2 771,72</b>	<b>81,0</b>	<b>216,52</b>	<b>77,7</b>	<b>194,99</b>	<b>68,5</b>	<b>329,31</b>	<b>79,2</b>	<b>3 512,55</b>	<b>79,8</b>
Venda de bens investimento	122,94	3,6	0,29	0,1	1,45	0,5	1,08	0,3	125,76	2,9
Transferências e subsídios de capital	195,12	5,7	48,89	17,5	58,94	20,7	66,71	16,0	369,66	8,4
Ativos financeiros	21,72	0,6	2,20	0,8	0,18	0,1	0,00	0,0	24,11	0,5
Passivos financeiros	179,13	5,2	10,37	3,7	14,27	5,0	16,15	3,9	219,92	5,0
Outras receitas de capital	22,69	0,7	0,36	0,1	14,37	5,0	2,01	0,5	39,43	0,9
<b>Receitas de capital</b>	<b>541,60</b>	<b>15,8</b>	<b>62,11</b>	<b>22,2</b>	<b>89,21</b>	<b>31,3</b>	<b>85,95</b>	<b>20,7</b>	<b>778,88</b>	<b>17,7</b>
Reposições não abatidas pagam.	4,00	0,1	0,07	0,0	0,57	0,2	0,02	0,0	4,66	0,1
Saldo gerência anterior – Op orç	104,04	3,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,45	0,1	104,49	2,4
<b>Outras receitas</b>	<b>108,04</b>	<b>3,1</b>	<b>0,07</b>	<b>0,0</b>	<b>0,57</b>	<b>0,2</b>	<b>0,47</b>	<b>0,1</b>	<b>109,15</b>	<b>2,5</b>
<b>Receita total</b>	<b>3 421,37</b>	<b>100</b>	<b>278,70</b>	<b>100</b>	<b>284,77</b>	<b>100</b>	<b>415,74</b>	<b>100</b>	<b>4 400,57</b>	<b>100</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

**Gráfico 43 – Estrutura da receita previsual total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2022**



Unidade: M€

Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

**Gráfico 44 – Estrutura da receita previsual total, por NUTS III – 2022**



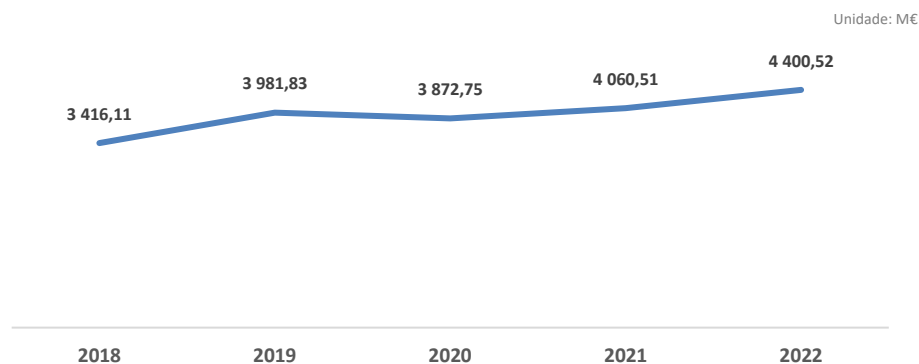
Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

## 3.2 DESPESA PREVISIONAL TOTAL (MUNICÍPIOS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS)

### 3.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA PREVISIONAL TOTAL – 2018 A 2022

Entre 2018 e 2022, na RLVT, a despesa conjunta prevista, correspondente ao somatório dos valores registados nos orçamentos iniciais dos municípios e dos serviços municipalizados, evoluiu de 3.416,11 M€ para 4.400,52 M€, refletindo um acréscimo previsional em +984,42 M€ (+28,8%).

**Gráfico 45 – Evolução da despesa previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2018 a 2022**



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Ao longo do período em análise evidenciaram-se acréscimos anuais sucessivos das despesas previsionais totais, na RLVT, à exceção do ano de 2020, ou seja, +16,6% (2019), -2,7% (2020), +4,8% (2021) e +8,4% (2022).

**Tabela 25 – Evolução da despesa previsional total (municípios e serviços municipalizados), por NUTS III – 2018 a 2022**

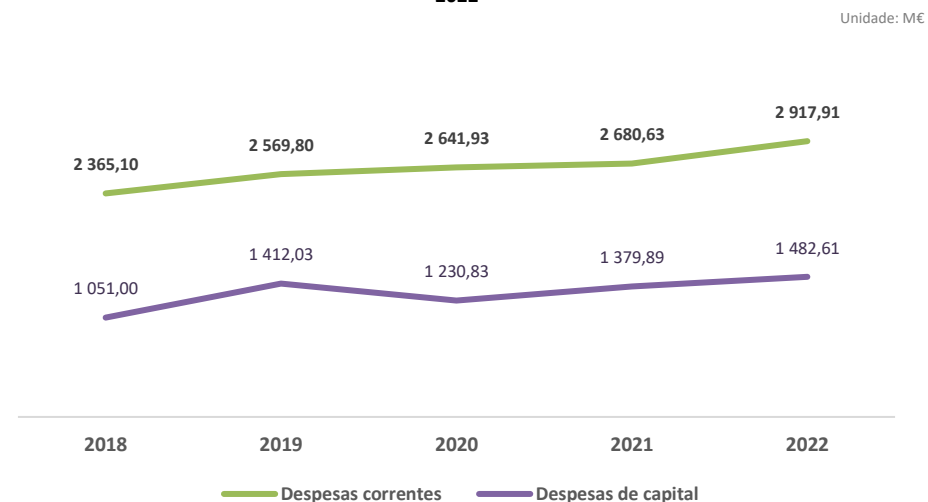
NUTS III	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
						2018-2022	2021-2022
						Unidade: M€	
AML	2 588,77	3 116,74	2 992,98	3 089,79	3 421,32	32,2	10,7
Lezíria do Tejo	214,25	223,97	242,86	271,76	278,70	30,1	2,6
Médio Tejo	244,73	261,52	257,60	280,47	284,77	16,4	1,5
Oeste	368,35	379,59	379,32	418,49	415,74	12,9	-0,7
<b>RLVT</b>	<b>3 416,11</b>	<b>3 981,83</b>	<b>3 872,75</b>	<b>4 060,51</b>	<b>4 400,52</b>	<b>28,8</b>	<b>8,4</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Sublinhe-se o crescimento das despesas previsionais municipais em todas as NUTS III, entre 2018 e 2022, consolidando a tendência regional, embora não de forma contínua ao longo dos anos.

A tendência anual regional foi influenciada pela dinâmica revelada pelas sub-regiões da Área Metropolitana de Lisboa, do Médio Tejo e do Oeste. Na Lezíria do Tejo, o crescimento na previsão das despesas ocorreu de forma contínua.

**Gráfico 46 – Evolução da despesa previsional total, por natureza económica, RLVT – 2018 a 2022**



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Analisando a evolução dos grandes agregados de despesa releve-se o crescimento anual contínuo evidenciado pelas despesas correntes previsionais. As despesas de capital revelam uma previsão de aumento entre 2018 e 2019, descendo em 2020 para depois se estimarem acréscimos nos anos seguintes.

Tabela 26 – Evolução das despesas previsionais, RLVT – 2018 a 2022

Unidade: M€

Despesas previsionais (municípios e serviços municipalizados)	2018	2019	2020	2021	2022	Variação		
						2018-2022		2021-2022
						Abs.	%	%
Despesas com o pessoal	994,05	1 040,94	1 117,94	1 153,27	1 211,47	217,42	21,9	5,0
Aquisição de bens e serviços	977,83	1 069,99	1 086,36	1 079,10	1 197,25	219,42	22,4	10,9
Juros e outros encargos	22,68	77,46	14,98	13,26	11,80	-10,88	-48,0	-11,0
Transferências correntes	227,59	249,25	285,39	290,40	324,31	96,73	42,5	11,7
Subsídios correntes	43,39	77,38	78,22	90,51	115,83	72,43	166,9	28,0
Outras despesas correntes	99,57	54,78	59,02	54,09	57,25	-42,32	-42,5	5,8
<b>Despesas correntes</b>	<b>2 365,10</b>	<b>2 569,80</b>	<b>2 641,93</b>	<b>2 680,63</b>	<b>2 917,91</b>	<b>552,81</b>	<b>23,4</b>	<b>8,9</b>
Aquisição de bens de capital	813,66	1 134,12	1 004,65	1 168,04	1 273,81	460,16	56,6	9,1
Transferências e subsídios de capital	87,23	125,88	98,29	98,08	97,52	10,29	11,8	-0,6
Despesa com ativos financeiros	11,97	9,04	3,99	1,39	7,68	-4,29	-35,8	454,0
Despesa com passivos financeiros	134,80	134,06	116,97	110,32	102,20	-32,60	-24,2	-7,4
Outras despesas de capital	3,34	8,93	6,93	2,06	1,40	-1,93	-58,0	-31,8
<b>Despesas de capital</b>	<b>1 051,00</b>	<b>1 412,03</b>	<b>1 230,83</b>	<b>1 379,89</b>	<b>1 482,61</b>	<b>431,61</b>	<b>41,1</b>	<b>7,4</b>
<b>Despesa total</b>	<b>3 416,11</b>	<b>3 981,83</b>	<b>3 872,75</b>	<b>4 060,51</b>	<b>4 400,52</b>	<b>984,42</b>	<b>28,8</b>	<b>8,4</b>

Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

As despesas correntes projetadas evidenciam um aumento em +23,4%, entre 2018 e 2022, refletindo uma expectativa de aumento de despesas em +552,81 M€, decorrente essencialmente:

- Aumento previsto, sempre contínuo, nas despesas com o pessoal (+21,9%);
- Os montantes para aquisição de bens e serviços, apesar da sua tendência crescente, projetam uma queda pontual em 2021, estimando-se um aumento global em +22,4%;
- Subida contínua prevista nos gastos em transferências e subsídios correntes, em parte pode ser justificado pela delegação de competências dos municípios nas freguesias com a transferência dos inerentes recursos financeiros;

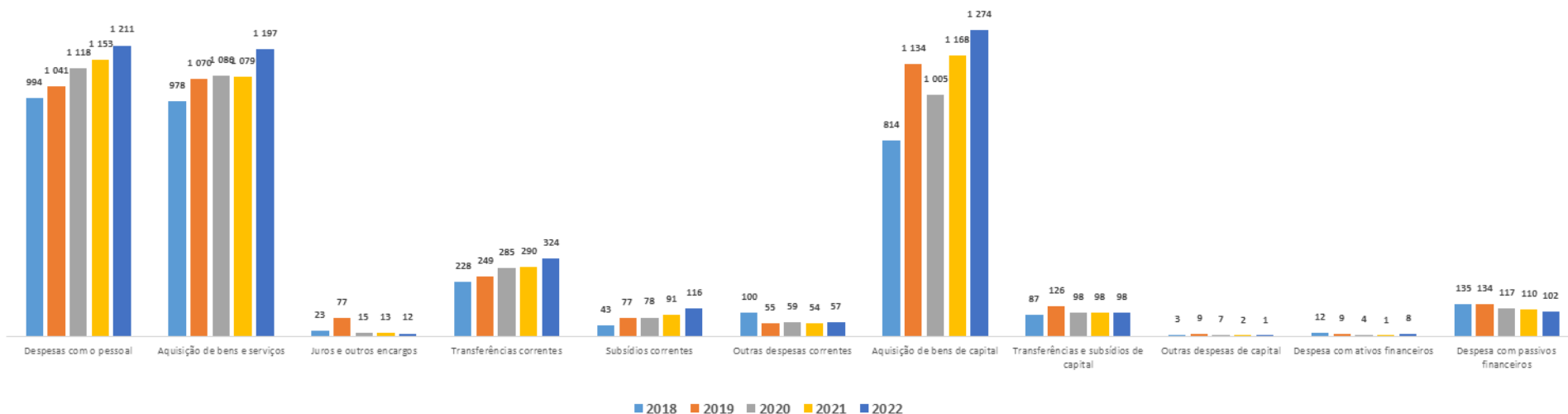
- Descida prevista no pagamento de juros e outros encargos financeiros, atendendo à redução verificada nos últimos anos nas taxas de juro aplicadas no recurso ao crédito e à diminuição das dívidas a terceiros que se tem registado nos municípios. As previsões para 2019 refletiram pontualmente uma dinâmica diferente.

Já as despesas de capital projetadas evidenciam um aumento em +41,1%, entre 2018 e 2022, refletindo uma expectativa de aumento de despesas em +431,61 M€. Esta evolução foi suportada, essencialmente:

- Com a previsão efetuada para os investimentos a realizar através da aquisição de bens de capital, projetando-se subidas anuais, com exceção para o ano de 2020, num aumento global em +460,16 M€ (+56,6%);
- Já as transferências e subsídios de capital para outras entidades refletem tendências irregulares, entre 2018 e 2022, evidenciando um pico nas previsões para 2019, estimando-se para 2022 valores que acrescem em +11,8% face aos de 2018;
- Descida contínua dos passivos financeiros ao longo do período em análise, projetando-se queda nos valores pagos com amortizações de empréstimos financeiros, descendo dos 134,80 M€ em 2018 para os 102,20 M€ em 2022;
- As despesas previstas com ativos financeiros evidenciam também uma descida contínua até 2021, crescendo pontualmente em 2022, mas sem chegar aos valores de 2018, decorrente essencialmente, como referido anteriormente, da descida das contribuições dos municípios para o Fundo de Apoio Municipal. De outro modo, rondando os 11,97 M€ em 2018, esta despesa desce significativamente para os 1,39 M€ em 2021, crescendo para os 7,68 M€ em 2022.

**Gráfico 47 – Evolução das despesas previsionais (municípios e serviços municipalizados), por rubrica, RLVT – 2018 a 2022**

Unidade: M€



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Comparando agora o exercício financeiro previsto para 2022 face ao ano anterior, reflete-se também uma tendência de subida nas despesas (+8,4%), essencialmente devido ao acréscimo previsto para os gastos em pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios correntes e aquisição de bens de capital, numa aposta reforçada no investimento.

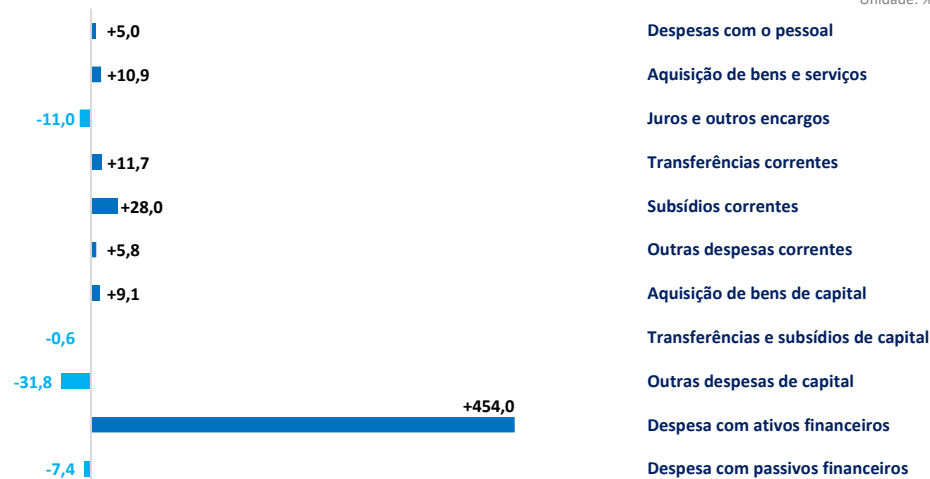
Em 2022, na RLVT, as previsões para a despesa corrente apresentam um valor acrescido em +8,9% relativamente ao ano anterior, projetando-se também um acréscimo em +7,4% para as despesas de capital.

Por componente de despesa previsional resultam as seguintes tendências:

- Aumentam os valores previstos com as despesas com o pessoal (+5,0%), aquisição de bens e serviços (+10,9%), transferências correntes (+11,7%) e subsídios correntes (+28,0%), outras despesas correntes (+5,8%), bem como no investimento através da aquisição de bens de capital (+9,1%), subindo também os ativos financeiros (+454,0%);
- Estima-se uma diminuição dos gastos com o serviço de dívida com o decréscimo previsto nas despesas em juros e outros encargos (-11,0%) e nos passivos financeiros (-7,4%), transferências e subsídios de capital (-0,6%) e ainda nas outras despesas de capital (-31,8%).

**Gráfico 48 – Variação da despesa previsional, por natureza económica, RLVT – 2021 a 2022**

Unidade: %



Fonte: Orçamentos iniciais para 2021 e 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.



### 3.2.2 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA PREVISIONAL TOTAL – 2018 A 2022

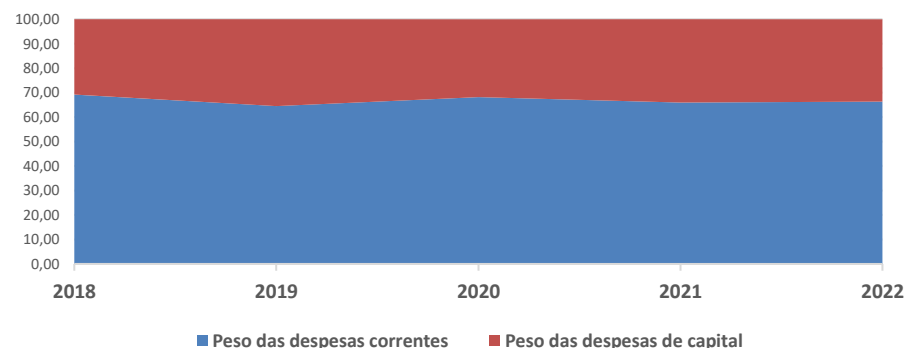
Na desagregação entre a previsão de despesas correntes e de despesas de capital predominam, nos vários exercícios analisados, as despesas previstas com a natureza corrente.

No entanto, resultado da tendência crescente que se tem vindo a revelar com as previsões de aumento do peso do investimento direto, e como já referido, nomeadamente com a aquisição de bens de capital, em especial nos anos 2019 e 2021, tem ocorrido uma redução do peso das despesas correntes.

Da análise à estrutura da despesa previsional total da RLVT, no conjunto dos exercícios financeiros que vão de 2018 a 2022, as tendências verificadas para o total das despesas, considerando o orçamento dos municípios com os serviços municipalizados, não diferem do observado na análise feita relativa à evolução da estrutura da despesa municipal (ponto 1.2.2), em que se verifica uma tendência decrescente do peso das despesas correntes nas despesas totais – de 69,2% (2018) para 66,3% (2022), e subida das despesas de capital previstas, peso de 30,8% e de 33,6% no total das despesas, respetivamente em 2018 e 2022, destacando-se o aumento do peso das despesas na aquisição de bens de capital.

**Gráfico 49 – Evolução do peso da despesa prevista, por natureza económica, RLVT – 2018 a 2022**

Unidade: %



Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

**Tabela 27 – Evolução do peso das despesas previsionais, por natureza económica, RLVT – 2018 a 2022**

Unidade: %

Peso nas despesas previsionais totais (municípios e serviços municipalizados)	2018	2019	2020	2021	2022	Variação		
						2018-2022		2021-2022
						Abs.	%	%
Despesas com o pessoal	29,1	26,1	28,9	28,4	27,5	-1,6	-5,4	-3,1
Aquisição de bens e serviços	28,6	26,9	28,1	26,6	27,2	-1,4	-5,0	2,4
Juros e outros encargos	0,7	1,9	0,4	0,3	0,3	-0,4	-59,6	-17,9
Transferências correntes	6,7	6,3	7,4	7,2	7,4	0,7	10,6	3,0
Subsídios correntes	1,3	1,9	2,0	2,2	2,6	1,4	107,2	18,1
Outras despesas correntes	2,9	1,4	1,5	1,3	1,3	-1,6	-55,4	-2,3
<b>Despesas correntes</b>	<b>69,2</b>	<b>64,5</b>	<b>68,2</b>	<b>66,0</b>	<b>66,3</b>	<b>-2,9</b>	<b>-4,2</b>	<b>0,4</b>
Aquisição de bens de capital	23,8	28,5	25,9	28,8	28,9	5,1	21,5	0,6
Transferências e subsídios de capital	2,6	3,2	2,5	2,4	2,2	-0,3	-13,2	-8,3
Despesa com ativos financeiros	0,4	0,2	0,1	0,0	0,2	-0,2	-50,2	411,2
Despesa com passivos financeiros	3,9	3,4	3,0	2,7	2,3	-1,6	-41,1	-14,5
Outras despesas de capital	0,1	0,2	0,2	0,1	0,0	-0,1	-67,4	-37,1
<b>Despesas de capital</b>	<b>30,8</b>	<b>35,5</b>	<b>31,7</b>	<b>34,0</b>	<b>33,6</b>	<b>2,8</b>	<b>9,1</b>	<b>-1,2</b>
<b>Despesa total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>			

Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 a 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

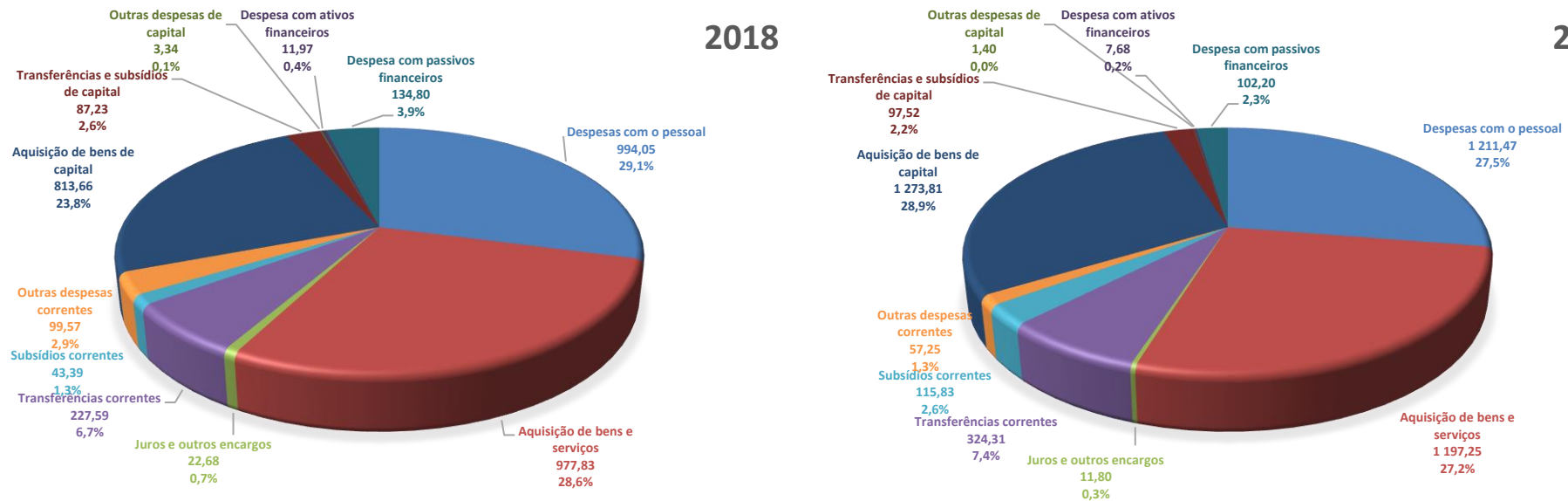
Analisando a evolução do peso dos principais agregados de despesas, destaca-se:

- Sendo que em 2018 a maior fatia da despesa previsional foi com as despesas com o pessoal (29,1%), seguindo-se a aquisição de bens e serviços (peso de 28,6%), com a descida genérica do peso destes agregados passaram a ocupar a segunda e terceira posição na realização prevista de despesas, atingindo previsivelmente um peso de 27,5% e de 27,2%, respetivamente, em 2022, na RLVT;
- Irregularidade evolutiva no peso das despesas com o pessoal a rondar entre um peso de 26,1% em 2019 (o peso mais baixo previsto nos últimos 5 anos) e o peso de 29,1% em 2018, sendo de 27,5% em 2022;

- A subida genérica no peso previsto para a aquisição de bens de capital, de 23,8% para 28,9%, reforçando-se o peso do investimento direto, ultrapassando em 2019, em 2021 e em 2022 o peso previsto para as despesas com o pessoal e para a aquisição de bens e serviços;
- A subida do peso das transferências correntes cedidas, peso mais baixo ocorrido em 2019 (6,3%), prevendo-se atingir um peso de 7,4% em 2022; se às transferências adicionarmos os subsídios correntes atribuídos a tendência de acréscimo fica ainda mais consolidada, evoluindo dos 8,0% para os 10,0%, entre 2018 e 2022;
- Tendência genérica de descida na projeção dos encargos com o serviço da dívida, evoluindo de um peso de 4,6% em 2018 para 2,6% em 2022.

**Gráfico 50 – Evolução da estrutura da despesa previsional (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2018 e 2022**

Unidade: ME e %



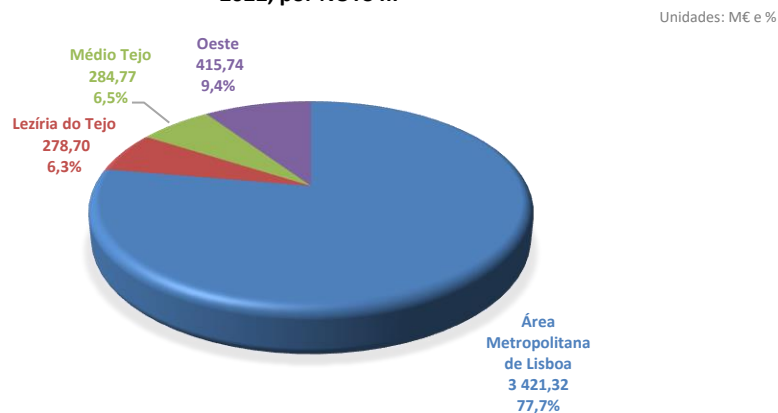
Fonte: Orçamentos iniciais para 2018 e 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

### 3.2.3 DESPESA PREVISIONAL TOTAL – 2022

As despesas totais estimadas para o ano de 2022 rondam os 4.400,52 M€, sendo que cerca de ¾ (77,7%) estão previstas ser gastas pelo conjunto dos municípios e serviços municipalizados pertencentes à área de atuação da AML.

O valor de despesas totais estimadas para 2022 na AML foi de 3.421,32 M€, sendo de 415,74 M€ (9,4%) na sub-região do Oeste, 284,77 M€ (6,5%) no Médio Tejo e 278,70 M€ (6,3%) na Lezíria do Tejo.

**Gráfico 51 – Previsão inicial da despesa total (municípios e serviços municipalizados) em 2022, por NUTS III**



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

A principal aplicação de despesa na RLVT para 2022 incide sobre o investimento, sendo que a aquisição de bens de capital regista, em termos de previsão, um peso de 28,9%, atingindo os 31,1% se for também considerado o investimento indireto, através das transferências e subsídios de capital.

Seguem-se as despesas de pessoal e as despesas com a aquisição de bens e serviços, projetando-se um peso de 27,5% e de 27,2%, respetivamente.

O peso previsto para as despesas em transferências e subsídios correntes junto de outras entidades ronda os 10,0%, na RLVT, em 2022.

Já a projeção para o serviço de dívida, correspondente ao peso conjunto dos juros e outros encargos com o dos passivos financeiros, atinge os 2,6%.

Cada sub-região apresenta situações distintas na previsão dos principais agregados de despesas:

- Na AML (28,2%), no Médio Tejo (36,7%) e na Lezíria do Tejo (32,3%) o peso com a aquisição de bens de capital prevê-se que ultrapasse as despesas previstas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços;
- No Oeste as despesas com maior peso no total das despesas prevêem-se ocorrer com as de pessoal e aquisição de bens e serviços (pesos de 29,3%);
- O peso na aquisição de bens e serviços no total das despesas previstas para 2022 é de 27,6% na AML, 29,3% no Oeste, como referido, e 23,2% no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo;
- O peso dos passivos financeiros nas respetivas despesas totais previsto para o Médio Tejo (3,4%) e para a Lezíria do Tejo (3,7%) ultrapassa o peso regional (2,3%).

**Tabela 28 – Composição das despesas previsionais totais, por NUTS III, 2022**

Unidades: M€ e %

Despesas previsionais (municípios e serviços municipalizados)	AML		Lezíria do Tejo		Médio Tejo		Oeste		RLVT	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Despesas com o pessoal	931,74	27,2	81,15	29,1	76,71	26,9	121,87	29,3	1 211,47	27,5
Aquisição de bens e serviços	944,67	27,6	64,78	23,2	65,94	23,2	121,86	29,3	1 197,25	27,2
Juros e outros encargos	8,15	0,2	1,18	0,4	0,89	0,3	1,58	0,4	11,80	0,3
Transferências correntes	255,47	7,5	18,11	6,5	18,26	6,4	32,48	7,8	324,31	7,4
Subsídios correntes	112,15	3,3	1,94	0,7	0,39	0,1	1,34	0,3	115,83	2,6
Outras despesas correntes	45,61	1,3	2,16	0,8	3,29	1,2	6,18	1,5	57,25	1,3
<b>Despesas correntes</b>	<b>2 297,79</b>	<b>67,2</b>	<b>169,32</b>	<b>60,8</b>	<b>165,48</b>	<b>58,1</b>	<b>285,31</b>	<b>68,6</b>	<b>2 917,91</b>	<b>66,3</b>
Aquisição de bens de capital	965,11	28,2	90,01	32,3	104,62	36,7	114,08	27,4	1 273,81	28,9
Transferências e subsídios de capital	77,12	2,3	8,69	3,1	4,86	1,7	6,86	1,6	97,52	2,2
Despesa com ativos financeiros	7,41	0,2	0,00	0,0	0,11	0,0	0,16	0,0	7,68	0,2
Despesa com passivos financeiros	73,72	2,2	10,31	3,7	9,56	3,4	8,61	2,1	102,20	2,3
Outras despesas de capital	0,17	0,0	0,37	0,1	0,15	0,1	0,72	0,2	1,40	0,0
<b>Despesas de capital</b>	<b>1 123,53</b>	<b>32,9</b>	<b>109,38</b>	<b>39,2</b>	<b>119,30</b>	<b>41,9</b>	<b>130,43</b>	<b>31,3</b>	<b>1 482,61</b>	<b>33,6</b>
<b>Despesa total</b>	<b>3 421,32</b>	<b>100</b>	<b>278,70</b>	<b>100</b>	<b>284,77</b>	<b>100</b>	<b>415,74</b>	<b>100</b>	<b>4 400,52</b>	<b>100</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Gráfico 52 – Estrutura da despesa previsional total (municípios e serviços municipalizados), RLVT – 2022

Unidade: M€

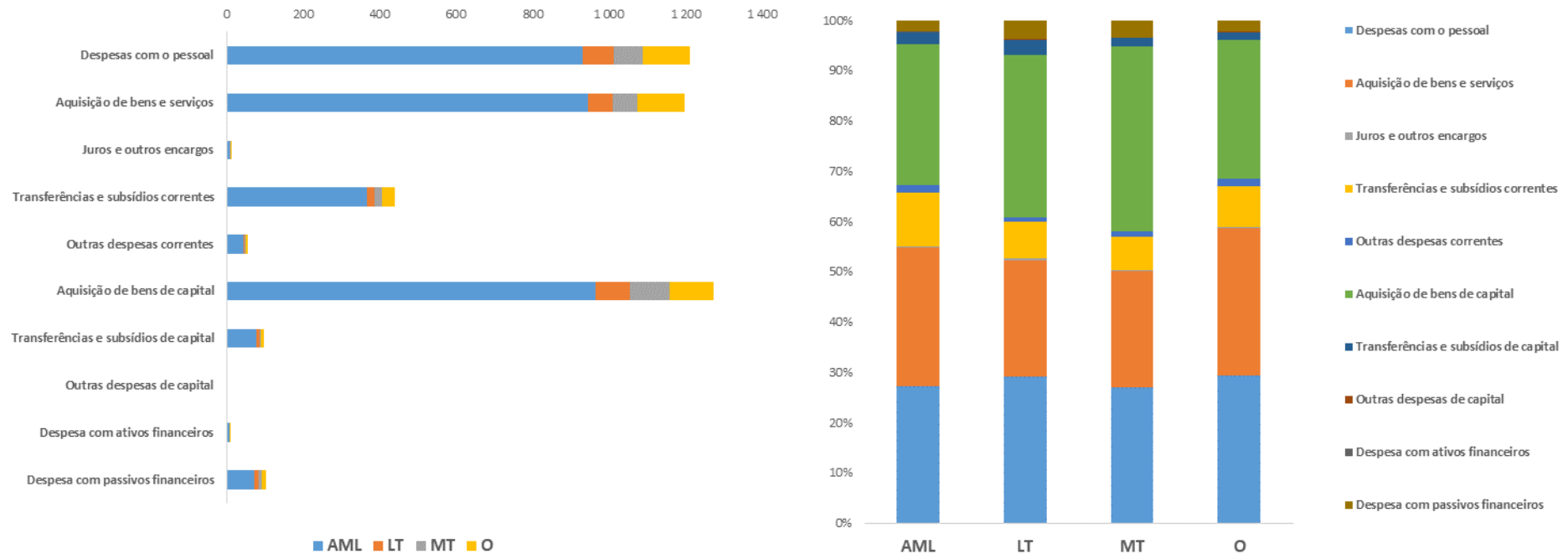


■ Despesas com o pessoal ■ Aquisição de bens e serviços ■ Transferências e subsídios correntes ■ Aquisição de bens de capital ■ Transferências e subsídios de capital ■ Despesa com o serviço de dívida ■ Outras despesas

Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Gráfico 53 – Estrutura da despesa previsional total, por NUTS III – 2022

Unidade: M€ e %

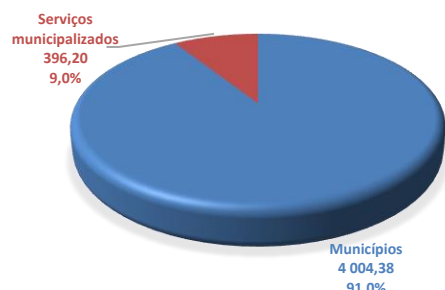


Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

## CAPÍTULO IV. NOTAS FINAIS

Para o ano de 2022 o valor global de receitas orçamentais dos municípios da RLVT, incluindo os serviços municipalizados, corresponde a 4.400,57 M€, sendo que 91% das receitas totais, no montante de 4.004,38 M€, respeita aos municípios e 9,0%, no montante 396,20 M€, é referente aos serviços municipalizados.

**Gráfico 54 – Previsão inicial das receitas totais na RLVT, 2022**



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Nos municípios a maior fonte previsível de receitas assenta na recolha de impostos diretos (peso de 37,3%), seguindo-se as transferências e subsídios correntes (peso de 21,4%), a venda de bens e serviços (peso de 9,5%) e as transferências e subsídios de capital (peso de 9,0%).

A maior fonte de receitas previstas receber pelos serviços municipalizados em 2022 decorre da venda de bens e serviços (88,6%), se considerarmos o universo global municipal, incluindo os serviços municipalizados, o peso deste agregado é reforçado, de 9,5% para os 16,7%.

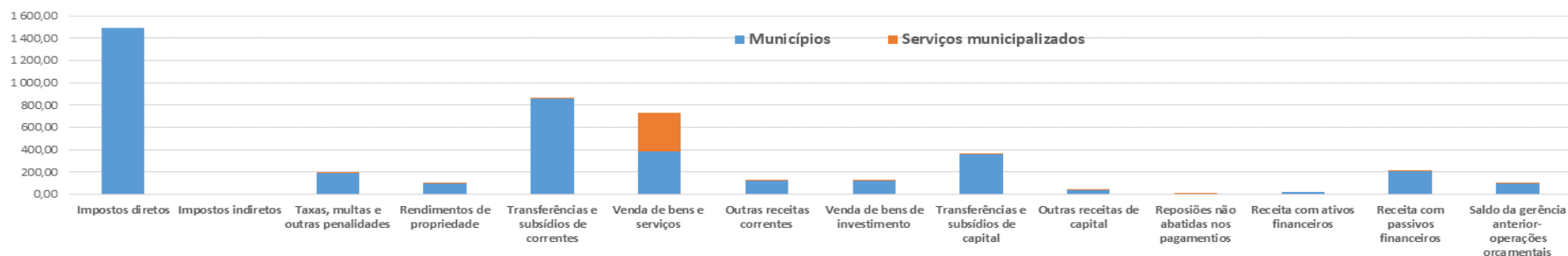
Os impostos diretos representam, em estimativa, 33,9% (maior receita global), as transferências e os subsídios correntes um peso de 19,5% no total de receitas.

**Tabela 29 – Previsão das receitas totais na RLVT, municípios e serviços municipalizados, 2022**

Receitas previsionais	Municípios	Serviços municipalizados (SM)	Receitas totais	Unidade: M€ e %	
				Peso na receita total sem SM	Peso na receita total com SM
Impostos diretos	1 492,85	0,00	1 492,85	37,3	33,9
Impostos indiretos	4,51	0,00	4,51	0,1	0,1
Taxas, multas, outr penalidades	189,30	10,92	200,22	4,7	4,5
Rendimentos da propriedade	94,68	0,31	94,98	2,4	2,2
Transferências e subsídios correntes	855,33	4,00	859,34	21,4	19,5
Venda bens e serviços correntes	382,42	350,88	733,30	9,5	16,7
Outras receitas correntes	122,90	4,44	127,35	3,1	2,9
<b>Receitas correntes</b>	<b>3 141,99</b>	<b>370,56</b>	<b>3 512,55</b>	<b>78,5</b>	<b>79,8</b>
Venda de bens investimento	125,39	0,36	125,76	3,1	2,9
Transferências e subsídios de capital	361,69	7,96	369,66	9,0	8,4
Ativos financeiros	24,11	0,00	24,11	0,6	0,5
Passivos financeiros	210,42	9,50	219,92	5,3	5,0
Outras receitas de capital	39,41	0,02	39,43	1,0	0,9
<b>Receitas de capital</b>	<b>761,02</b>	<b>17,84</b>	<b>778,88</b>	<b>19,0</b>	<b>17,7</b>
Reposições não abatidas pagam.	4,57	0,09	4,66	0,1	0,1
Saldo gerência anterior – Op orç	96,79	7,70	104,49	2,4	2,4
<b>Outras receitas</b>	<b>101,36</b>	<b>7,79</b>	<b>109,15</b>	<b>2,5</b>	<b>2,5</b>
<b>Receita total</b>	<b>4 004,38</b>	<b>396,20</b>	<b>4 400,57</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

**Gráfico 55 – Receitas previstas pelos municípios e pelos serviços municipalizados, por rubrica, 2022**



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Unidade: M€

Ressalva-se, contudo, que comparativamente aos anos anteriores objeto da presente análise, verifica-se uma tendência para o aumento do peso receitas de capital e uma diminuição das receitas correntes na receita total.

No que se refere às despesas totais previstas para 2022, estas ascendem aos 4.400,52 M€, prevendo os serviços municipalizados despesas na ordem dos 396,15 M€, correspondentes a 9,0% do total das despesas previstas na RLVT.

**Gráfico 56 - Previsão inicial das despesas totais na RLVT, 2022**



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Os municípios projetaram despesas no valor de 4.004,38 M€ (91,0% do total) tendo por principal aplicação a aquisição de bens de capital (1.202,28 M€), seguindo-se as despesas previstas com o pessoal (1.112,21 M€) e as despesas na aquisição de bens e serviços (987,28 M€).

No caso dos serviços municipalizados prevê-se que a maior parte das despesas serão realizadas na aquisição de bens e serviços (209,97 M€), seguindo-se as despesas com o pessoal (99,26 M€) e as despesas na aquisição de bens de capital, nomeadamente investimento (71,54 M€).

Agregando os exercícios financeiros dos municípios com os dos serviços municipalizados conclui-se que a maior aplicação de despesas estará, em 2022, associada ao investimento direto (peso de 28,9%), seguindo-se a previsão das despesas com o pessoal (peso de 27,5%) e da aquisição de bens e serviços (27,2%).

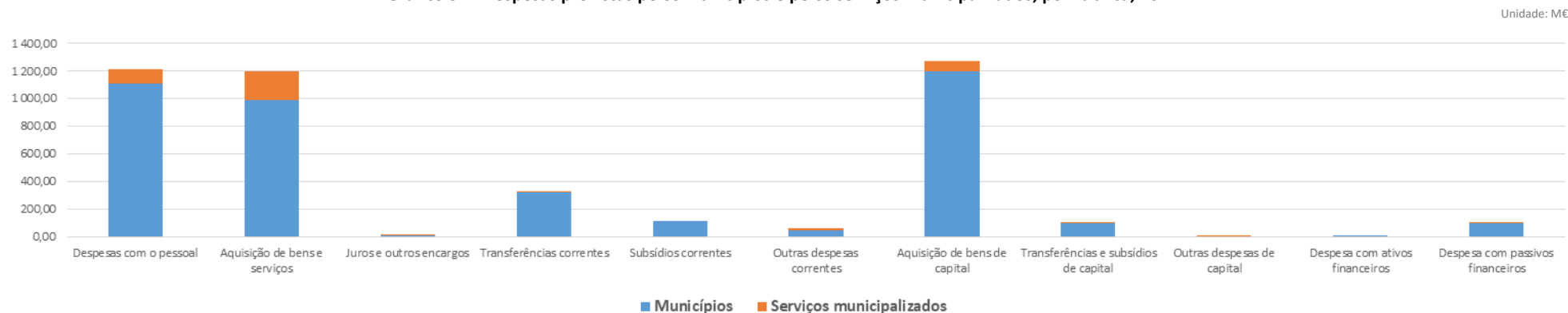
**Tabela 30 - Previsão das despesas totais, municípios e serviços municipalizados RLVT, 2022**

Unidade: M€ e %

Despesas previsionais	Municípios	Serviços municipalizados (SM)	Despesas totais	Peso na despesa total sem SM	Peso na despesa total com SM
Despesas com o pessoal	1 112,21	99,26	1 211,47	27,8	27,5
Aquisição de bens e serviços	987,28	209,97	1 197,25	24,7	27,2
Juros e outros encargos	11,31	0,49	11,80	0,3	0,3
Transferências correntes	324,10	0,21	324,31	8,1	7,4
Subsídios correntes	115,83	0,00	115,83	2,9	2,6
Outras despesas correntes	47,79	9,46	57,25	1,2	1,3
<b>Despesas correntes</b>	<b>2 598,51</b>	<b>319,40</b>	<b>2 917,91</b>	<b>64,9</b>	<b>66,3</b>
Aquisição de bens de capital	1 202,28	71,54	1 273,81	30,0	28,9
Transferências e subsídios de capital	97,22	0,30	97,52	2,4	2,2
Despesa com ativos financeiros	7,68	0,00	7,68	0,2	0,2
Despesa com passivos financeiros	97,30	4,90	102,20	2,4	2,3
Outras despesas de capital	1,39	0,01	1,40	0,0	0,0
<b>Despesas de capital</b>	<b>1 405,87</b>	<b>76,75</b>	<b>1 482,61</b>	<b>35,0</b>	<b>33,6</b>
<b>Despesa total</b>	<b>4 004,38</b>	<b>396,15</b>	<b>4 400,52</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

**Gráfico 57 - Despesas previstas pelos municípios e pelos serviços municipalizados, por rubrica, 2022**



Fonte: Orçamento inicial para 2022 dos municípios e serviços municipalizados da RLVT.

Também ao nível da despesa se verifica uma tendência decrescente do peso das despesas correntes nas despesas totais e subida do peso das despesas de capital previstas.

Os municípios estão sujeitos à regra prevista no n.º 1 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), segundo a qual “[o]s orçamentos das entidades do sector local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas”.

Esta regra, de equilíbrio global, estabelece a obrigatoriedade de o orçamento prever o equilíbrio, ou um saldo positivo entre o total das receitas e o total das despesas inscritas, o que se verificou para os municípios da RLVT.

Além do equilíbrio global, o RFALEI impõe o equilíbrio orçamental corrente acrescido do montante das amortizações (médias) de empréstimos.

Em concreto, esta regra adicional obriga a que a receita corrente bruta cobrada seja pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Ressalvando-se que para o ano de 2022 a regra prevista no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, encontra-se suspensa por via do determinado no artigo 103.º da Lei do Orçamento do Estado para o ano 2022.<sup>28</sup>

Neste contexto, penas foi feita a verificação de que os orçamentos dos municípios possuem receitas correntes que excedem as despesas correntes, respeitando o princípio orçamental do equilíbrio previsto no ponto 3.1.1. do POCAL e no n.º 1 do artigo 40.º do RFALEI.

---

<sup>28</sup> Lei n.º 12/2022, de 27 de junho.

## PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS

Estudos Finanças Locais publicados pela CCDRLVT - <https://www.ccdr-lvt.pt/estudos-e-publicacoes-ccdr-lvt/estudos-administacao-local/>

Orçamentos iniciais dos municípios e dos serviços municipalizados (anos 2018 a 2022)

Portal autárquico - <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/financas-locais/>

Baleiras, Rui Nuno, Dias, Rui, Almeida, Miguel (2018) – *Finanças Locais, Princípios Económicos, instituições e a experiência portuguesa desde 1987* – Conselho de Finanças Públicas

Relatórios do Conselho de Finanças Públicas relativos à execução orçamental da Administração Local - site [www.cfp.pt](http://www.cfp.pt)